



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS

BRUNO SETTON GONÇALVES

OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BRUNO SETTON GONÇALVES

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Gonçalves, Bruno Setton
G635i Os investimentos públicos na economia sergipana :
uma análise das despesas orçamentárias de 2000 a
2007 / Bruno Setton Gonçalves. – São Cristóvão, 2009.
137 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento
Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) -
Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

1. Finanças públicas - Sergipe. 2. Economia -
Sergipe. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Despesa
pública. 5. Orçamento. I. Título.

CDU 336.1(813.7)

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.**

Dissertação aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais

Aprovada em: 29 / 05 / 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antônio Jorge
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior
Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIA

*"Há homens que lutaram um dia e foram bons.
Há outros que lutaram um ano e foram melhores.
Há os que lutaram muitos anos e foram muito bons.
Porém, há os que lutaram toda a vida.
Esses foram os imprescindíveis".*

Bertolt Brecht

Como Jackson Sá Figueiredo (in memoriam) a quem dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado da soma de esforços, dedicação e renúncia, e como soma de tudo isso ela teve a participação de várias pessoas que me cederam um pouco de cada um desses componentes.

A primeira pessoa a quem gostaria de agradecer é o meu orientador, Professor Ricardo Lacerda, responsável direto pela minha formação como economista, pois foi meu mestre desde a graduação, sem sua paciência exigência e dedicação esta dissertação com certeza não teria a qualidade alcançada. Em nome dele quero agradecer a todo o corpo docente do NUPEC.

Outro agradecimento ao qual não poderia deixar de fazer é ao amigo e companheiro de mestrado o Superintendente de Estudos e Pesquisa da SEPLAN, Marcos Vinícius Castaneda, perdi as contas de quantos textos, documentos, dados e informações valiosas ele me forneceu no decorrer deste trabalho. Em nome dele agradeço a todos os amigos do corpo discente do NUPEC.

Outro personagem muito importante desta jornada também teve participação direta na minha formação acadêmica e que hoje tenho o orgulho e a honra de participar de sua equipe de trabalho na construção de uma política de turismo forte para o nosso estado. Ao meu amigo José Roberto de Lima Andrade os meus mais sinceros e fraternos agradecimentos.

Outra figura importante na minha vida e essa eu tenho sempre a agradecer, seja qual for o episódio da minha vida, pois é o meu exemplo de vida, meu parâmetro de profissionalismo, ao meu tio e padrinho, André Ferreira Neto o meu muito obrigado por tudo, essa pequena conquista eu tenho o orgulho de dividi - lá com o senhor.

Propositalmente deixo por ultimo as quatro mulheres as quais a vida nos liga por laços de amor, carinho, cumplicidade, fraternidade, dedicação e respeito. Minha mãe (D^a.Rita), minha esposa (Gilvania) e as minhas irmãs (Juliana e Elena), esse titulo é de todas vocês.

RESUMO

A preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente, sobretudo com os impactos deles sobre o crescimento econômico, com isso a sociedade espera sempre uma alocação eficiente dos recursos públicos, já que existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Isso só reforça a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos. O objetivo deste estudo é analisar teórica e empiricamente os efeitos dos gastos públicos na economia sergipana no período de 2000 a 2007, sobretudo os impactos dos investimentos em infra-estrutura sobre o crescimento econômico do Estado, de forma agregada, captando o balanço líquido da participação dos gastos sobre o produto interno.

PALAVRAS-CHAVE: Finanças Públicas; Despesa Pública; Infra-Estrutura; Orçamento Público.

ABSTRACT

The concern with the effect of the public expenses in the economy is recurrent, over all with the impacts of them on the economic growth with this the society waits always an efficient allocation of the public resources, since limits for the expansion of the prescriptions exist that finance the increase of the expenses per capita. This only strengthens the necessity of increase of the productivity of the public expenses. In end the objective of this study is to analyze theoretician and empirically the effect of the public expenses in the sergipana economy in the period of 2000 the 2007, over all the impacts of the investments in infrastructure on the economic growth of the State, of form added, catching the liquid rocking of the participation of the expenses on the internal product.

KEY WORDS: Public Finances; Public Charges; Infrastructure; Public Budget.

SUMÁRIO

NOMENCLATURA.....	X
LISTA DE TABELAS.....	XII
LISTA DE FIGURAS	XIII
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	20
OS IMPACTOS PRODUTIVOS DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA	20
1.1 EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO	23
1.2 O PAPEL DOS GASTOS PÚBLICOS NA DINÂMICA ECONÔMICA	26
1.3 OS GASTOS EM INFRA-ESTRUTURA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	28
1.4 EFEITOS KEYNESIANOS <i>VERSUS</i> EFEITOS NÃO-KEYNESIANOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA.....	33
CAPÍTULO 2	40
PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO PIB	40
2.1 BREVE ABORDAGEM DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS REGIONAIS NO BRASIL .	40
2.2 CONJUNTURA RECENTE DA ECONOMIA SERGIPANA.....	48
2.3 A EVOLUÇÃO DO PIB SERGIPANO E O PESO DO ESTADO NA SUA COMPOSIÇÃO....	57
CAPÍTULO 3	67
FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESTRUTURA DE RECEITA E DESPESA DE 2000 A 2007	67
3.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	70
3.2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	76
3.2.1 <i>Despesa Total</i>	76
<i>Período 2000 -2003</i>	76
3.2.2 <i>Despesas Correntes</i>	78
3.2.3 <i>Despesas de Capital</i>	80
3.2.4 <i>Adequação das Finanças Públicas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</i>	84
3.2.5 <i>O Programa de Ajuste Fiscal</i>	87
3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	101
APÊNDICE	104

NOMENCLATURA

SIGLAS	DESCRIÇÃO
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ADP'S	Atividades Diretamente Produtivas
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPLAN	Consultoria Econômica e Planejamento
CODEVASF	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONGER	Controladoria Geral do Estado de Sergipe
DC	Despesa Corrente
DCL	Despesa Corrente Líquida
DK	Despesa de Capital
DNOCS	Departamento de Obras Contra a Seca
ENERGIPE	Empresa de Energia de Sergipe
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FINAM	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FINOR	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GEPEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Estatística Aplicada
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
HER	Hipótese das Expectativas Racionais
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IGPM	Índice Geral Preço de Mercado
IOF	Imposto sobre Operação Financeira
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre veículos automotores
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAF	Programa de Ajustamento Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROTERRA	Programa de Redistribuição da Terra
RC	Receita Corrente
RCL	Receita Corrente Líquida

RK	Receita de Capital
RLR	Receita Líquida Real
ROC	Receita de Operações de Crédito
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUPERFIP	Superintendência de Finanças Públicas do Estado de Sergipe
SUPES	Superintendência de Estudos e Pesquisas
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ELASTICIDADE PRODUTO-INVESTIMENTO NA INFRA-ESTRUTURA ESTIMADA PARA ALGUNS PAÍSES	29
TABELA 2 - ELASTICIDADE PRODUTO X INVESTIMENTO NA INFRA-ESTRUTURA PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA	30
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO INDUSTRIAL DO BRASIL	40
TABELA 4 - PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS ANUAIS EM INFRA-ESTRUTURA NO NORDESTE DE 2008 A 2011 (PARTICIPAÇÃO % NO PIB ESTADUAL, ANO BASE 2003)	47
TABELA 5 - SERGIPE VALOR ADICIONADO BRUTO E ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES SETORES DA ECONOMIA 2006.....	52
TABELA 6 - SERGIPE PARTICIPAÇÃO (%) DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS. 2002-2006.....	53
TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇO DE MERCADO, DO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE. 2002-2006	54
TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS PIB'S ESTADUAIS E REGIÕES NO PIB DO BRASIL (RANKING) 2002-2006	55
TABELA 9 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	59
TABELA 10 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL	60
TABELA 11 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO.....	65
TABELA 12 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE RECEITA.....	71
TABELA 13 - BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DO PIB PELA ÓTICA DA DEMANDA 2002/2003.....	71
TABELA 14 - SERGIPE - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL A PREÇO BÁSICO.....	72
TABELA 15 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE RECEITA.....	73
TABELA 16 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DESPESA	77
TABELA 17 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE DESPESA	77
TABELA 18 - EVOLUÇÃO NOMINAL DAS DESPESAS COM PESSOAL (2000 A 2007) ..	79
TABELA 19 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO CORRENTE (2000-2003).....	80
TABELA 20 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO CORRENTE (2004-2007).....	80
TABELA 21 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE CAPITAL (2000-2003)	82
TABELA 22 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE CAPITAL (2004-2007)	82
TABELA 23 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO NOMINAL (2000-2003).....	82
TABELA 24 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO NOMINAL (2004-2007).....	83
TABELA 25 - LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (2000-2004).....	84
TABELA 26 - LIMITE PRUDENCIAL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	86
TABELA 27 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO	88
TABELA 28 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO	88
TABELA 29 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO	89
TABELA 30 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO	89
TABELA 31 - BRASIL NORDESTE E SERGIPE: PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (EM %) QUE TEM ACESSO À INFRA-ESTRUTURA (1992, 1999, 2001, 2002, 2003).....	91

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (1970-2002).....	45
GRÁFICO 2 - SERGIPE EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB ESTADUAL 1985-2002 (%).....	52
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DE SERGIPE EM 2006.....	53
GRÁFICO 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO DE SERGIPE 2003 - 2006.....	54
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DO PIB SERGIPANO NO NORDESTE – R\$ MILHÕES PERÍODO: 2006	55
GRÁFICO 6 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, DO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE (2006).....	56
GRÁFICO 7 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB 1970 – 2002.....	57
GRÁFICO 8 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL.....	59
GRÁFICO 9 - SERGIPE: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA FBKF SETORIAL DO SETOR PÚBLICO (INDÚSTRIA) NO PIB TOTAL: 1985 – 1995.....	62
GRÁFICO 10 - SERGIPE E BRASIL: EVOLUÇÃO % DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB A PREÇO BÁSICO 2001-2004 (1).....	63
GRÁFICO 11 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS PPA 2008-2011 INVESTIMENTO POR FONTE.....	76
GRÁFICO 12 - VARIAÇÕES DAS RECITAS E DESPESAS CORRENTES (2000-2007).....	78
GRÁFICO 13 - CAPACIDADE DE INVESTIMENTO AO LONGO DA SÉRIE (2000-2007).....	81
GRÁFICO 14 - DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA.....	83
GRÁFICO 15 - DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.....	86
GRÁFICO 16 - DESPESAS CORRENTES X DESPESAS DE CAPITAL.....	90
GRÁFICO 17 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA.....	92
GRÁFICO 18 - DESPESAS INFRA-ESTRUTURA X EDUCAÇÃO (AUTORIZADA).....	92
GRÁFICO 19 - DESPESAS INFRA-ESTRUTURA X EDUCAÇÃO (REALIZADA).....	93
GRÁFICO 20 - INFRA-ESTRUTURA X SAÚDE (AUTORIZADA).....	93
GRÁFICO 21 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SAÚDE (REALIZADA).....	94
GRÁFICO 22 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURANÇA (AUTORIZADA).....	95
GRÁFICO 23 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURANÇA (REALIZADA).....	95
GRÁFICO 24 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURANÇA (REALIZADA).....	96

INTRODUÇÃO

O modelo clássico do Estado tem experimentado, sobretudo a partir do século XIX, um processo de transformação cujas razões estão intrinsecamente relacionadas com a conjuntura econômica, política e social predominante. As modificações pelas quais passa o Estado contemporâneo emanam do questionamento sobre a abrangência de suas funções essenciais. Por sua vez, estas funções são determinadas segundo as orientações de ordem doutrinária ou ideológica, em determinado momento.

A firmação do processo de globalização econômica atribuiu nova arquitetura para o financiamento dos gastos públicos. O questionamento do Estado-providência viria a recuperar o pensamento liberal econômico a partir da primeira metade dos anos setenta.

Em meados da década de 1980, os sinais de esgotamento do Estado e a crise das finanças públicas advertiam que a ingerência estatal não poderia ser conduzida no mesmo modelo da etapa desenvolvimentista de crescimento econômico, elevados investimentos governamentais em infra-estrutura econômica e social e instrumentalização dos gastos das empresas estatais para operar mudanças radicais nas estruturas produtivas e de emprego de várias regiões do país. Foi essa forma de agir contundente do planejamento do gasto governamental que logrou, entre 1960 e 1985, um processo de desconcentração espacial das atividades produtivas no país, revertendo uma tendência histórica de concentração econômica na região Sudeste do país.

Conter a dívida pública, privatizar empresas estatais e abrir a economia nacional aos fluxos de comércio e de investimento externos foram algumas das principais saídas propostas para a crise das finanças públicas. A redução do papel do Estado, através do equacionamento de sua dívida, deveria promover uma liberação da poupança privada sugada pelo setor público e, paralelamente, a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED), num clima internacional de bonança de capitais, complementaria o esforço da poupança privada nacional para imprimir um novo ciclo de crescimento econômico.

Entretanto os resultados gerados foram desapontadores. As estimativas da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) ao longo da década não confirmaram o esperado *crowding-in* do investimento. As taxas se mantiveram em patamares médios inferiores aos verificados na

década anterior de 1980 e muito aquém daquelas necessárias a uma expansão auto-sustentada do nível de atividade interno.

Agora no final da atual década o que se vê é o Estado surgindo em cada país como a única salvação possível para a crise mundial, fica evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos. Um liberal pode opor coordenação do mercado à do Estado, porém colocar-se contra o Estado, procurando diminuí-lo e enfraquecê-lo não é prudente, pois, o Estado é muito maior do que o mercado. Ele é o sistema constitucional-legal e a organização que a garante; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado.

É com essa percepção de um Estado regulador e responsável por garantir a estabilidade do mercado que o Governo brasileiro, através de suas autoridades econômicas, pôs em prática uma série de medidas anticíclicas voltadas para o mercado interno atingido diretamente pela redução da demanda.

O alerta foi disparado no último triênio de 2008 com a redução na produção industrial brasileira e do emprego formal em outubro, ao lado da queda abrupta das vendas da indústria automobilística em novembro; ainda em novembro o Governo Federal viu sua arrecadação retrair de forma significativa. Esse cenário foi suficiente para que as autoridades econômicas tomassem medidas contundentes em suas ações de política econômica.

Às medidas de política monetária foram então lançadas com o objetivo de injetar liquidez na economia, enquanto a política fiscal foi reorientada a agir diretamente sobre o preço dos bens (IPI automóveis), as operações financeiras (redução do IOF) e a renda disponível para consumo das famílias (IRPF), com o intuito de aumentar o poder de compra das famílias. Contudo a manutenção da taxa de juros básica da economia no fim do exercício financeiro de 2008 destoou das demais ações de política econômica do governo.

Neste contexto a sociedade espera um melhor emprego dos recursos públicos, já que existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Isso só reforça a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos. Diversos trabalhos teóricos e empíricos entendem que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado. Os serviços de infra-

estrutura (transportes, telecomunicações e energia) e o desenvolvimento de um sistema legal e de segurança, que resguardem os direitos de propriedade e a defesa nacional, são alguns exemplos de atividades que servem de insumos para o setor privado.

A discussão sobre infra-estrutura, produtividade e crescimento econômico foi levantada em 1989 por Aschauer *apud* Ferreira e Malliagros (1998), onde o objetivo era avaliar a relação entre os gastos e a produtividade da economia. Os resultados demonstraram que os investimentos públicos com infra-estrutura têm um papel expressivo em estimular a produtividade.

Além disso, a atual teoria do crescimento endógeno observa que o fato de que as externalidades positivas dos bens públicos e semipúblicos elevam os retornos privados, a taxa de poupança e acumulação de capital, uma vez que, se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados.

No Brasil, estudos recentes também exploram efeitos do capital público sobre o crescimento econômico e a produtividade. Ferreira (1996) *apud* Ferreira e Malliagros (1998) encontram evidências de uma forte relação entre investimentos em infra-estrutura (energia, telecomunicações e transportes) e produto. Já os trabalhos de Rocha e Teixeira (1996) *apud* Ferreira e Malliagros (1998), esses analisam a relação entre investimentos públicos e investimentos privados, tentando identificar relações de complementaridade ou de substituição.

Não há dúvidas de que um dos elementos mais importantes para a ativação da formação de capital na economia brasileira da última metade do século XX foi o investimento público. Tanto do ponto de vista quantitativo, isto é, dos volumes empregados para dinamizar a atividade produtiva, quanto do ponto de vista qualitativo. O gasto público em investimento sempre esteve à frente da demanda agregada provocando, desse modo, sinalizações inequívocas para a construção de uma trajetória de crescimento geral e para a estruturação de setores produtivos nos quais o investimento privado teve pouco interesse ou não possuía os montantes de capital requeridos em determinadas plantas industriais.

A intervenção estatal teve papel crucial, na etapa desenvolvimentista de crescimento, para a implantação e consolidação de setores na economia brasileira que, de outro modo, não

poderiam se instalar somente pela ação do capital privado. A sua participação no investimento total foi muito relevante na década de 1970 e ainda nos anos 1980, mas deteriorou-se a olhos vistos desde 1990.

Porém, não é qualquer tipo de gasto público que irá dinamizar a economia de forma saudável, para que isso aconteça os gastos têm que ser produtivos, eles devem ser utilizados de forma que atendam aos objetivos a que se propõem, com o menor custo possível, ou seja, os benefícios marginais sociais dos bens produzidos por esses gastos deverão ser iguais aos custos marginais para obtê-los.

Enfim o objetivo deste estudo é analisar teórica e empiricamente os efeitos dos gastos públicos na economia sergipana no período de 2000 a 2007, sobretudo os impactos dos investimentos em infra-estrutura sobre o crescimento econômico do Estado, de forma agregada, captando o balanço líquido da participação dos gastos sobre o produto interno, dado existirem fatores que sugerem possibilidades positivas e negativas.

Para isso as análises foram feitas a partir de um levantamento de dados em diversas fontes como: os balanços anuais, os balanços gerais, as contas anuais, os relatórios de execução orçamentária, os quadros de detalhamento de despesas e os relatórios de gestão fiscal do governo do Estado no período de 2000 a 2007 disponíveis nas tradicionais fontes como a Secretaria de Estado do Planejamento e Secretaria de Estado da Fazenda.

A dissertação é composta por três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1, dividido em quatro seções, é apresentada uma revisão de literatura acerca da relação entre a eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico; do papel dos gastos públicos na dinâmica econômica; do papel dos investimentos em infra-estrutura no processo de crescimento e encerrando o capítulo é abordada a análise dos efeitos keynesianos *versus* os efeitos não keynesianos na política orçamentária.

O capítulo 2 é composto por três seções estruturadas da seguinte forma: nos primeiros será apresentada uma breve abordagem da implantação das políticas regionais no Brasil; no segundo bloco é apresentado o cenário recente da economia sergipana e por fim, fechando o capítulo, é feita a análise da evolução do PIB (produto interno bruto) sergipano e o peso do Estado na sua composição.

No terceiro e último capítulo é feita a análise das finanças públicas estaduais através da discussão de sua estrutura de receitas e despesas no período de 2000 a 2007, este capítulo está estruturado em três seções onde na primeira é feita a análise da evolução das receitas correntes e de capital; na segunda contempla-se a análise da evolução das despesas correntes e de capital, bem como a adequação das finanças públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal e a participação do Estado no Programa de Ajustamento Fiscal do Governo Federal e na última seção é feita a análise da execução orçamentária por função.

E por fim são tecidas algumas considerações finais à guisa de conclusão.

CAPÍTULO 1

OS IMPACTOS PRODUTIVOS DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

A gênese do conceito moderno de finanças públicas está abalizada a partir de duas escolas do pensamento econômico: a **escola cameralística**, surgida na administração pública da Alemanha e da Áustria do século XVI ao XVIII e a **escola clássica**.

A Alemanha durante a Idade Moderna não passava de um conglomerado de pequenos Estados. Que sob a influência mercantilista de outros países, como a Inglaterra, tomou a iniciativa através da Prússia, naquela época um Estado germânico, de criar uma associação entre os Estados alemães para fortalecer a economia e o tesouro real, talvez esse tenha sido um dos primeiros blocos econômicos existentes na história, mas é evidente que tal conceito só seria criado séculos após.

O cameralismo¹, que de fato teve sua origem no seio do mercantilismo, concentrava sua análise no campo sólido da atividade financeira, a qual dependia do desenvolvimento da economia nacional. A contribuição cameralística se deu fundamentalmente ao estudo dos meios pelos quais se poderia criar e gerir, através do patrimônio social, o patrimônio público. O orçamento público, que resume o plano de receitas e despesas públicas, não era considerado algo estranho ao setor privado, mas sim uma peça, fundamental para a manutenção do Estado e para sua ação dinamizadora da economia do país (FREITAS, 2003).

De acordo com Kasper Klock, Johann Joachim Becher e Josep von Sonnenfels, autores de maior expressão da escola cameralista, a ação forte do Estado na economia era plenamente justificável pelo fato do Estado assumir as funções necessárias ao desenvolvimento nacional, funções estas que o setor privado não poderia ou não teria atrativo a atender. Os altos impostos dessa forma eram justificados em função do princípio da produtividade com que consideravam a economia do Estado. E a dívida pública encontrava sua razão de ser na mútua confiança entre governo e a sociedade e na mobilização de forças produtivas da economia nacional (FREITAS, 2003).

¹ O termo cameralismo vem de "Kammer", o nome do tesouro real à época.

A discussão levantada por esses autores do século XVIII, por mais que pareça algo distante, na verdade é algo muito próximo da sociedade contemporânea à preocupação com os resultados dos gastos públicos na economia é recorrente, especialmente com os impactos deles sobre o crescimento econômico.

A sociedade sempre almeja uma melhor alocação desses recursos, pois a lei da escassez impõe limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Nos países em processo de estabilização econômica essa discussão percorre inevitavelmente pelo tema do ajuste fiscal, o qual é um instrumento fundamental da política macroeconômica, o que acaba reforçando a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

O economista Adolph Heinrich Gotthelf Wagner (1835 – 1917) foi um dos primeiros a postular essa relação entre gastos públicos e crescimento econômico. A hipótese de Wagner, amparada na Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, defende que o crescimento ou desenvolvimento econômico em termos gerais, demanda uma contribuição cada vez maior do Estado na oferta de bens públicos (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Vários estudos examinaram a proposição de Wagner a partir de dois métodos distintos: o primeiro adotado para um grupo de países e o outro para países individuais respectivamente. Ram (1987) *apud* Cândido Júnior (2001), em uma análise *cross-section* para 115 países, rejeita a legitimidade da hipótese de Wagner, embora em uma análise de séries temporais para essa mesma amostra aceite a hipótese em 60% dos casos. Outros autores como Hinrichs (1965), Musgrave (1969) e Gandhi (1971) *apud* Cândido Júnior (2001) encontram evidências em favor da lei de Wagner para um grupo de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por outro lado segundo Barro (1989) *apud* Cândido Júnior (2001) há evidências de que a lei de Wagner somente se aplica para as transferências, jamais para outros tipos de gasto público.

No entanto, é com a teoria do crescimento endógeno que se dá a mais recente discussão da função das despesas públicas no crescimento econômico. Nos modelos neoclássicos tradicionais de crescimento, como no modelo de Solow, por exemplo, a política fiscal, as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional são aventados exogenamente, enquanto nas recentes teorias essas variáveis são inseridas no modelo e podem incorporar um

diferencial de crescimento que estenda o período de convergência entre as rendas *per capita* dos países (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Para Lopreato (2006), está claro que a atual visão do *mainstream* enfatiza as inter-relações das variáveis econômicas com os embasamentos fiscais e com a defesa da tese de que os problemas só serão suplantados com o retorno da confiança dos agentes no rumo sustentável das finanças públicas. Nesse aspecto, o papel da política econômica “responsável” seria o de garantir a credibilidade da política fiscal, como condição fundamental ao restabelecimento da confiança dos investidores.

Contudo, o propósito deste trabalho não é em nenhum momento fazer apologia ao aumento dos gastos públicos improdutivos ou pregar que o Estado deva intervir na economia de forma austera, nem tão pouco defender sua total ausência em detrimento de um “mercado auto-suficiente”, muito pelo contrário, a linha que este trabalho adotará compactua com a idéia de que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado.

O grande exemplo disso são os investimentos em FBKF (Formação Bruta de Capital Fixo), como redes de transporte, redes de abastecimento de energia, sistemas de comunicações, redes de água e esgoto toda essa infra-estrutura combinada a um sistema legal onde as instituições funcionem e que preservem os direitos de propriedade servem de insumos para o setor privado fomentar a economia nacional (LOPREATO, 2006).

Segundo Biehl (1988) *apud* Benitez (2003), o investimento em FBKF é um complemento ao capital privado, influenciando suas taxas de retorno já que não se pode sustentar uma trajetória de desenvolvimento equilibrada sem um adequado provisionamento de capital público.

Além disso, a recente teoria do crescimento endógeno endossa a tese de que as externalidades positivas dos bens públicos e semi-públicos elevam os retornos privados, a taxa de poupança e acumulação de capital, uma vez que se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados, por outro lado, uma expansão dos gastos públicos financiados por impostos distorcivos e a ineficiência na alocação dos recursos podem sobrepujar o efeito positivo dessas externalidades (BENITEZ, 2003).

Porém, na ótica do *mainstream* os gastos públicos não podem ser produtivos já que esses são frutos de *rent-seeking*² e por isso não geram nenhum produto adicional. No entanto esse não é um pensamento unânime no Brasil, autores como Ferreira e Malliagos (1998) defendem através de estudos os efeitos positivos do capital público sobre o crescimento econômico e a produtividade. Segundo esses estudos, a elasticidade-renda de longo prazo desses investimentos varia de 0,55 a 0,70.

1.1 Eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico

Conforme o pensamento keynesiano, o Estado tem como principal objetivo impedir os dois grandes problemas dos ciclos econômicos: o desemprego e a inflação. De acordo com a teoria de Keynes, ao lado da política monetária, atribui-se à política fiscal um papel de fundamental importância no alcance da estabilidade econômica.

Para o keynesianismo, o Estado, enquanto agente fiscal, deve administrar receitas e despesas. Neste sentido um orçamento apto a atender à renda e ao gasto do país como um todo e não somente às finanças públicas é o principal instrumento dessa política. O Governo deve também programar os dispêndios em função das necessidades da sociedade, em vez de fazê-lo unicamente para atender aos recursos financeiros.

Um princípio intrínseco à teoria keynesiana é o do gasto anticíclico, ou seja, o governo durante períodos de recessão deveria praticar um orçamento deficitário, e durante a fase de prosperidade o governo teria que buscar um orçamento superavitário. A prática desse princípio representa, em períodos de crise econômica, a diminuição dos impostos, de modo que a população disponha de mais recursos para consumir, além do aumento das despesas públicas com subsídios para o desemprego e subvenções para os produtos agrícolas, além do aumento dos investimentos públicos (KEYNES, 1992).

Espera-se, com esse método, estimular a demanda agregada, com o intuito de suplantar a etapa depressiva e voltar a uma fase de expansão. Nesse caso (expansão

² Expressão em inglês que designa agentes econômicos e políticos que, em busca de vantagens pessoais, submetem as políticas públicas a seus interesses (SANDRONI, 1999).

econômica), a atuação fiscal seria inversa, ou seja, elevação de impostos, redução do gasto público e amortização da dívida pública emitida durante a depressão (KEYNES, 1992).

Durante muito tempo esse foi o pensamento hegemônico no meio acadêmico e entre os gestores de política econômica, que buscavam através do uso das despesas e receitas (política fiscal) do governo influenciar, positivamente, o nível do produto e do emprego em economias de mercado. Hoje, nas mais recentes teorias do crescimento econômico, a política fiscal ainda ocupa posição de destaque como um dos fatores que pode explicar as diferenças de renda per capita e as taxas de crescimento entre as nações. A estrutura tributária e a provisão eficiente de bens públicos influenciam a produtividade do setor privado e a taxa de acumulação do capital (HERMANN, 2006).

A importância dos dispêndios públicos pode ser mensurada através de um modelo desenvolvido por Barro (1990) *apud* Candido Júnior (2001). O qual defende que o tamanho do governo surte impacto sobre a taxa de crescimento econômico, ou seja, os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível acima do qual o aumento dos gastos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança. O modelo considera que a quantidade de bens e serviços públicos *per capita* (g) entram como insumo da função de produção (y). Sem a presença de (g), a função de produção apresenta retornos decrescentes de escala. Com (g), tal função exibe retornos constantes de escala.

$y = f(k; g)$ - exibe retornos constantes de escala;

$y = f(k)$ - exibe retornos decrescentes de escala;

onde:

y : é o produto *per capita*;

g : são os gastos públicos *per capita* e

k : é o estoque de capital *per capita*.

Portanto, os insumos privados não são substitutos próximos dos gastos públicos, e não são principalmente daqueles relacionados com os bens públicos puros. Nesse caso, os gastos públicos são complementares aos investimentos privados, e um baixo nível de (g) reduz o retorno do capital físico. Logo ser necessário guardar determinada proporção na combinação dos insumos privados e públicos:

$$y = f(k; g) = k \phi \left(\frac{g}{k} \right) \phi' > 0 \text{ e } \phi'' < 0 \quad (1.1)$$

A produtividade marginal do capital dependerá da relação (g/k) e da elasticidade produto-gasto público (\mathcal{E}_{yg}) . Quanto maior for \mathcal{E}_{yg} menor será o valor da produtividade do capital para uma dada relação (g/k) :

$$\partial y / \partial k = \varphi^*(g/k)^*(1 - \varphi'^*g/y) = \varphi^*(g/k)^*(1 - \mathcal{E}_{yg}) \quad (1.2)$$

Por outro lado, supõe-se que os gastos sejam financiados por meio de uma tributação proporcional à renda, e que a cada período o orçamento público seja equilibrado, isto é, que não haja endividamento público.

$$g = T = \tau y = \tau^*k^*\Phi(g/k) \quad (1.3)$$

onde:

T : são as receitas públicas *per capita*;

τ : é a alíquota tributaria incidente sobre a renda

O processo de maximização da utilidade conduz, em termos de taxa de crescimento no Estado estacionário, à seguinte escolha da trajetória do consumo:

$$\gamma = c/c = 1/\sigma [(1-\tau)^*\Phi(g/k)^*(1-\mathcal{E}_{y,g}) - \rho] \quad (1.4)$$

A taxa de crescimento do consumo *per capita* (g) é a mesma para o produto *per capita* (y) e o estoque de capital *per capita* (k). O impacto da política fiscal sobre (g) se dá por meio de dois canais de transmissão. O primeiro refere-se ao efeito positivo dos gastos públicos sobre o produto; e o segundo diz respeito ao efeito negativo dos impostos que reduzem os recursos disponíveis para o setor privado. O efeito líquido depende do tamanho do setor público em termos da relação (g/y) e da correspondente alíquota de tributação necessária para financiar o orçamento público. Assim, para uma relação (g/y) relativamente pequena o efeito da participação do setor público sobre o crescimento econômico é positivo; para um nível muito elevado de gastos públicos, porém, a situação inverte-se e um setor público grande reduz a taxa de crescimento estacionária do produto, consumo e capital, que é igual a (g) .

Portanto pode-se concluir que existe um tamanho ótimo para a participação do Estado, o qual é encontrado derivando-se a equação (1.4) em relação a (g/y) :

$$\partial \gamma / \partial (g/y) = 1/\sigma^*\Phi(g/k)^*(\Phi'-1) \quad (1.5)$$

Em função de produção do tipo Cobb-Douglas, o tamanho ótimo é encontrado quando $(\Phi = 1)$ e a relação (g/y) que maximiza a taxa de crescimento g é exatamente igual ao seu

produto marginal em condições competitivas. Essa é uma condição de eficiência, ou seja, o tamanho ótimo do Estado é dado pela condição em que se obtém desse bem em termos de produto marginal.

1.2 O papel dos gastos públicos na dinâmica econômica.

Antes de mais nada é preciso deixar claro que não é qualquer tipo de gasto público que irá dinamizar a economia de forma saudável, para isso é necessário tipificar o gasto público em duas categorias, são elas: a dos gastos produtivos e os improdutivos. Os gastos produtivos são aqueles utilizados de forma que atendam aos objetivos a que se propõem, com o menor custo possível, ou seja, os benefícios marginais sociais dos bens produzidos por esses gastos são iguais aos custos marginais para obtê-los. Já conceito dos gastos improdutivos se da pela diferença do gasto efetivado e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo, ou seja, se R\$ 1,8 milhão foi efetivamente gasto para a construção de um hospital público, e esse bem poderia ser produzido a um custo mínimo de R\$ 1 milhão, o Estado nessa operação gerou um gasto improdutivo de R\$ 800 mil (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Esse gasto improdutivo provocado pelo Estado gera um desperdício para a sociedade que tem um alto custo de oportunidade, na medida em que esse recurso desperdiçado poderia ter sido aplicado na produção de outro bem e/ou serviço. Esses gastos improdutivos são geralmente alimentados pela falta de preparo técnico do pessoal, pelas incertezas, pelas deficiências técnico-operacional e política do processo orçamentário, desde sua elaboração até sua execução e pela corrupção. Além disso, há uma tendência natural de que a sociedade demande em uma velocidade maior bens e serviços do que a capacidade do governo de arrecadar.

No entanto, existem sérias dificuldades de se mensurar adequadamente a produtividade dos gastos públicos. Para isso é imprescindível a avaliação dos custos de oportunidade e todos os possíveis benefícios gerados pelos programas. O problema se dá justamente na impossibilidade do economista em obter informações de mercado que lhe digam, por exemplo, quantos indivíduos estariam dispostos a pagar para a construção de uma praça pública. Na falta de dados que lhe possibilitem avaliar o benefício para futuras gerações, de uma árvore a mais plantada. Enfim a única ferramenta que resta de avaliação de

projetos públicos que tenta captar todos os prós e contras dos gastos é a análise benefício-custo (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Contudo, é possível alcançar um melhor controle da produtividade dos gastos públicos, para isso é necessário identificar os objetivos primários de cada programa de gasto, eliminando-se superposições, esforços e recursos para objetivos secundários. A pesquisa militar exemplifica bem esse caso, tendo em vista que o objetivo primário da pesquisa militar é aprimorar a segurança nacional em vez de descobrir novas tecnologias para uso industrial. Ainda que os objetivos secundários possam ser importantes, os recursos e esforços devem ser canalizados para os objetivos primários, evitando-se assim, dispersão e desperdício (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

A metodologia a ser adotada pelos governos para alcançar esse melhor controle dos gastos passa essencialmente pela escolha de um *mix* apropriado de insumos e a construção de indicadores de resultados. Além de tomar algumas medidas que afetam a produtividade dos diversos tipos de gastos públicos, como:

- I. Reduzir o excesso de funcionários inaptos e cargos comissionados, substituindo por uma política de valorização salarial dos funcionários efetivos mais qualificados e aptos à gestão da máquina pública. Tal medida se justifica ao partirmos da premissa de que baixos salários levam em geral à deterioração da qualidade na provisão dos serviços públicos, causando a perda de pessoal qualificado e o aumento dos índices de corrupção;
- II. Incentivar a instalação de indústrias em uma região, a fim de garantir a renda de um determinado setor produtivo e reduzir a pobreza. Essa ação pode ser realizada através da aplicação de uma política de caráter redistributivo de subsídios e transferências. no entanto, o gestor da política pública deve ter cautela com esse tipo de ação, pois muitos programas de subsídios e transferências podem não ser bem alocados e acabar beneficiando famílias que estão acima da linha de pobreza. A mesma atenção o gestor deve ter com os subsídios à produção, pois isso gera distorções de preços, o que beneficia alguns setores em detrimento de outros, implicando em ineficiência alocativa;
- III. Para se alcançar a eficiência dos investimentos públicos, a alocação desses deve ser feita em setores que gerem externalidades positivas, e devem ser complementados pelos investimentos privados em vez de competir com eles.

A FBKF e os gastos em P&D são exemplos clássicos de investimentos públicos que complementam os investimentos privados. As despesas em educação básica também podem ser consideradas investimentos públicos na formação de capital humano;

- IV. Um aumento de eficiência também poderia ser conseguido se aumentados os investimentos em saúde preventiva e primária cujo retorno é elevado, e cujos custos por habitantes são baixos. Essa política poderia poupar recursos que poderiam ser alocados em outras áreas como educação, por exemplo;
- V. Outra ineficiência a ser combatida são aquelas decorrentes da grande proporção de gastos nas atividades-meio, como gastos elevados com pessoal e com atividades administrativas que acabam tomando recursos destinados a executar as atividades-fins, esses casos ocorrem com maior reincidência nos programas sociais.

Por esta ótica a intervenção do Estado na economia é algo indispensável para dar sustentação à base político-econômica do sistema liberal. Porém, a interferência do Estado deveria atuar apenas no lado da demanda, e assim mesmo estimulando os gastos públicos ou reduzindo os impostos, se e quando houvesse insuficiência de demanda efetiva e crise de desemprego.

Sob essa perspectiva histórica, a linha que separa a questão do investimento público no Brasil com a identificação das funções do Estado na economia brasileira é bastante tênue. Durante décadas, a expectativa entre os vários grupos políticos por um Estado presente e forte, na condução do processo de desenvolvimento econômico, resultou no surgimento de instituições de natureza estatal no campo da produção de bens e serviços, embora elas estivessem organizadas sob o direito privado (AFONSO E BIASOTO, 2007).

1.3 Os gastos em infra-estrutura e o crescimento econômico

Empiricamente, a discussão sobre infra-estrutura, produtividade e crescimento econômico foi provocada por Aschauer (1989). O objetivo era avaliar a relação entre os gastos e a produtividade da economia. Os resultados demonstraram que os investimentos públicos com infra-estrutura têm um papel expressivo em estimular a produtividade. Resumidamente, a literatura empírica relata que as elasticidades do produto em relação aos gastos com infra-estrutura são muito variáveis (**Tabela 1**). Pode-se verificar que os

coeficientes refletem diferentes níveis de agregação dos dados e as diversidades na estrutura econômica dos países. Os defensores dos impactos produtivos desses gastos acreditam que as diferenças nos coeficientes podem ser explicadas, entre outras coisas, por diferenças nos estoques e nos fluxos de gastos em infra-estrutura (FERREIRA E MILLIAGROS, 1998).

Tabela 1 - Elasticidade Produto-Investimento na Infra-estrutura estimada para alguns países

País	Elasticidade do Produto
EUA	0,29-0,64
Holanda	0,48
Japão	0,15-0,39
Alemanha	0,53-0,68
Canadá	0,63-0,77
Bélgica	0,54-0,57
Austrália	0,34-0,70

Fonte: European Conference of Ministers of Transport (2004) *apud* Silva e Fortunato (2007).

Ainda sob a perspectiva de que os gastos públicos produtivos devem ter um caráter de complementaridade dos investimentos privados e não de rivalidade à medida que esses possuem a capacidade de aumentar a capacidade produtiva do setor privado. Fica evidente o destaque dado às externalidades positivas dos dispêndios em infra-estrutura sobre o crescimento das economias, em todos os níveis da atividade produtiva. O que torna presumível acreditar que esses gastos tenham uma capacidade completiva importante, na medida em que estimulam os investimentos privados. Em suma, essa capacidade se refere ao poder que determinado investimento tem em induzir outros investimentos (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Segundo Ferreira e Milliagros (1998), a duplicação do estoque de infra-estrutura, ação a qual só pode ocorrer no longo prazo, pode produzir de 10 a 15 pontos percentuais de aumento no PIB. Já no curto prazo, o acréscimo de 1% ao estoque provocaria uma expansão de 0,5% no PIB e de outro 0,5% na produtividade do setor privado. Nesse mesmo estudo Ferreira e Milliagros comprovam a relação direta entre a infra-estrutura e o desempenho da economia, bem como demonstra que alguns setores da economia possuem um maior impacto sobre o produto interno bruto conforme se pode verificar na **tabela 2**.

Tabela 2 - Elasticidade Produto x Investimento na Infra-estrutura para alguns setores da economia

Setor	Investimento (%)	PIB (%)
Energia Elétrica	1	0,68
Telecomunicações	1	0,57
Transportes	1	0,42

Fonte: Elaboração própria.

Através dos dados apresentados podemos perceber que um aumento de 1% na capacidade de geração de energia significa uma expansão de 0,68% no PIB, enquanto o mesmo 1% de acréscimo ao estoque de telecomunicações e transportes resulta em ampliações de 0,57% e 0,42% no produto, respectivamente.

A disparidade na taxa de investimentos em FBKF apresenta algumas explicações para o crescimento dos países asiáticos. Estudos demonstram que um terço da diferença de performance econômica entre a América Latina e os Tigres Asiáticos entre 1980 e 1997 deve-se exatamente ao grau de investimento em infra-estrutura. Enquanto a maioria dos latino-americanos reduzia os investimentos nesse setor, os asiáticos aplicavam 7% a 8% do PIB, nível parecido ao do Brasil no alto do milagre econômico. No estudo *“The output cost of Latin America’s infrastructure gap”*, os economistas César Calderón, do banco Central Chileno e Luís Servén, do Banco Mundial, mostram um espantoso hiato entre crescimento percentual do estoque de infra-estrutura da América Latina e o de Hong-Kong, Coréia do Sul, Malásia, Taiwan, Tailândia e Cingapura. A diferença chega a 101% em capacidade de geração de energia, 64% em linhas telefônicas e 44% em estradas.

Nos países desenvolvidos, a discussão sobre esse assunto já toma um outro foco muito mais centrado na qualidade da infra-estrutura do que no montante destes investimentos. A exemplo temos, o setor de saneamento na Inglaterra que ao ser privatizado, uma das contrapartidas estabelecidas pelos investidores foi o avanço no desenvolvimento de tecnologias de preservação do meio ambiente.

Na Europa a iniciativa tomada, para o crescimento, lançada no final de 2003 pela União Européia, prevê investimentos superiores a 50 bilhões de euros até 2010 na implementação de dezenas de projetos para interconectar transportes, energia e telecomunicações por meio de redes transeuropeias. Os países do NAFTA (Estados Unidos, México e Canadá) também estudam a interconexão de seus sistemas de energia. E tanto a

América do Norte quanto a Europa aumentam os incentivos ao uso de fontes renováveis de energia e à redução da emissão de poluentes.

Contudo, para terem chegado a esse nível de discussão acerca dos investimentos em FBKF, a Europa e os Estados Unidos iniciaram seus processos de investimento em infraestrutura na sequência da Revolução Industrial. O *boom* das ferrovias nos territórios europeu e americano, alavancados principalmente por capitais privados, foi uma decorrência dos investimentos públicos em infra-estrutura nos anos 30 do século XIX. Em 1916, os EUA concluíram o *Federal Aid Road Act*, seu primeiro marco regulatório para o setor rodoviário, abrindo caminho para a febre de construção de estradas que, nos anos 30 do século XX, recuperou o país da Grande Depressão provocada pelo *crack* da Bolsa de Nova Iorque.

Já na recente história econômica brasileira, a primeira grande revolução em infraestrutura surgiu somente na década de 50 do século XX e foi fundamentalmente financiada pelo setor público, mais precisamente nos governos do Presidente Getúlio Vargas, onde foram criadas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a exceção fica por conta da criação da Companhia Siderúrgica Nacional que foi criada em 1942. E no governo do Presidente Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas, lançado em 1956.

Com o lema “50 anos em 5”, o Plano de Metas estimava investimentos em áreas entendidas como estratégicas para o desenvolvimento econômico do país como energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Porém, ao final do plano os setores de energia e transportes ficaram com mais de 70% dos recursos programados para investimentos, o que leva a crer que os condutores da política de desenvolvimento do governo acreditavam sim, que alguns setores da economia possuíam um maior impacto sobre o produto interno bruto conforme afirmara Milliagros ao defender que no curto prazo, o acréscimo de 1% ao estoque de FBKF provocaria uma expansão de 0,5% no PIB e de outro 0,5% na produtividade do setor privado.

O segundo ciclo de investimentos em FBKF no Brasil foi oriundo do I PND e II PND do regime militar, investimentos esse que tiveram um alto preço a ser pago pela sociedade, já que esse segundo ciclo foi financiado, principalmente por emissão inflacionária de moeda e

empréstimos externos, os quais deram origem ao que hoje na literatura econômica, conhecemos como o milagre econômico dos anos 70. Milagre esse que nos deixou uma herança de décadas de inflação e estagnação econômica.

Neste sentido observa-se que os gastos com infra-estrutura ao longo da história dos países vêm sendo custeados pelo Estado ou por agentes que sofram regulação do mesmo, na medida em que esse tipo de investimento é propulsor do desenvolvimento da atividade produtiva, daí a importância desses gastos na estratégia de desenvolvimento. Segundo Hirschman *apud* Silva e Fortunato (2007) o custo de prover tais serviços é bastante reduzido, uma vez que este pode ser total ou parcialmente coberto, por meio de cobranças de impostos ou taxas de utilização.

Na percepção de Hirschman, a estratégia liderada pela expansão da infra-estrutura, apesar de gerar externalidades para toda a atividade produtiva, possui um caráter estritamente permissivo, uma vez que apenas proporciona condições favoráveis para a realização de novos investimentos sem, no entanto, garantir a execução destes. Nos países em desenvolvimento o argumento defendido por Hirschman torna-se quase que irrefutável na medida em que esses países possuem uma inabilidade para executar os investimentos em formação bruta de capital. (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Por outro lado, a estratégia liderada pelas Atividades Diretamente Produtivas (ADP's), teria uma característica indutora relativamente mais forte. A explicação para isso estaria no fato de que, uma vez realizados os novos empreendimentos, estes sinalizariam as deficiências na área de infra-estrutura, provocando pressões do setor produtivo sobre o setor público, que induziriam a uma reação desta no sentido de atender essas demandas. No entanto, a iniciativa privada só teria condições de liderar tal estratégia se o país possuísse um determinado nível de infra-estrutura capaz de alavancar os investimentos privados (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Nesse sentido, a prática de um orçamento fiscal equilibrado tornar-se-ia um agravante à recessão, pois a retração da renda geraria uma queda na receita de impostos, que por sua vez força ao governo realizar cortes nos gastos e investimentos públicos, exponenciando assim a recessão. Segundo Keynes (1992) a austeridade orçamentária tão perseguida pelos governos “responsáveis” deveria ser encarada, na verdade, como um fator exarcebador das flutuações cíclicas. Onde, um governo responsável e consciente deveria preocupar-se com o desemprego,

e não com o equilíbrio fiscal, considerando que um déficit, desde que proveniente de uma expansão dos gastos públicos, seria recomendável para retirar a economia da recessão.

A crise da economia brasileira na década de 1980 expôs dois eventos de grande impacto com relação ao modo de funcionamento da economia brasileira em décadas anteriores. Em primeiro, o colapso da estrutura de financiamento do setor público desordenou a capacidade do Estado de ser um elemento ativo na dinâmica do processo econômico, fazendo com que os setores com maior concentração de empresas estatais passassem a confrontar-se com problemas de suprimento corrente de bens e serviços. Em segundo houve o processo de abertura comercial das décadas de 1980 e 1990 que geraram a necessidade de espaços para investimentos que, em comparação com o mercado interno anteriormente organizado esses estavam completamente fragmentados, representando oportunidades para diversos agentes econômicos. (AFONSO; BIASOTO, 2007).

1.4 Efeitos Keynesianos *versus* Efeitos não-Keynesianos da política orçamentária

A literatura recente vem destacando de forma especial o mote dos resultados macroeconômicos da política orçamentária. A doutrina keynesiana convencional, que defende o efeito expansionista e contracionista persistente causado pelos aumentos e reduções da despesa pública e/ou pela redução/aumento das taxas de imposto, tem sido posta em cheque pelos economistas provenientes da nova escola clássica (VENES, 2003).

A teoria novo-clássica surge no cenário do debate macroeconômico na década de 70, na busca pela racionalização teórica do fenômeno, que data dessa mesma época, da coexistência de inflação e estagnação em algumas economias; representantes da ortodoxia econômica, defendem a não intervenção do Estado na economia. Com a defesa da tese que o crescimento sustentado de qualquer economia só é possível ser alcançado através de um controle austero da inflação, por meio de políticas fiscais e monetárias contracionistas, onde o governo desacelera a demanda global através da redução dos gastos públicos (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Ainda segundo os novos-clássicos, a teoria de formação de expectativas do monetarismo de Milton Friedman (1968) não se sustentaria, devendo ser rejeitada em detrimento da hipótese das expectativas racionais (HER), a qual possui duas versões a fraca,

na qual defende-se que os agentes econômicos racionais farão o melhor uso possível de toda informação disponível sobre os fatores que, em seu entendimento, a originam, de maneira que o valor esperado de uma variável não fundamentalmente seja função constante de seus valores passados, como admite a teoria das expectativas adaptativas. Já a versão forte da HER, além de acolher a proposição anterior (a versão fraca), assevera que as expectativas subjetivas das variáveis econômicas coincidirão com suas expectativas condicionais objetivas. Contudo, em qualquer das duas versões, se encontra a definição acerca do que são os sujeitos econômicos: agentes maximizadores de funções-objetivo, que respondem, de forma ótima, às informações extraídas do mundo (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Duas hipóteses caracterizam ainda a teoria novo-clássica: a primeira consiste em que a economia está em permanente *market clearing*, o que constitui os preços se ajustarem instantaneamente, garantindo o equilíbrio continuado do mercado, resultado, por sua vez, da conduta dos agentes, mais precisamente, do retorno ótimo às suas percepções dos preços; a segunda hipótese corresponde às decisões racionais tomadas pelos empresários e pelos trabalhadores que elucubra o comportamento otimizador de sua parte, podendo ainda levar em conta o fato de que a oferta de trabalho pelos trabalhadores é concretizada com base em preços relativos (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Em constante desacordo com a ortodoxia existem os pós-keynesianos representantes da heterodoxia econômica que destacam o papel do Estado como agente regulador e capaz de promover o crescimento econômico. A idéia principal desta teoria é que o sistema não tende de forma automática ao pleno emprego dos recursos, isto é, o pleno emprego é uma possibilidade. O Estado deve assim, preocupar-se em fazer crescer a economia e, por conseguinte, controlar a inflação. O controle inflacionário dá-se por meio de medidas como a regulação de preços, salários, contratos e câmbio. O governo pode estimular o crescimento econômico através do aumento dos gastos públicos (não financiados pelo aumento dos impostos) (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Os pós-keynesianos consideram ainda a possibilidade de várias taxas de desemprego vinculadas a diversos Estados de expectativas e de preferência pela liquidez. Por outro lado, as políticas de demanda buscam induzir esses Estados de expectativa, com possibilidade (ou não) de êxito. Não há qualquer determinismo, já que a incerteza do futuro deriva da objetivação das ações humanas (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Para Venes (2003) a polêmica acerca desses efeitos sempre existiu, ainda que ela tenha alcançado maior destaque a partir do momento em que autores como Giavazzi e Pagano (1990), através de um trabalho precursor, identificaram que a prática de uma política orçamentária contracionista implementada através de uma redução da despesa pública, poderia ocasionar efeitos macroeconômicos expansionistas, é o que se convencionou chamar na literatura como efeitos não keynesianos da política orçamentária.

A questão dos efeitos macroeconômicos da política orçamentária tem gerado uma controvérsia sem fim entre as escolas de pensamento econômico. Se por um lado, os keynesianos defendem a ocorrência de efeitos positivos e persistentes resultantes de políticas de caráter mais expansionista, os autores da chamada *perspectiva alemã*³ defendem precisamente o contrário. De acordo com a visão não-keynesiana, uma política de consolidação gera efeitos expansionistas, assim como uma política dita expansionista provoca, em geral, contrações no PIB e na despesa privada (VENES, 2003).

Os resultados teóricos dos processos de solidificação orçamentária tomam escopos diferentes a depender da escola econômica em que se adote a análise. Do ponto de vista da teoria keynesiana tradicional, a diminuição da despesa pública, bem como a ampliação dos impostos, causa contrações do produto. Já sob a égide dos modelos da nova escola clássica o aumento da despesa pública, diminui o consumo privado (VENES, 2003).

E neste debate sobre o papel da política fiscal como fiadora do ambiente de valorização do capital, marcada pela abertura da conta de capital e pelo aumento significativo da volatilidade da circulação financeira. As correntes que evocavam uma atenção especial por parte dos países emergentes na tarefa de condução da política fiscal, devido ao retorno desses países ao mercado financeiro internacional, após a crise da dívida dos anos 80, ganharam espaço na condução da política econômica desses países o que elevou a exigência do controle das contas públicas (LOPREATO, 2006).

³Surgiu no início dos anos 80, quando o Conselho Alemão de Peritos Econômicos expressou, em 1981, a sua perspectiva, segundo a qual o impacto dos déficits orçamentários na demanda agregada seria negativo. Desta forma, os cortes orçamentais seriam vistos como uma via para a expansão econômica.

Para Mihaljek e Tissot (2003) *apud* Lopreato (2006), o novo desenho na estrutura de inserção externa obrigava a condução de mudanças na área fiscal diante do relaxamento dos controles de capital, das mudanças de comportamento quanto à aversão ao risco dos investidores e da rolagem da dívida pública a elevação da taxa de juros, que se caracterizou a partir do fim do sistema de juros seletivos estabelecidos pela desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Diante de tal conjuntura os investidores teriam que dispor de um instrumento que lhes permitissem não só avaliar a trajetória das finanças públicas como também os prováveis cenários macroeconômicos, esse instrumento passaria necessariamente pela construção de um indicador da saúde financeira do setor público. No entanto, o clássico NFSP (Necessidade de Financiamento do Setor Público), não mais cumpre esse papel visto que o mesmo não revela a trajetória fiscal possível no futuro, à medida que ele só reflete os movimentos fiscais já realizados (LOPREATO, 2006).

Já o indicador do comportamento esperado da relação dívida/PIB, esse sim sinaliza o percurso da situação fiscal servindo assim de alerta ao mercado a qualquer movimento brusco nos índices de endividamento público. Movimento esse que poderia projetar dois cenários possíveis: um que apontasse riscos devido ao elevado crescimento da dívida e com isso, a política fiscal teria de sofrer alterações, buscando, de um lado, obter o superávit primário requerido para a estabilização do indicador dívida/PIB e, de outro, um cenário de estabilidade que propiciasse a manutenção da política necessária à sustentação do equilíbrio fiscal (LOPREATO, 2006).

Contudo, o risco interno não era a única variável a ser monitorada, o risco de crises externas, perante alterações repentinas das condições de sustentabilidade da dívida, fez com que se aumentasse a investigação da trajetória das finanças públicas. A análise estrutural da dívida pública no que tange à qualidade da receita e da despesa pública e as obrigações potenciais do setor público – como as eventuais crises do sistema financeiro, as operações fiscais não lançadas em balanço, o apoio às corporações e as futuras obrigações previdenciárias - passaram a incorporar o conjunto de informações cruciais sobre a situação fiscal (LOPREATO, 2006).

A consolidação das finanças públicas tornou-se ponto vital da agenda econômica na década de 90, intensificando-se à exigência por superávits estruturais aptos a suprir as

expectativas dos investidores, independentemente dos valores tomados pelas variáveis que exercem influência sobre a evolução da dívida pública. O compromisso das autoridades econômicas de regularem as suas ações levando em conta as expectativas sobre a dinâmica das contas públicas determinou o modo passivo da política fiscal, apesar da centralidade que ocupa no seio da política macroeconômica (LOPREATO, 2006).

O fervoroso debate sobre a forma de implementação da política fiscal dimensionou o escopo de apreensão quanto às questões teóricas na agenda da visão convencional, baseada nos modelos tradicionais de origem keynesiana, onde a política de rigidez fiscal tinha efeitos contracionistas inevitáveis no curto prazo e os resultados favoráveis só seriam atingidos no longo prazo, com a diminuição da taxa de juros, a expansão dos investimentos e a recuperação do crescimento, o que levou a discussão dos efeitos não keynesianos da acomodação fiscal a conquistar um maior espaço se diferenciando assim da idéia até então hegemônica do momento anterior. (LOPREATO, 2006).

Com a difusão da idéia da contração fiscal expansionista tal concepção foi, em grande parte, descartada. Uma vez que o efeito keynesiano tradicional apreende o impacto direto do corte nas despesas e do aumento dos impostos na renda do setor produtivo, enquanto os efeitos não-keynesianos derivam do choque da política fiscal vigente e trazem no bojo de sua análise a expectativa e a confiança dos atores privados nas alternâncias das políticas futuras. (LOPREATO, 2006).

Nesse sentido se a estabilização fiscal ganha credibilidade e alcança a magnitude necessária, as supostas perdas de curto prazo do ajuste fiscal acabam sendo amenizadas ou, até mesmo, eliminadas pelo aumento dos gastos privados, imperando os efeitos expansionistas.

Atrás deste desempenho macroeconômico, que acontece na série de políticas orçamentárias contracionistas, é fundamental destacar o importante papel das expectativas dos agentes econômicos envolvidos no processo. Uma vez que o efeito de longo prazo é expansionista, e os agentes incorporam a expectativa de que no futuro, a carga fiscal será inferior dada à redução presente do déficit e que o seu rendimento permanente irá se alterar permitindo-lhes assim aumentar os níveis de despesa (VENES, 2003).

Esta forma de análise da conduta microeconômica dos agentes tem sido recriminada pelos keynesianos, quando esta é adotada como uma hipótese incondicional. Por exemplo, Blanchard (1990) *apud* Venes (2003), aceita sob determinadas condições, a possibilidade de que haja efeitos de caráter não keynesianos da política orçamentária.

Sendo assim, um ajuste orçamentário obtido via aumento dos impostos poderia gerar efeitos não keynesianos. No entanto, o efeito keynesiano provoca redução nos níveis de consumo presente dos indivíduos, ao ponto em que a redistribuição intertemporal dos impostos do futuro para o presente eleva a sua carga fiscal atual. Segundo ainda Blanchard (1990) *apud* Venes (2003), a intensidade deste efeito depende do grau em que economia parte de uma condição de equivalência ricardiana. Por outro lado, o aumento de impostos no presente gera a perspectiva de menores impostos no futuro, permitindo uma elevação dos níveis de consumo presente (VENES, 2003).

Contudo, a própria gênese desse crescimento é passível de controvérsia. Há na literatura quem defenda o lado da demanda e explique os efeitos não-keynesianos como fruto tanto do maior consumo oriundo do aumento da renda disponível esperada, como do aumento dos investimentos em função da expectativa de juros mais baixos e da redução da recompensa pelo risco após o programa de estabilização fiscal. E há quem defenda o lado da oferta e confere aos efeitos não-keynesianos, basicamente, ao choque do ajuste fiscal sobre o mercado de trabalho (LOPREATO, 2006).

Para Venes (2003), os efeitos não-keynesianos da política fiscal são ilustrados pelo papel da política vigente em acomodar as expectativas de mudanças nas políticas a serem executadas no futuro. Essa percepção induz os atores a reverem as suas ações de gastos e a compensarem o efeito negativo do ajuste fiscal, assegurando a retomada do crescimento.

Historicamente o êxito das políticas de ajuste fiscal está condicionado aos cortes de gastos de governo com salários, já que estes tendem a frear o aumento dos impostos sobre o trabalho, diminuindo assim o seu custo e gerando melhores condições de oferta. Contudo, esse resultado dependera essencialmente do tipo de programa implantado e das características de cada país no trato da política fiscal (LOPREATO, 2006).

No entanto o que se vem observando dentro da literatura econômica mais ortodoxa é o consenso em que o programa de consolidação fiscal deve concentrar-se no corte das despesas, especificamente no que se refere ao corte dos salários do setor público e das transferências.

Esta composição do ajuste fiscal é a que alguns economistas enxergam como a mais prudente, pois preenche os seguintes requisitos:

- I. o corte dos salários do setor público diminui os custos e provoca efeitos positivos no lado da oferta;
- II. é maior a probabilidade de segurar o valor da dívida pública quando o ajuste fiscal incide via cortes das despesas correntes;
- III. a certeza dos atores de que os cortes nas despesas durarão mais do que a redução dos investimentos públicos, aumenta a confiabilidade da proposta de ajuste;
- IV. o fato do governo não se negar a promover cortes de alta suscetibilidade como empregos, seguridade e gastos sociais, favorece a avaliação das autoridades e ajuda no êxito da consolidação fiscal.

O formato do programa, entretanto, não é o único fator a explicar o sucesso do ajuste fiscal, os elos em meio ao arranjo institucional e a performance das contas públicas corroboram também como fator explicativo ao bom desempenho do programa. Assim, as condições de execução dos programas de ajuste são mais apropriadas quando se faz intervenção no plano institucional, isso se dá normalmente, com a aplicação de regras fiscais. A admissão de regras no processo orçamentário, coerentes com as propostas de controle do déficit, é vista como uma eficaz ferramenta para se alcançar um bom desempenho das contas públicas (LOPREATO, 2006).

As idéias expostas nesta última seção do capítulo divergem até certo ponto com os argumentos anteriormente apresentados neste trabalho, ao ponto em que foi colocado de maneira incisiva argumentos em defesa do risco fiscal, evitando sempre que o tratamento pouco cuidadoso das contas públicas possa vir a agravar a volatilidade das variáveis macroeconômicas e dificultar o crescimento.

CAPÍTULO 2

PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO PIB

Antes da discussão acerca da economia sergipana propriamente dita, a ser feita neste capítulo, será apresentado um breve apanhado da trajetória do Estado brasileiro no sentido de minimizar as desigualdades, especialmente ao que se refere aos investimentos em infraestrutura e que acabam se manifestando de forma intra e inter-regional.

2.1 Breve abordagem da implantação das políticas regionais no Brasil

A deficiência na FBKF acabou agravando as condições de continuísmo das desigualdades sociais e espaciais, que se revelaram de maneira intra e inter-regionais na economia brasileira. O perfil de concentração do crescimento brasileiro acomodou, historicamente, a constituição de uma sociedade com um dos maiores índices de desigualdade do mundo (DOMINGUES *et al*, 2007).

Desde as primeiras décadas do século XX já era possível perceber o dualismo regional enraizado na economia brasileira, conforme dados apresentados por Haddad (1996), relativos às estimativas do Censo Industrial para o ano de 1907, na tabela 3.

Tabela 3 - Participação no Produto Industrial do Brasil

Região	PIB (%)
Sudeste	58
Nordeste	16,7
Norte	4,3

Fonte:Haddad (1996).

Enquanto em 1900, a população estava distribuída entre as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, na proporção de 44,5%, 39% e 4% respectivamente (HADDAD, 1996).

No entanto, em pleno século XXI, a problemática regional ainda continua sendo uma das principais barreiras ao desenvolvimento nacional. Para Neto (2002) *apud* Domingues *et al* (2007), o Brasil está dividido geográfica e economicamente em cinco regiões, entretanto, pela desigualdade inter-regional existente, poder-se-ia dividir o país em pelo menos dois “Brasis”

com realidades bastante distintas. Para que se tome como parâmetro em 2000 o município de Niterói (RJ) tinha uma renda *per capita* 33,7 vezes maior do que a o do município de Guaribas (PI), o município mais pobre do país na época.

Além dessas grandes discrepâncias entre rendas *per capita* interestaduais ainda existentes no Brasil, subsistem outras de maior relevância ainda, pois dizem respeito aos níveis de educação da população, esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, intensidade da pobreza.

Diante deste quadro o Estado a partir do século XX passa a intervir atuando de forma incisiva na área de políticas regionais, *a priori* as ações estavam diretamente ligadas ao combate da seca no Nordeste e à produção da borracha na Amazônia. Pois até então, não havia a preocupação com as desigualdades regionais, que viriam a exigir do governo maior atenção no início da década de 50 (DOMINGUES *et al*, 2007).

Assim, o Estado é convocado a intervir decisivamente objetivando não mais somente a industrialização do país, mas, sobretudo minimizar a concentração econômica entre as regiões. O quadro de profundas desigualdades regionais levou a mobilização intensa dos atores políticos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em busca de estruturar um conjunto de instituições e instrumentos fiscais e financeiros junto ao Governo Central, objetivando a elaboração e à implementação de políticas compensatórias para as regiões periféricas (HADDAD, 1996).

No começo dos anos 60, a economia brasileira inicia um processo de integração regional, envolvendo a transferência inter-regional de capitais produtivos que completou o longo processo de desenvolvimento do mercado nacional iniciado com apoio nas trocas comerciais, a partir da segunda metade do século XIX.

Como ator preponderante dessa última fase, a chamada integração produtiva da evolução histórica da economia brasileira, destaca-se a atuação do Estado e das políticas regionais que colaboraram terminantemente para a citada transferência inter-regional de capitais produtivos (LIMA, 1994).

A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 deu início à política de desenvolvimento regional no país, o BNB surgiu com a missão de planejar e executar um programa de desenvolvimento comprometido com as especificidades da região onde se inseria. Nesse mesmo período destaca-se ainda a criação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como seu mentor o economista Celso Furtado (DOMINGUES *et al*, 2007).

Segundo Araújo (1998) *apud* Domingues *et al* (2007), o GTDN defendia a proposta de implantar um modelo de substituição de importações em escala regional, onde, as indústrias deveriam explorar os recursos locais, gerando assim a expectativa de criar uma forte classe empresarial da região. Contudo não era visível nesta iniciativa a clara preocupação com a FBKF.

Em função especialmente destas políticas, observou-se um movimento de inversão da "polarização" das atividades econômicas no Sudeste, com forte progresso no peso das demais regiões na constituição do PIB brasileiro, sobretudo aumentando a parcela do Norte e do Centro-Oeste, como também do Sul e do Nordeste (DINIZ; LEMOS, 1989; GUIMARÃES NETO, 1990 *apud* LIMA, 1994).

Ainda na década de 50, inicia-se a criação de órgãos de fomento, planejamento e coordenação regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, cuja concepção teve origem no GTDN de Celso Furtado. Surge então um aparato estatal de âmbito regional, no qual tinham assento, voz e voto decisivos os governadores dos Estados da região Nordeste além do Estado de Minas Gerais, com a missão de minimizar as desigualdades existentes no Nordeste, aproximando-o assim do Sul e Sudeste do país (DOMINGUES *et al*, 2007).

Em seguida em 1966, com o mesmo propósito, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A SUDAM fazia parte de um plano estratégico desenhado pelo Regime Militar para promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, com a esperança de diminuir as desigualdades sociais e regionais e assim poder integrar a região ao restante do país. O plano estratégico fazia parte da política de segurança nacional que tinha como *slogan*: "integrar para não entregar" (DOMINGUES *et al*, 2007).

Um ano após a criação da SUDAM, com a Reforma Administrativa, todas as instituições regionais passaram a fazer parte do Ministério do Interior, um órgão do Governo Federal designado para realização das políticas regionais, compreendendo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), constituída no mesmo ano com a finalidade de gerar uma importante zona de livre comércio no Amazonas (DOMINGUES *et al*, 2007).

Já na década de 1970 mudanças ocorreram no enfoque das políticas regionais. A SUDAM e SUDENE deixaram de ser formuladoras e passaram a ser executoras das estratégias de políticas regionais do governo federal. Com isso foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN) que, na Amazônia e Centro-Oeste, foi o responsável pela construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá- Santarém. E no Nordeste, foi implantado um Programa de Redistribuição da Terra e incentivos a lavoura e criação de gado (PROTERRA). O primeiro programa tinha a pretensão de ligar física e economicamente a região Nordeste à região Amazônica e à região Centro-Oeste, facilitando assim as migrações e a ocupação dos territórios pelos nordestinos. Já o segundo Programa objetivava promover irrigação na região Nordeste (NETO 2002 *apud* DOMINGUES *et al*, 2007).

A partir da década de 80, o modelo de desenvolvimento regional começa a se exaurir devido à crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, concomitantes a um processo inflacionário crônico, diante desse quadro nos anos 80 a questão do desenvolvimento regional acaba ficando em segundo plano. Somente com a Constituição Federal de 1988, é que as políticas de desenvolvimento regional voltam a ter um papel relevante com a criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento.

A partir destes Fundos, o Governo Central criou um arcabouço burocrático de políticas de desenvolvimento regional. Atualmente, representado pelo Ministério da Integração Nacional, que supervisiona os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (FINOR e FINAN), o Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Por conseguinte, os Bancos do Nordeste, do Brasil e da Amazônia, ambos atrelados ao Ministério da Fazenda, gerem outros três fundos constitucionais referentes às suas áreas: o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados com o objetivo de fomentar o financiamento da infra-estrutura econômica dos Estados - tais como energia, telecomunicações, transporte, abastecimento de água, produção de gás, instalação de gasodutos e esgotamento sanitário - nos quais está implantado o programa.

Em 2001 o modelo SUDENE/SUDAM foi substituído pelas Agências de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e da Amazônia (ADA) respectivamente. Porém, logo em 2003 o Ministério da Integração Nacional com a finalidade de ampliar as condições ao combate das desigualdades regionais restaurou as extintas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), que passariam a exercer a função de coordenar todos os esforços dos setores públicos federal, estadual e municipal para o desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte.

No caso específico do Nordeste, no período que foi de meados da década de 1980 ao início dos anos 2000, seu PIB manteve uma tendência positiva, entretanto declinante, no que tange a sua participação na economia brasileira, decrescendo de 14,1% em 1985 para 13,5% em 2002. Porém, nesse mesmo ano, o crescimento real da economia nordestina foi muito superior ao da economia brasileira, apesar das oscilações da economia nordestina sejam mais significativas que as apresentadas pela economia nacional (DOMINGUES *et al*, 2007).

Entre 1960 e 1989 o Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 6,4%, enquanto a economia brasileira avançava em 6,0% ao ano. Ao mesmo tempo, o produto *per capita* do nordestino passa de 43,5% em 1960 para 61,4% do produto *per capita* do Brasil em 1988. Esses números, ainda que pouco satisfatórios, opõem-se com a ocasião vivida nas décadas anteriores a 1960, quando o Nordeste crescia sistematicamente numa cadência inferior ao observado para o Centro/Sul do País (LIMA, 1994).

Conforme Maia Gomes (1991) *apud* Policarpo Lima (1994), no Nordeste essa desconcentração pode ser mensurada a partir da evolução de outros indicadores de forma associada como, por exemplo, a renda *per capita*.

Certas características gerais desse crescimento merecem ênfase. Em primeiro lugar, deve ser salientado que, em nível setorial, o setor terciário foi o que mais cresceu ao longo dessas três décadas o que, entre outros fatores, reflete o desempenho importante do setor

público e do sistema financeiro, que entre os 80 e primeira metade dos anos 90 ganhou participação em nível nacional e regional com o crescimento da inflação a partir do final dos anos 70 e, finalmente, do chamado setor informal (LIMA, 1994). É evidente que desde a implantação do Real tem havido alguma reversão nesse cenário por conta da estabilização monetária.

Segundo Ferreira (2006) *apud* Domingues *et al* (2007), embora o desempenho do crescimento notado na economia nordestina ao longo desse período, na média, ter se comportado acima do seu potencial esperado, no entanto apresentou muitas oscilações, sendo que o mesmo efeito pode ser deduzido para a economia brasileira. Essa tendência positiva do PIB da região Nordeste está em grande medida associada aos gastos públicos estaduais diretamente em infra-estrutura e indiretamente pelos incentivos fiscais locais buscando atrair o capital privado.

Percebe-se então que a evolução do PIB nordestino esta condicionado, em primeira instância, ao aumento dos gastos públicos na FBKF na região, até mesmo na forma de incentivos fiscais induzindo o investimento privado em setores que proporcionam vantagens comparativas e competitivas.

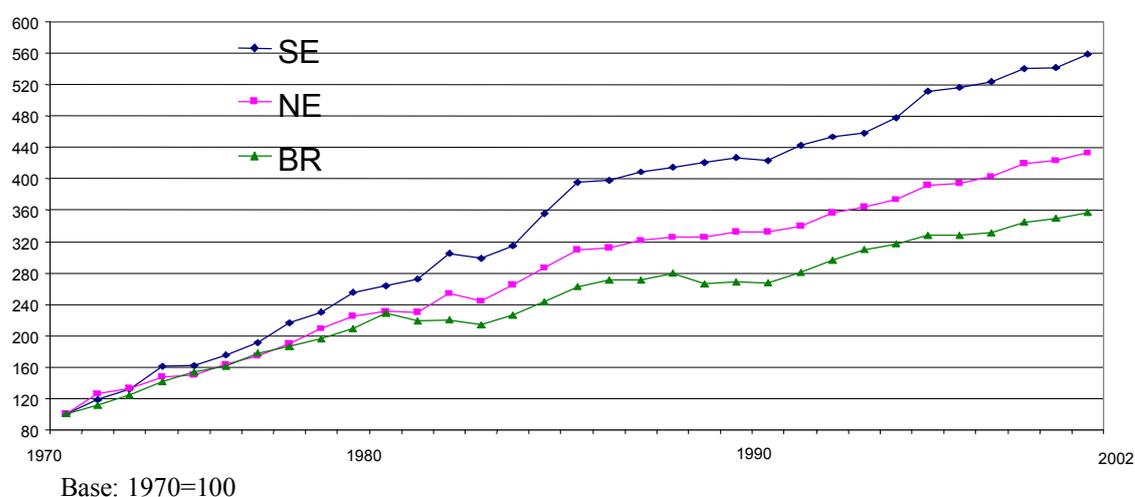


Gráfico 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução do Produto Interno Bruto (1970-2002)

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

No início de 2007, surge então a mais recente tentativa do governo federal em minimizar as desigualdades regionais através do investimento pesado em FBKF, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC ambiciona investir, em quatro anos,

R\$ 503,9 bilhões, sendo esses recursos oriundos basicamente, das estatais federais e do setor privado. A mobilização de recursos privados pelo PAC foi prevista através de uma concepção de ambiente econômico mais favorável (DOMINGUES *et al*, 2007).

Caso típico de atuação do PAC são os setores de transportes, energia e telecomunicações, onde o primeiro contará com 58,3 bilhões de reais, em quatro anos, para serem alocados na malha rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária, hidroviária, além da marinha mercante. O segundo que terá a maior parte dos investimentos alocados em geração de energia e na continuação da construção de usinas hidroelétricas. No total, o PAC prevê investir 274,8 bilhões de reais em energia até 2010, quase 30% reservados a geração e transmissão de energia elétrica. E o setor de telecomunicações em que a situação não é tão preocupante em virtude do advento das privatizações ocorridas na década de 90 que promoveu uma reestruturação do setor (DOMINGUES *et al*, 2007).

No entanto para Domingues *et al* (2007) não parece existir, a princípio, uma estratégia de minimizar as desigualdades regionais nos investimentos listados no PAC. Além do que o Programa mostra-se pouco articulado às políticas regionais praticadas pelos bancos de desenvolvimento regional e instituições financeiras que executam os recursos dos Fundos Constitucionais.

Porém, a necessidade de investimentos em infra-estrutura no Nordeste é algo quase de consenso dentro de nossa literatura econômica, o que torna de extrema relevância às inversões que estão sugeridas no PAC para a região. Ainda que o Programa venha suprir apenas parcialmente a escassez de infra-estrutura do Nordeste, o PAC poderá proporcionar resultados positivos em termos do crescimento e conseqüente desenvolvimento da região.

Contudo a ausência de um planejamento mais sistematizado e uma formalização documental sobre os investimentos do PAC representa tanto uma dificuldade para sua análise como possivelmente para sua execução. Isto se torna evidente quando são notadas diversas ações de investimento em diversas áreas de governo e do setor privado que foram elencadas no conjunto de iniciativas do PAC, embora não haja uma organização sistematizada e planejada da articulação destas ações. O mérito do programa fica então no sentido do mesmo ter trazido a baila as necessidades de investimentos em FBKF para o foco primordial de atuação das políticas públicas, conforme demonstra a **tabela 4**.

Tabela 4 - Projeção de investimentos anuais em Infra-estrutura no Nordeste de 2008 a 2011 (participação % no PIB estadual, ano base 2003)

Agrupamento	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE
Eletricidade	3,61	1,81	0,17	0,46	0,14	1,47	0,95	0,16	0,36	0,83
Luz para Todos	2,18	2,49	0,76	0,29	0,35	0,21	0,68	0,31	0,85	0,75
Logística	0,59	0,10	2,07	0,15	0,05	0,68	-	-	0,22	0,54
Recursos Hidricos	0,18	2,21	0,72	0,27	0,38	0,64	1,45	1,27	0,79	0,76
Rodovias	-	-	-	1,11	1,27	0,35	1,43	1,29	0,50	0,53
Telecomunicações	1,03	1,31	1,15	1,06	1,05	0,94	1,21	0,78	0,76	0,95
Transp. Urbano	-	-	0,47	-	-	0,18	-	-	0,17	0,16
Saneamento	3,47	3,26	2,04	1,50	1,65	1,22	1,59	0,80	1,19	1,57
Habitação	1,52	3,48	3,66	0,10	1,89	1,49	1,09	0,30	1,06	1,56
Total	12,58	14,65	11,03	4,95	6,79	7,19	8,42	4,91	5,90	7,63

Fonte: DOMINGUES (2007)

A figura 1, logo em seguida também fornece uma visão do impacto no longo prazo dos investimentos em infra-estrutura na Região Nordeste, mostrando que em grande parte do Estado de Sergipe esses investimentos representaram uma variação no PIB em torno de 2,13 a 3,75%. Porém em uma pequena faixa litorânea onde se encontra a capital Aracaju o impacto desses investimentos representa um delta no PIB estadual entre 3,83 a 5,38%.

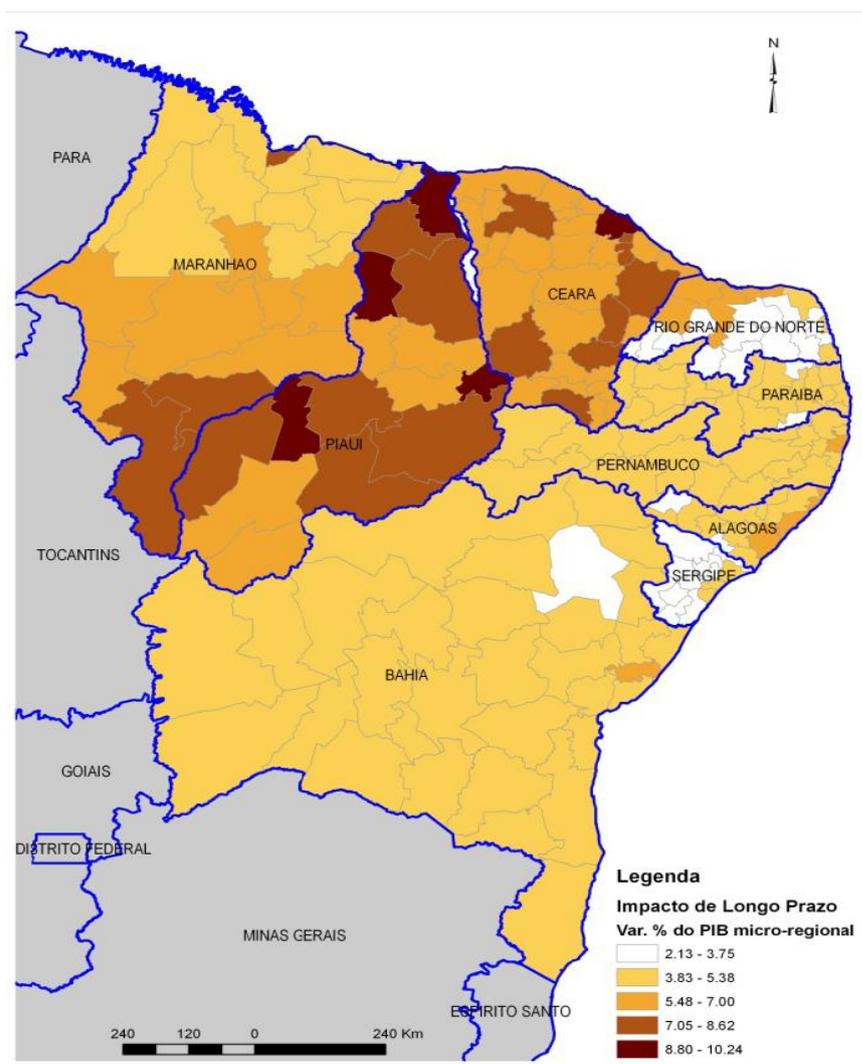


Figura 1 - Impacto microrregional dos investimentos no longo prazo (variação % PIB)
 Fonte: Extraído de DOMINGUES (2007)

2.2 Conjuntura recente da economia sergipana.

Já no que concerne a análise conjuntural da economia de Sergipe *a priori* podemos observar duas características interdependentes para apontarmos a conjuntura do passado recente da economia sergipana. A primeira está ligada às alterações da economia brasileira, sob influência das mudanças na economia internacional e a segunda relacionada à importância que tiveram, até meados da década de oitenta, os investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) das empresas estatais que serviram para fomentar direta e indiretamente o crescimento, a renda e o emprego no Nordeste e, em especial, nas economias estaduais mais frágeis como o caso da economia sergipana. (CEPLAN, 2005).

Quanto à primeira característica, dois pontos merecem destaque. O primeiro refere-se ao crescimento sustentado do PIB que até o final dos anos setenta foi favorecido pela forte proteção ao mercado da economia brasileira e o fácil acesso à poupança externa, era o “Milagre Econômico”. O segundo, porém de igual importância para compreensão do panorama econômico da época, está intrinsecamente ligado à crise mundial do petróleo e ao processo inflacionário desencadeado nas economias centrais que permitiram, nos anos setenta, que economias periféricas adotassem políticas de reestruturação industrial, alterando assim suas políticas comerciais e gerando uma forte onda protecionista (CEPLAN, 2005).

A partir da década de oitenta a aplicação de políticas corretivas pelas principais economias desenvolvidas, como o violento aumento da taxa básica de juros da economia norte-americana, ecoou nas economias latino-americanas e, em especial na economia brasileira que, com alto grau de insolvência, mergulhou, na primeira metade da década de oitenta, num processo de crise cambial e financeira, cessando um curso de crescimento sustentado que se observa até o final dos anos setenta (CEPLAN, 2005).

Ao longo dos anos noventa a economia brasileira passou por mudanças substanciais, como a abertura comercial, a redução do papel do Estado e das políticas intervencionistas, a estabilização de preços e a gradativa hegemonia de uma política monetária voltada às metas inflacionárias. Do ponto de vista regional, alguns aspectos também roubaram a cena como a extinção dos órgãos de desenvolvimento regional como a SUDENE e a guerra fiscal de incentivos estaduais também contribuiu para a formação do cenário das economias nordestinas, na tentativa de atrair novos empreendimentos industriais (LIMA, 2005).

Contudo, paulatinamente, essas economias adaptaram-se à crise da dívida, a partir do início dos anos noventa, adotando medidas sob forma de redução das barreiras protecionistas, de desregulamentação de seu mercado de capitais, da implementação de programas de privatização de empresas públicas, na esfera federal o Governo de Fernando Collor de Melo traduz bem esse momento de abertura do mercado brasileiro e do início do processo de privatizações com o setor das telecomunicações; em Sergipe podemos ver no Governo de Albano do Prado Franco a privatização da Empresa de Energia de Sergipe – ENERGIFE, todas essas ações são reforçadas por medidas austeras de controle dos gastos públicos e de combate de seus crônicos processos inflacionários (LIMA, 2005).

Esse período tem como característica mais evidente a persistência de uma lenta fase de crescimento econômico, iniciada na década de oitenta, marcada por graves problemas na economia brasileira, com repercussões importantes nas economias estaduais. Na origem dos problemas da economia brasileira, a crise cambial de início dos anos oitenta e a interrupção dos fluxos de financiamento com base em poupança externa, foi uma das fontes mais importantes de desequilíbrio macroeconômico. Outro não menos importante foi à aceleração do processo inflacionário (CEPLAN, 2005).

No Nordeste, a tendência observada foi de redução do investimento, com uma desaceleração do seu ritmo de crescimento real para 1,6% ao ano na década de oitenta, reduzindo-se ainda, entre 1990 a 1993, em termos absolutos em 4,4% ao ano. O investimento público contribuiu para essa queda com - 9,9% ao ano. Chamam ainda à atenção a tendência de perda de dinamismo na indústria de transformação e a maior importância do segmento de construção e do setor terciário como fontes de crescimento. Tais tendências são observadas na maioria dos Estados nordestinos, embora em alguns deles a indústria de transformação ainda mostre algum destaque, exatamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, que vem apresentando maiores taxas de crescimento no conjunto da Região (LIMA, 2005).

Segundo Lima (1994), observa-se a partir de então o desdobramento de uma trajetória de tendência homogênea do processo de reprodução do capital, o que, levando em consideração a existência ou não de especificidades nesta reprodução, tem gerado a redução contínua e crescente das peculiaridades dessa reprodução em nível de cada região geográfica.

Nessa conjuntura, forja-se um ambiente econômico integrado onde a região hegemônica, o Sudeste, comanda o processo de acumulação, definindo-se ainda uma divisão inter-regional do trabalho que aos poucos estreita as fronteiras das possibilidades de diversificação das atividades produtivas nas demais regiões (LIMA, 1994).

Para Lima (1994), ainda que diminutas estas oportunidades de diversificação, devemos ter em mente que elas têm se efetivado em alguns episódios quando verifica-se a ação conjunta dos fatores locais já citados, que vêm condicionando o movimento de "despolarização".

Como pode ser facilmente percebido, ao longo de três décadas a taxa de crescimento da economia nordestina experimenta forte desaceleração, fato bastante conhecido e associado às mudanças mais gerais da economia brasileira. Setorialmente, o setor primário sofreu a maior mudança, saindo de uma taxa de crescimento de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980 para -1,6% ao ano nos anos 90. No setor secundário, houve um crescimento de 9,1% ao ano nos anos 70, tendo na década seguinte uma queda significativa no seu patamar de crescimento atingindo somente 1,0% ao ano, só recuperando seu vigor na década de 90 com um crescimento de 4,0% ao ano. Já no setor terciário a queda após a década de 70 se dá de forma menos agressiva saindo de 10,2% ao ano nos anos 70 para 3,5% ao ano nos anos 90 (LIMA, 2005).

O **gráfico 2** demonstra que Sergipe acompanha essa trajetória de crescimento da Região, ao verificarmos ao longo da década de oitenta, mais precisamente a segunda metade desta década o setor primário tem um crescimento de 1,0% ao ano, na década seguinte percebe-se uma queda deste setor em 1,0% ao ano e nos anos 2000 há uma tendência à estabilidade ficando o PIB deste setor em torno de 9,0% ao ano, até 2002. Já quanto ao setor secundário pode-se observar que na segunda metade da década de oitenta apresenta uma queda de aproximadamente 20% ao ano, retomando o crescimento na década posterior em 10% ao ano, mantendo essa tendência de crescimento nos anos 2000 com um crescimento de aproximadamente 21% até 2002. No setor terciário a segunda metade da década de 80 é marcada por um crescimento de 20% ao ano do setor, que sofre um desaquecimento na década seguinte crescendo em torno de 10%, nos anos 2000 essa trajetória da década anterior se acentua com um crescimento negativo de 17% do setor.

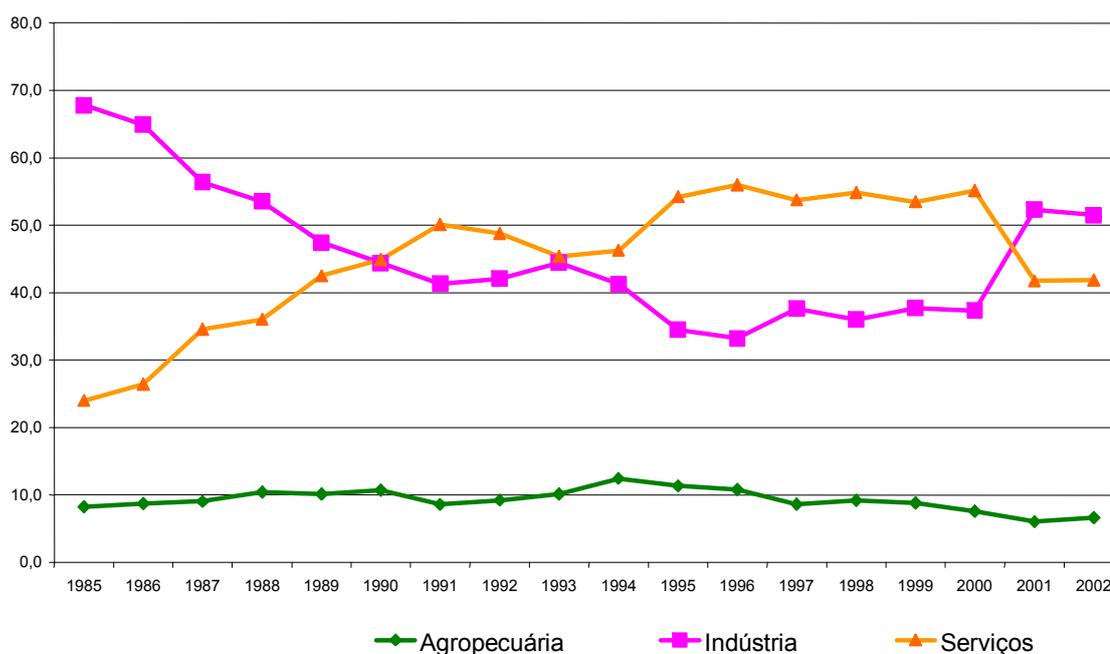


Gráfico 2 - Sergipe Evolução da Participação dos setores no PIB Estadual 1985-2002 (%)

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

A partir de 2002 que foi o ano de escolha para a nova base de cálculo do PIB, por ter sido um ano conjunturalmente equilibrado com todos os Estados possuindo uma base de dados homogênea e completa para o cálculo na nova base, até 2006 que foi o ano da última série das Contas Regionais divulgadas pelo IBGE, pode-se ver através da **tabela 5 e do gráfico 3**, que entre os setores da economia a maior participação se dá no setor de serviços, com 63,7% de toda riqueza gerada na economia sergipana seguido pela indústria 31,4% e agropecuária 4,9%.

Tabela 5 - SERGIPE Valor adicionado bruto e estrutura de participação dos grandes setores da economia 2006

Setores Econômicos	R\$ milhão	Estrutura de participação (%)
Agropecuária	658	4,9
Indústria	4.234	31,4
Serviços	8.599	63,7
Total	13.492	100,0

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

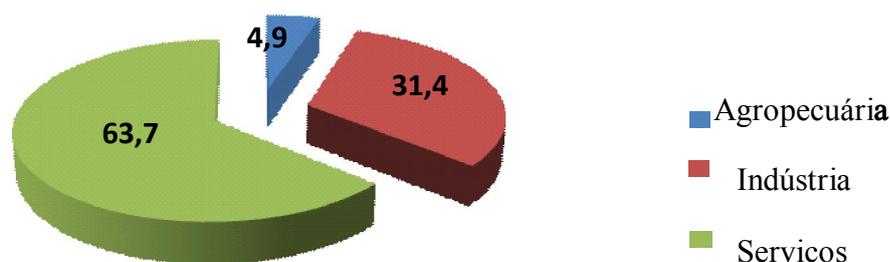


Gráfico 3 - Participação dos Setores na Economia de Sergipe em 2006

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Na **tabela 6**, abaixo, os dados acima apresentados podem ser confirmados e melhor analisados, pois estão apresentados de forma desagregada por atividade econômica. Desta forma fica fácil identificar que o setor público foi o principal responsável pelo aumento do setor terciário na participação do PIB sergipano. Tendo o setor público participado com 35,9%, 36,7%, 34,5%, 36,0% e 38,5% do total apurado do setor de serviços nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 respectivamente.

Tabela 6 - SERGIPE Participação (%) das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos. 2002-2006

Atividade Econômica	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	2,4	3,9	2,4	1,9	2,4
Pecuária e pesca	2,2	2,6	2,3	2,6	2,5
Agropecuária	4,5	6,5	4,7	4,4	4,9
Indústria extrativa mineral	3,7	4,1	4,4	6,0	7,4
Indústria de transformação	11,7	12,6	11,1	10,7	9,7
Construção Civil	6,2	6,0	7,1	6,8	6,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	10,5	11,6	12,0	9,8	8,2
Indústria	32,0	34,3	34,5	33,3	31,4
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,9	9,0	10,1	11,3	10,7
Serviços de alojamento e alimentação	1,3	1,3	1,5	1,4	1,8
Transportes, armazenagem e correio	3,4	3,8	4,8	4,0	4,7
Serviços de informação	2,7	2,6	2,6	2,6	2,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	4,9	4,0	3,3	4,0	3,8
Serviços prEstados às famílias e associativos	1,6	1,7	1,7	1,7	1,6
Serviços prEstados às empresas	2,4	2,6	3,4	2,4	3,0
Atividades imobiliárias e aluguel	9,9	9,7	9,4	9,3	8,6
Administração, saúde e educação públicas	22,8	21,7	21,0	22,4	24,5
Saúde e educação mercantis	2,5	1,8	1,9	2,1	1,7
Serviços domésticos	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1
Serviços	63,5	59,2	60,8	62,3	63,7
Valor Adicionado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Segundo a Superintendência de Estudos e Pesquisas Econômicas – SUPES da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN o PIB sergipano, é da ordem de R\$15,126 bilhões. E como pode-se verificar no **gráfico 4**, desde 2003 que o PIB sergipano vem em uma tendência ascendente.

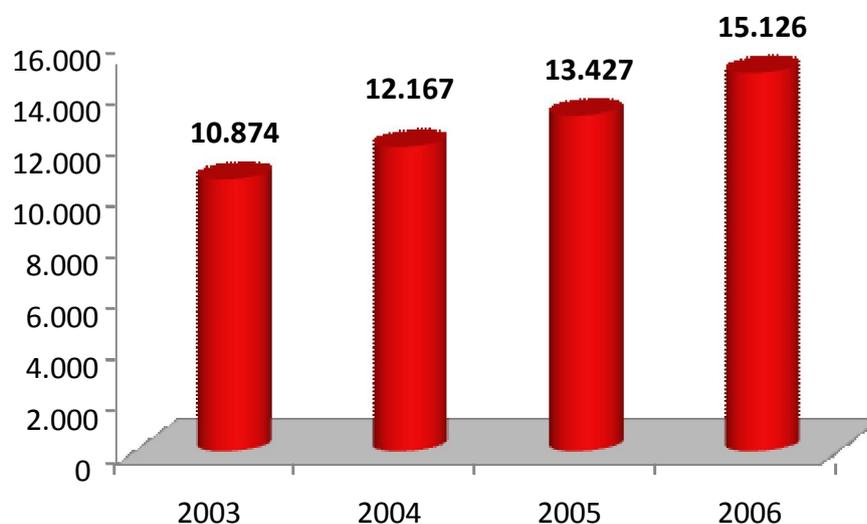


Gráfico 4 - Produto Interno Bruto de Sergipe 2003 - 2006

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Porém, com uma taxa de crescimento de 4,1 % em relação a 2005 o crescimento da economia sergipana foi semelhante ao apresentado no Brasil (4,0%), mas um pouco abaixo do Nordeste (4,8%). Conforme demonstra a **tabela 7**, logo abaixo.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto, a preço de mercado, do Brasil, Nordeste e Sergipe. 2002-2006

Ano	Moeda	Produto Interno Bruto (valores correntes)			Participação %		Variação Real Anual		
		Brasil	Nordeste	Sergipe	SE/BR	SE/NE	BR	NE	SE
2002	R\$ Milhão	1.477.822	191.592	9.454	0,64	4,93	-	-	-
2003	R\$ Milhão	1.699.948	217.037	10.874	0,64	5,01	1,1	1,9	2,6
2004	R\$ Milhão	1.941.498	247.043	12.167	0,63	4,93	5,7	6,3	6,6
2005	R\$ Milhão	2.147.239	280.504	13.427	0,63	4,79	3,2	4,6	5,5
2006	R\$ Milhão	2.369.797	311.175	15.126	0,64	4,86	4,0	4,8	4,1

Fonte:SEPLAN/ SUPES/GEPEA (2008)

Ano referência: 2002

Ainda sobre a **tabela 7**, é possível verificar que a produção do Nordeste representa 13% do PIB nacional, enquanto a produção sergipana representa 0,6% do PIB nacional. e 5% do PIB nordestino.

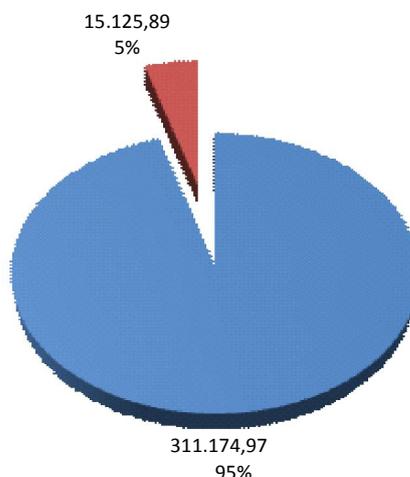


Gráfico 5 - Participação do PIB Sergipano no Nordeste – R\$ milhões Período: 2006
Fonte:SEPLAN/ SUPES/GEPEA (2008)

Esse 0,6 % de representação no PIB nacional coloca Sergipe na 21ª colocação no ranking nacional de participação dos PIB's estaduais do Brasil. À frente somente do Piauí e dos Estados da região norte, com exceção do Amazonas e Para, mais o Tocantins, conforme demonstra a **tabela 8**.

Tabela 8 - Participação (%) dos PIB's estaduais e regiões no PIB do Brasil (Ranking) 2002-2006

Estados	Participação (%)					Ranking				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	33,6	34,1	33,1	33,9	33,9	1	1	1	1	1
Rio de Janeiro	11,7	11,1	11,5	11,5	11,6	2	2	2	2	2
Minas Gerais	8,7	8,8	9,1	9,0	9,1	3	3	3	3	3
Rio Grande do Sul	7,2	7,3	7,1	6,7	6,6	4	4	4	4	4
Paraná	6,1	6,4	6,3	5,9	5,8	5	5	5	5	5
Bahia	4,2	4,0	4,1	4,2	4,1	6	6	6	6	6
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	7	7	7	7	7
Distrito Federal	3,9	3,7	3,6	3,8	3,8	8	8	8	8	8
Goíás	2,6	2,5	2,5	2,4	2,4	9	9	9	9	9
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	10	10	10	10	10
Espírito Santo	1,7	1,8	2,1	2,2	2,2	13	13	12	11	11
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	11	11	14	12	12
Pará	1,8	1,8	1,8	1,8	1,9	12	12	13	13	13
Amazonas	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	15	15	15	15	14

Tabela 8 (continuação). - Participação (%) dos PIB's estaduais e regiões no PIB do Brasil (Ranking) 2002-2006

Estados	Participação (%)					Ranking				
	2002	2003	2004	2005	2006	2002	2003	2004	2005	2006
Mato Grosso	1,5	1,6	1,9	1,7	1,5	14	14	11	14	15
Maranhão	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	16	16	16	16	16
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	17	17	17	17	17
Rio Grande do Norte	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	19	19	18	18	18
Paraíba	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	18	18	19	19	19
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	20	20	20	20	20
Sergipe	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	21	21	21	21	21
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	22	22	22	22	22
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	23	23	23	23	23
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	24	24	24	24	24
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	25	25	25	25	25
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	26	26	26	26	26
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	27	27	27	27	27
Sudeste	55,7	55,8	55,8	56,5	56,8	1	1	1	1	1
Sul	17,1	17,7	17,4	16,6	16,3	2	2	2	2	2
Nordeste	13,3	12,8	12,7	13,1	13,1	3	3	3	3	3
Centro-Oeste	9,1	9,0	9,1	8,9	8,7	4	4	4	4	4
Norte	4,8	4,8	4,9	5,0	5,1	5	5	5	5	5

Fonte: IBGE; SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008)

Contudo, Sergipe apresenta o maior PIB *per capita* do nordeste, superando em 25,4% o PIB *per capita* da Região, além de representar 60% do PIB *per capita* nacional, conforme demonstra o **gráfico 6** logo abaixo.

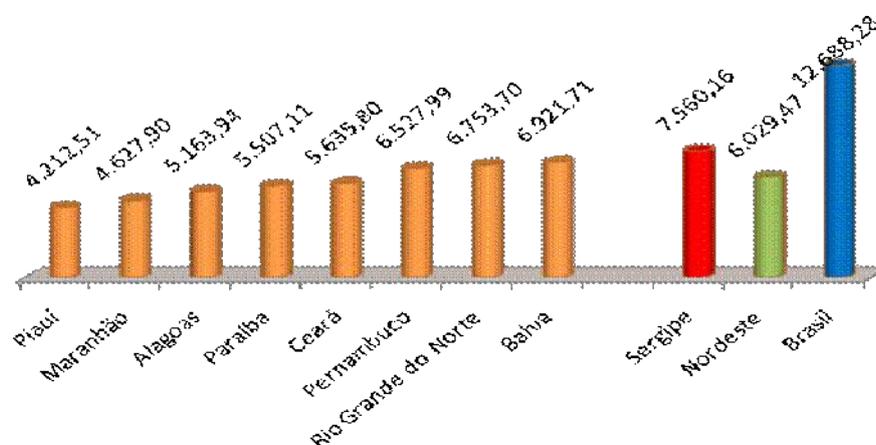


Gráfico 6 - Produto Interno Bruto per capita, do Brasil, Nordeste e Sergipe (2006)

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

2.3 A evolução do PIB sergipano e o peso do estado na sua composição

A evolução do Produto Interno Bruto – PIB sergipano segue a trajetória dos demais Estados da região sempre fortemente correlacionada ao comportamento da economia brasileira como um todo, conforme demonstram as médias móveis quinquenais do **gráfico 7**. Essa afirmação, embora possa parecer óbvia, subentende a influência de fatores exógenos; da gestão da política de curto prazo; e dos choques que, ao afetarem a economia brasileira, acabam, por sua vez, repercutindo nas economias locais.

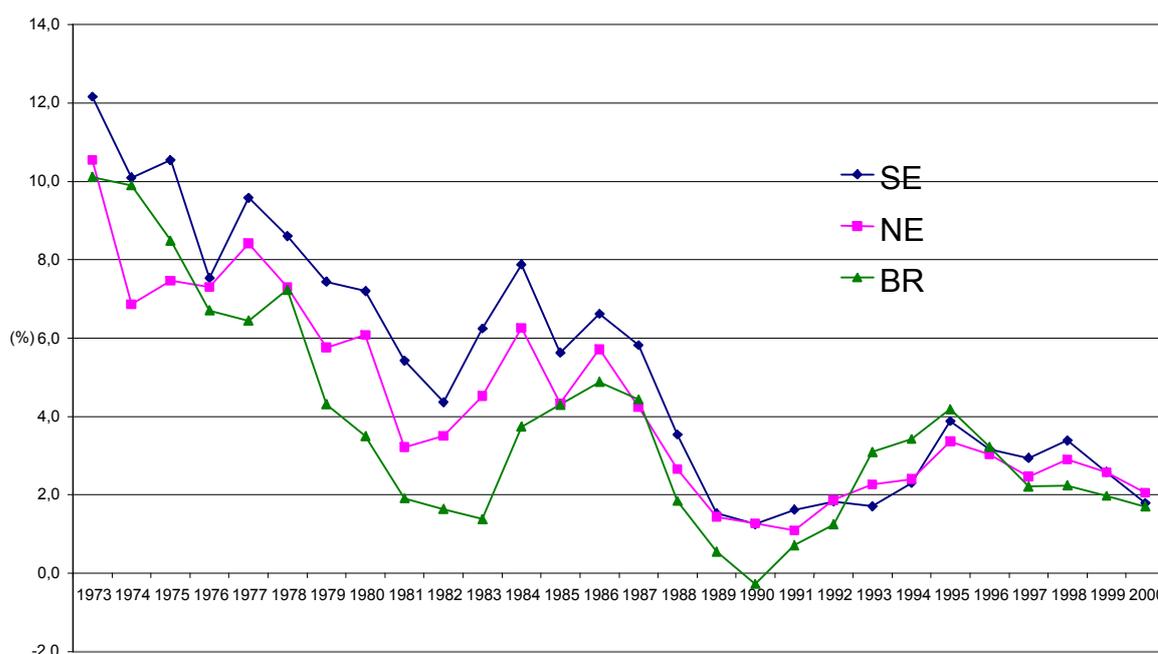


Gráfico 7 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução das Taxas de Crescimento do PIB 1970 – 2002
 Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

Nesse sentido é possível identificar dois pontos que retratam a influência da economia brasileira na trajetória da economia sergipana. O primeiro, nos anos setenta e primeira metade dos anos oitenta, quando um conjunto de investimentos em FBKF realizados por empresas públicas e privadas impulsionou o seu crescimento e incrementou as atividades urbanas. A partir daí, o setor público passaria a influenciar terminantemente o comportamento da economia sergipana, com isso o desempenho da economia estadual passaria a ser intensamente dependente das finanças públicas do governo federal e das estratégias traçadas pelas empresas estatais, inclusive as que depois foram privatizadas, cujas dinâmicas independem da esfera estadual. O segundo ponto de inflexão se deu a partir da segunda metade dos anos oitenta, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, em

virtude da perda de vigor da economia nacional e o abandono das políticas regionais iniciadas nos anos sessenta. Essa segunda mudança se configurou, não por acaso, a partir dos anos oitenta, no marco da falência de um longo período de aproximadamente três décadas de forte crescimento da economia brasileira (NOBREGA, 2003).

Contudo, os investimentos do setor público na indústria sergipana tinham como principal fomentador a indústria extrativa mineral e a de transformação, onde na segunda metade dos anos oitenta ambas representavam 58,7% do PIB, sendo que a primeira contava com cerca de 22%, o que demonstra o alto grau de concentração da atividade econômica sergipana na indústria extrativa mineral, na exploração de petróleo, e em menor medida gás natural, sob controle de uma empresa estatal, no caso a Petrobrás. É certa a importância que detêm essas indústrias na economia do Estado de Sergipe. Em meio à década de oitenta, as duas contribuíam com quase três quintos do PIB sergipano. No caso da indústria extrativa mineral, o grande impulso para seu crescimento foram então os investimentos públicos oriundos do governo federal por intermédio da Petrobrás, e no caso da indústria de transformação não foi diferente visto que os investimentos foram incentivados pela Sudene (CEPLAN, 2005).

Os setores de petróleo e gás natural são as principais atividades da economia sergipana fazendo da extração mineral o mais importante segmento industrial no que se refere à geração de riqueza no Estado, ultrapassando qualquer setor da indústria de transformação, chegando a configurar em alguns anos a maior parcela da composição do PIB industrial. O que levou em 2002, o setor secundário responder por 51,6% do PIB sergipano, por 40% do PIB brasileiro e 36,8% da soma do PIB dos Estados nordestinos. Nesse ano, a indústria extrativa mineral participava com 17,1% do PIB e 33,1% do PIB do setor secundário de Sergipe, contra 3,9% e 9,8% na economia brasileira e 3,1% e 8,4% na economia nordestina (CEPLAN, 2005).

O **gráfico 8** ratifica a força da extração mineral na composição e evolução do PIB sergipano, ao demonstrar que desde a segunda metade da década de noventa até a primeira metade dos anos 2000, mais precisamente no ano de 2005, Sergipe teve sua taxa média anual de crescimento do setor industrial superior a do Nordeste e a do Brasil.

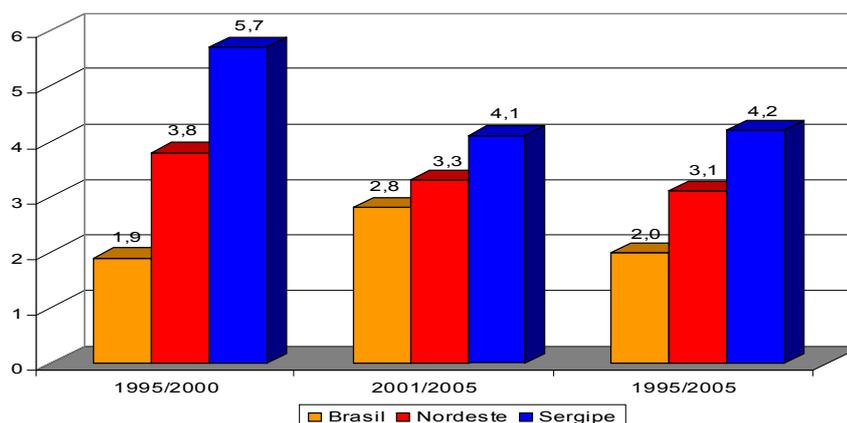


Gráfico 8 - Brasil, Nordeste e Sergipe Taxa média anual de crescimento do Setor Industrial

Fonte: SEPLAN/SUPES; elaboração CEPLAN.

Porém, desde meados dos anos oitenta, a extração de petróleo, a mais expressiva em meio às atividades mineradoras do Estado, não tem apresentado crescimento sustentado. Em 1978, a produção de petróleo alcançou 2 milhões e 734 mil m³. Em 1984 alcançou seu ponto máximo, 2 milhões e 946 mil m³. Daí em diante, deu início a uma trajetória descendente. Em 1996, a produção de petróleo foi 2 milhões e 42 mil m³, registrando até 2003 índice de produção física nunca superior a 80, quando comparado ao ano de 1978, conforme **tabela 9** (Idem).

**Tabela 9 - Sergipe: Produção de Petróleo
1978 - 2008 (em 1.000 m³)**

Ano	Produção	Índice
1978	2.734	100
1981	2.599	95
1984	2.946	108
1987	2.850	104
1990	2.603	95
1996	2.042	75
1997	1.921	70
1998	2.042	75
1999	2.197	80
2000	2.141	78
2001	2.078	76
2002	2.056	75
2003	2.145	78
2004	2.220	81
2005	2.260	82
2006	2.280	83
2007	2.484	91
2008*	895	33

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e atualizado pelo autor.

* Valor referente até abril

Embora a produção de petróleo em Sergipe venha assumindo esse movimento descendente, a Petrobrás tem demonstrado otimismo com as mais recentes prospecções que sinalizam para um aumento expressivo na produção de petróleo do estado, com a exploração do campo de Piranema, em águas profundas, com estimativa de elevar em 40% a produção estadual de petróleo, o que ocasionaria resultados de grande relevância sobre a evolução do PIB sergipano. Apesar de uma série anual mais curta apresentada na **tabela 10** para análise, observa-se que a produção de gás vem registrando um aumento significativo até o ano de 2000. Embora o volume de produção oscile de um ano para outro, é possível constatar o seu acanhado desempenho, alcançando o maior índice em 2000, somente 21,6% acima do apontado em 1994. Nos últimos anos, quedas contínuas fizeram com que a produção sergipana de gás retroagisse aos patamares de 1994, de forma que a produção de 2003 é apenas 1% superior à daquele ano.

**Tabela 10 - Sergipe: Produção de Gás Natural
1994 - 2008 (em 1.000 m3)**

Ano	Localização		
	Terra	Mar	Total
Produção de gás			
1994	66,7	652,0	718,7
1995	63,9	628,5	692,4
1996	63,9	666,2	730,1
1997	70,0	670,8	740,8
1998	64,7	742,4	807,1
1999	59,7	806,4	866,1
2000	58,6	815,0	873,6
2001	59,3	752,5	811,8
2002	59,6	741,9	801,5
2003	66,3	666,3	732,6
2004	76,2	601,1	677,3
2005	79,0	538,7	617,7
2006	84,2	525,1	609,3
2007	93,1	453,8	546,9
2008*	30,2	193,9	224,1
Índice da evolução da produção			
1994	100	100	100
1995	96	96	96
1996	96	102	102
1997	105	103	103
1998	97	114	112
1999	90	124	121
2000	88	125	122

Índice da evolução da produção
(continuação)

2001	89	115	113
2002	89	114	112
2003	99	102	102
2004	114	92	94
2005	118	82	86
2006	126	80	85
2007	126	80	85
2008*	139	70	76

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e atualizado pelo autor.

* Valor referente até abril

O desempenho do PIB sergipano acompanhou as tendências regional e brasileira a partir do final da década de 60, como demonstra o gráfico 7, mostrando-se, assim, também atrelado aos movimentos cíclicos da economia regional e brasileira, pois não resultou da integração dependente e complementar, que passou a ter uma nova estrutura produtiva com relação ao setor privado do Centro-Sul. Em 1969 a produção de petróleo em Sergipe já ultrapassava 1.600.000 toneladas por ano, em apenas seis anos de instalação da Petrobrás em Carmópolis e um ano após iniciar-se a exploração de petróleo na área litorânea próxima a Aracaju. Segundo Cerqueira (1990) *apud* Nóbrega (2003), a produção de petróleo em Sergipe apresentou taxas anuais de crescimento de 13,75% em 1973 e de 35,69% em 1974, taxas estas as mais altas, se desconsideradas as dos anos de instalação da Petrobrás (NOBREGA, 2003).

Essa explosão de investimentos da Petrobrás cessa a partir de 1985 em uma tendência de redução na FBKF na indústria extrativa mineral, conforme demonstra o **gráfico 9**. Esses investimentos representavam 63% de toda a FBKF pública realizada em 1985, caíram para 18%, em 2004. Nesse mesmo período a extração de petróleo teve uma queda de 27,3%. O que demonstra que a partir de 1985, houve uma redução drástica e continua do investimento público, exaurindo uma das fontes mais importantes da economia sergipana (CEPLAN, 2005).

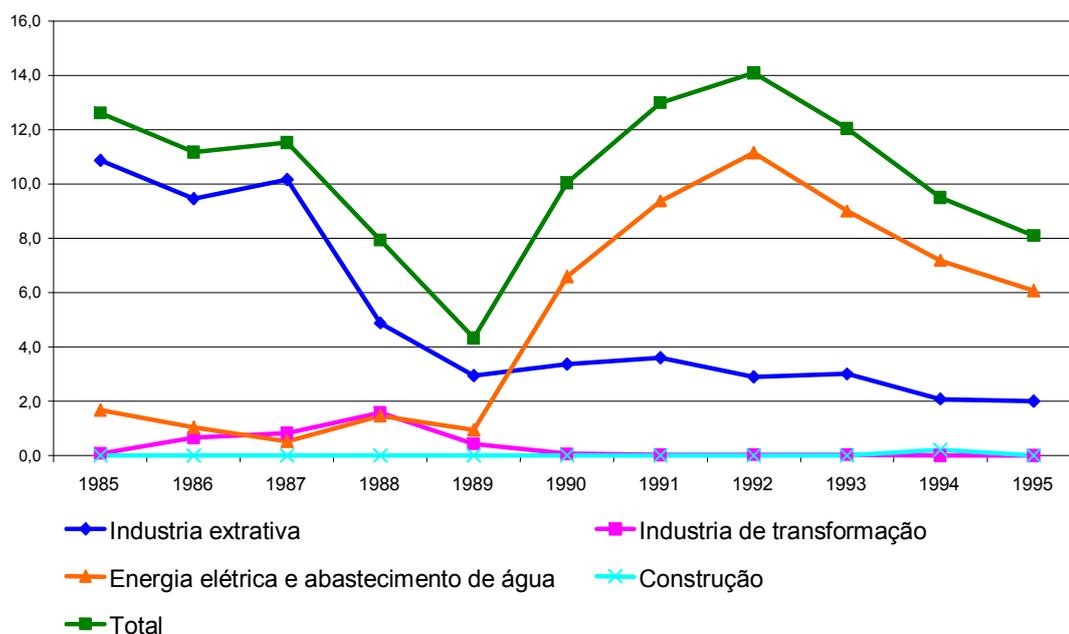


Gráfico 9 - Sergipe: Participação relativa da FBKF setorial do setor público (indústria) no PIB total: 1985 – 1995

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005

O impressionante desempenho da indústria extrativa mineral, apesar de ter implicações fundamentais para o desempenho do PIB sergipano da década de 80, não pode contudo ofuscar outras determinações, que inclusive denotam ao setor público um outro papel fundamental no desempenho do PIB sergipano. Como os investimentos nos setores de energia elétrica e abastecimento de água. Atividades estas que não desvinculam o investimento da dependência econômica do Estado já que os investimentos continuam concentrados em outras empresas estatais. A exemplo disso temos em 1989 as obras na barragem de Xingó realizadas pela CHESF, a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (NOBREGA, 2003).

Contradizendo a tendência de um ritmo maior de crescimento de sua economia até meados da década de oitenta, especialmente após o final da década de noventa, Sergipe enveredou numa trajetória de menor dinamismo comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, um fato que pode se atribuir à dificuldade do Estado de explorar novas oportunidades de investimentos relacionadas ao crescimento das exportações nacionais. O início da década de noventa foi o período mais árduo para a produção nacional, devido à nociva combinação da precipitada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se deparasse com a enorme entrada de produtos importados em um mercado estagnado (CEPLAN, 2005).

A conjuntura torna-se um pouco mais favorável a partir da instauração do Plano Real, visto que a expansão dos mercados consumidores estimulada pelo retorno do crédito e a volta dos investimentos diretos externos proporcionaram um crescimento da demanda agregada, o que possibilitou a absorção interna do aumento de produção, mesmo com a intensificação do crescimento das importações e da baixa competitividade da produção nacional nos mercados externos. Com isso, a ampliação da demanda agregada refletiu em todas as regiões. Esse movimento da economia nacional, mais do que qualquer outro fator, ilustrou o desempenho um pouco superior do PIB da economia sergipana na segunda metade da década de noventa, em comparação à primeira. A partir de 1999, as exportações brasileiras ganharam novo fôlego gerando importantes efeitos sobre a demanda agregada, criando mini-ciclos na economia brasileira como o iniciado com a desvalorização do real entre o segundo semestre de 2002 e no primeiro de 2003 e o resultado é o que se pode ver através do **gráfico 10** onde o PIB sergipano apresenta uma evolução superior a do PIB brasileiro, com exceção do ano de 2001 (CEPLAN, 2005).

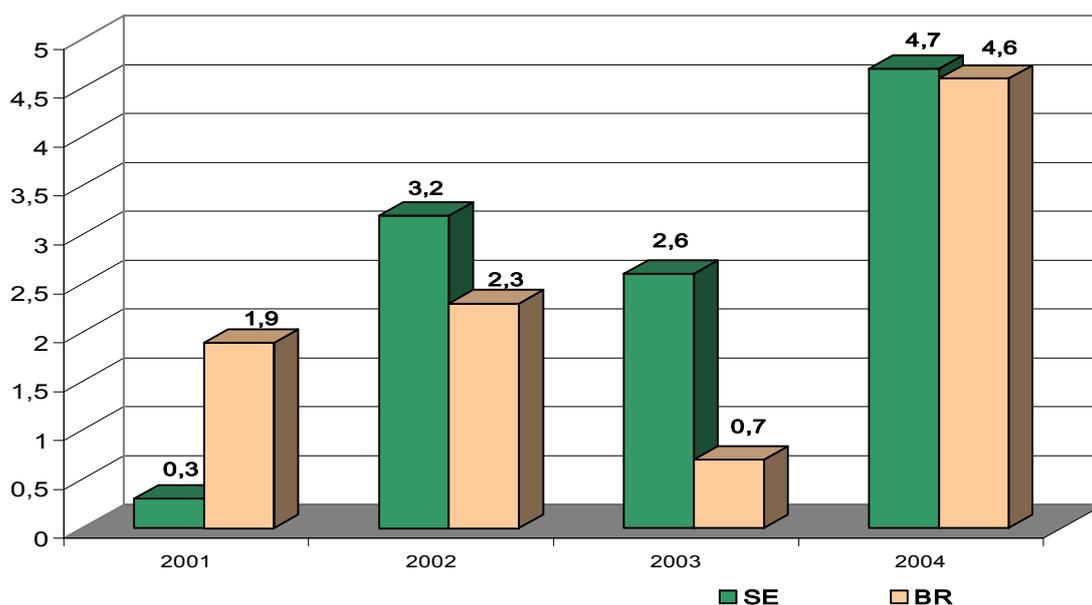


Gráfico 10 - Sergipe e Brasil: Evolução % das Taxas de Crescimento do PIB a Preço Básico 2001-2004
Fontes: IBGE;SEPLANTEC/SUPES elaborado pela CEPLAN

No momento mais nevrálgico da evolução da economia brasileira, a partir da abertura econômica do início dos anos 90, mais precisamente no período 1990-1993, o PIB de Sergipe cresceu somente 1,7% ao ano, contra 1,1% da Região Nordeste e 0,0 % da economia brasileira. Ver **Tabela 11**.

A economia nacional só vem se recuperar em meados de 1994 e 1998, estimulada pelo choque da estabilização dos preços causada pelo Plano Real. O que não evitou que a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período fosse acanhada e decrescente, perante a perda de competitividade da economia em virtude da contínua e persistente valorização cambial e do colapso financeiro que atingiu todos os países em desenvolvimento endividados a época. O curso tomado pela economia brasileira é de redução das taxas de crescimento do PIB que, depois de alcançar 5,9% em 1994, cai para 4,2% em 1995, 2,7% em 1996, 3,3% em 1997 e 0,1% em plena crise financeira e cambial de 1998. Ver **Tabela 11**.

Em 1999 o momento foi de assimilar os impactos da crise, o que acarretou em um acentuado aumento das taxas internas de juro, com o retorno do crescimento do PIB brasileiro, ocorrendo somente no ano de 2000, porém voltando a apresentar taxas reduzidas de crescimento em 2001 e 2002, o que demonstra falta de sustentabilidade no crescimento da economia. No período 2000-2002, o crescimento médio anual foi de 2,1%. Em 2003 houve uma estagnação do PIB em, 0,6% de aumento. A intensa desvalorização cambial que se processou no período, combinada com a evolução positiva da economia mundial, possibilitou uma retomada de certo fôlego da economia brasileira, em 2004, 6,6% de crescimento (CEPLAN, 2005).

A década de noventa marcada pela estagnação da economia nacional atingiu profundamente a economia sergipana fazendo com que a taxa média de crescimento do PIB estadual estabelecida em 5,7%, nos anos de 1985 a 1989, despencasse para 1,7% no período de 1990 a 1993. Com o aumento inicial da demanda propiciada pelo Plano Real a partir de 1995, a economia sergipana elevou a sua taxa de crescimento, comparativamente à primeira metade da década de 1990. No entanto a média anual de 3,1%, no período 1994-1998, é expressivamente menor do que os 5,7% anuais entre 1984 e 1989, e ainda menos significativa quando confrontada com as taxas dos anos 70 do século passado (CEPLAN, 2005).

No período 2000-2002, a economia sergipana tem apresentado, em média, taxas de crescimento um pouco inferiores às alcançadas pelas demais economias do Nordeste, com exceção de 2002. Ver **Tabela 11**. Tal indicador é inquietante, pois sinaliza que a economia do estado não vem se favorecendo das janelas de oportunidades que a mudança do regime cambial, desde 1999, tem propiciado à economia brasileira. O que reflete nas baixas taxas de crescimento após 1999 onde a sua trajetória tem se situado inclusive abaixo da média nacional, o que contrasta com os períodos anteriores, conforme demonstra a **tabela 11**, mesmo perante relativa baixa de dinamicidade da economia brasileira (CEPLAN, 2005).

Tabela 11 - Brasil, Nordeste e Sergipe Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto- PIB (%) aa

Anos/períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7
1990-1993	0	1,1	1,7
1994-1998	3,2	3,0	3,1
1999	0,8	2,2	1,3
2000	4,4	4,2	3,3
2001	1,3	1,0	0,3
2002	1,9	2,2	3,2
1999-2002	2,1	2,4	2,0
2003	1,1	1,9	2,6
2004	5,7	6,3	6,6
2005	3,2	4,6	5,5
2006	4,0	4,8	4,1

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e do IBGE SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

A trajetória da economia sergipana por tudo que foi exposto até o momento pode ser resumida da seguinte forma:

- i) O primeiro momento ressalta a disposição e o sentido do ritmo de crescimento que a economia sergipana compartilha com a economia brasileira e a nordestina, com a

qualificação de que a magnitude do ritmo foi superior para a economia estadual desde o início dos anos 70 até a primeira metade dos anos 90;

- ii) O segundo enfatiza a importância e a dependência da economia do Estado de Sergipe com relação aos investimentos de empresas estatais na indústria extrativa mineral, em particular da Petrobrás, até a primeira metade dos anos 80;
- iii) E o terceiro associa o curso de crescimento da economia estadual, de acordo com os diferentes subperíodos, reunidos de acordo com a tendência que se notou da evolução do crescimento da economia nacional, com a preocupação de destacar a grande redução das taxas de crescimento comparativamente ao longo período de crescimento acelerado que se esgotou em finais da década de 70.

CAPÍTULO 3

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESTRUTURA DE RECEITA E DESPESA DE 2000 A 2007.

Neste capítulo é apresentado inicialmente a classificação das despesas públicas em suas categorias de acordo com a legislação vigente, bem como são apresentados os conceitos de investimentos e dos níveis de despesa orçamentária sob a perspectiva da Lei nº 4.320. Após os conceitos gerais iniciam-se as análises das receitas e despesas, passando pela adequação das finanças estaduais à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Programa de Ajustamento Fiscal do Governo Federal e por fim é apresentada a análise da execução orçamentária estadual por função.

A legislação do orçamento público brasileiro classifica as despesas públicas em três categorias distintas são elas: institucional, econômica e funcional – programática. A categoria institucional acompanha a estrutura administrativa da esfera de governo para o qual o orçamento é elaborado desdobrando-se por órgãos e unidades orçamentárias.

A categoria econômica é disciplinada pela Lei nº 4.320/64, nos artigos 12 a 21. Desagrega as despesas em correntes e de capital. As despesas correntes estão subdivididas em despesas de custeio e transferências correntes e estas últimas ainda se desmembram em pessoal e corrente. Já as despesas de capital estão subdivididas em investimentos, inversões financeiras e transferências.

Para orientar melhor a compreensão da análise deste capítulo, toda referência feita aqui a investimentos em infra-estrutura ou a investimentos em FBKF, estará fundamentada na definição de investimentos contida na Lei nº 4.320/64 em seu art. 12, §4º onde:

Investimentos são despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

A categoria funcional - programática foi estabelecida pela portaria Ministerial nº 09, de 28 de janeiro de 1974, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, atualizada pelas portarias nº 04, de 12 de março de 1975 e nº 25, de 14 de julho de 1976.

Nesta classificação a despesa orçamentária está detalhada em sete níveis são eles: função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, encargos especiais.

Quadro 1 - Detalhamento dos Níveis da Despesa Orçamentária

Nível	Conceito
Função	Maior nível de agregação, onde se encontra a ação do governo definida por convenção.
Subfunção	Partição da função
Programa	Instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual (PPA).
Projeto	Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de ações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão da ação do governo.
Atividade	Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.
Operações Especiais	Despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo e nem resultam em um produto, logo não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços.
Encargos Especiais	Englobam as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo.

Fonte: Cruz *et al* (2006).

Para a análise das finanças públicas estaduais de Sergipe do período de 2000 a 2007, foram utilizados dois procedimentos básicos:

1. Deflacionamento dos dados em reais de janeiro de 2007, referentes aos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Para tanto, foi utilizado o IGP - M (índice Geral Preços de Mercado) da Fundação Getulio Vargas;
2. Para a composição da própria execução orçamentária foi utilizada a estrutura de itens do quadro a seguir.

Quadro 2 - Detalhamento dos componentes de Receita e Despesa

Receitas Correntes	Tributaria: -ICMS -IPVA -Outras
	Contribuições
	Patrimonial
	Serviços
	Transferências Correntes: -FPE -Outras
Receitas de Capital	Operações de Crédito
	Alienações de Bens
	Amortização de Empréstimos
	Transferências de Capital
	Outras Receitas de Capital
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais
	Juros e Encargos da Dívida Interna
	Juros e Encargos da Dívida Externa
	Outras despesas Correntes
Despesas de Capital	Investimentos
	Inversões Financeiras
	Amortização Dívida Interna
	Amortização Dívida Externa
	Outras Despesas de Capital

Fonte: SEFAZ

A análise da execução orçamentária é feita em duas etapas: a primeira aborda exclusivamente a representatividade de cada item de receita e despesa da série 2000 a 2007. A segunda examina o grau de comprometimento das receitas próprias líquidas com determinadas despesas, em especial as que se referem a pessoal, juros da dívida e investimentos, enfatizando-se as variações ocorridas ao longo do período, buscando explicar os resultados obtidos.

Cabe destacar que após um período de elevados déficits orçamentários e financeiros na economia sergipana, a administração estadual passou a por em prática, em 2000, um programa de adequação nas finanças públicas. Esse programa proporcionou até 2003 superávits primários e até 2004 cumpriu, integralmente, com todos os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, dificuldades e problemas existem no processo de ajuste. Isso ficará claro a partir de uma análise da evolução da receita e da despesa; da dívida consolidada; dos balanços nominal, corrente e de capital; da estrutura dos gastos referenciados a Receita Corrente Líquida; da adesão de Sergipe aos limites da LRF e as metas

do Programa de Ajuste Fiscal acertado com o Tesouro Nacional dentro do Programa de Reestruturação e Refinanciamento da Dívida Pública dos Estados efetivado sob a égide da Lei 9.496/97.

3.1 Evolução das receitas

Neste tópico será apresentada a evolução do conjunto das receitas estaduais nos distintos ciclos políticos, pelos quais passou o estado no período observado. Bem como a demonstração do peso de cada componente da receita e sua representatividade no orçamento público estadual.

Período 2000-2003

A tabela 12 resume por categoria econômica, a representatividade da receita corrente e de capital do período de 2000 a 2003. Esse corte temporal é justificado no sentido em que se possa avaliar o período de transição importante na economia nacional dos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso para os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva visto que a economia sergipana possui um forte grau de dependência das transferências do governo federal.

Em Sergipe esse corte também representa uma mudança no ciclo político do estado, onde se encerra o governo do então governador Albano Pimentel do Prado Franco em 2002 e em 2003 inicia o governo de João Alves Filho que tem seu término em 2006. Em 2007 iniciou-se um novo ciclo político com a gestão do governador Marcelo Déda Chagas e a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Verificou-se nesse período uma ascensão do conjunto da receita estadual até 2002. Em 2003 percebe-se um decréscimo real de 14,0%, na receita corrente, tendo o ICMS apresentando uma queda de 9,3% e o FPE, uma queda de 25,1%. Já as receitas de capital apresentaram um período de ascensão mais curto do que o da receita corrente tendo seu declínio já em 2001 com uma queda real de 26,3% decorrente principalmente da queda nas rubricas “alienação de bens” de 57,2% e “operações de crédito” de 82,4%. Em termos de receita total, o recuo real foi de 17,6%.

Tabela 12 - Demonstrativo de representatividade de receita
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2000	2001	2002	2003
Receitas Correntes	2.734.749.656	2.851.432.614	2.965.377.640	2.560.236.737
Receitas de capital	248.214.506	164.017.128	180.540.795	31.771.296
Total da Receita	2.982.964.162	3.015.449.741	3.145.918.435	2.592.008.033

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

A queda real apresentada nas receitas de capital ajudou a puxar para baixo o crescimento da receita real total em 2003, marcando este ano como o pior desempenho do período em função do ano recessivo na economia nacional com reflexos sobre a economia sergipana. É importante sublinhar os percalços da economia brasileira naquele ano em que verificou-se uma forte redução no consumo das famílias de -1,5% e na formação bruta de capital fixo de -5,1%, quando comparados com o ano de 2002. Ver tabela 13 abaixo.

Tabela 13 - Brasil: variação percentual dos componentes do PIB pela ótica da demanda
2002/2003

Componentes do PIB	Variação Real Anual (%)
	2002/2003
PIB	0,5
Consumo das Famílias	-1,5
Consumo do Governo	1,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-5,1
Exportações	9,0
Importações	-1,7

Fonte: SEPLAN/SUPES; CEPLAN (2003)

O declínio da receita corrente em termos reais em 2003 não foi puxado exclusivamente pelo decréscimo na arrecadação do ICMS (-9,3%), mas, sobretudo pela acentuada queda nas transferências correntes (-25,1%) onde se destaca a variação negativa principalmente da cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A queda do FPE a preços de 2003 atingiu 16,5% naquele ano passando de R\$ 1,13 bilhões em 2002 para R\$ 946 milhões. A preços de 2007 as transferências correntes caíram de R\$ 1,51 bilhões em 2002, para R\$ 1,16 bilhões em 2003.

As transferências voluntárias também sofreram uma queda acentuadamente em termos nominais e reais em 2003 esboçando uma recuperação substancial no ano seguinte. As outras receitas correntes também apresentaram acentuado declínio, em termos reais, em 2003 (-

53,0%) e mesmo em 2004. Em termos nominais, essas receitas crescem até 2002 e depois caem de forma acentuada nos dois anos seguintes.

As receitas de capital, em 2003, declinaram 82,1% arrastadas pela brusca variação nas transferências de capital (89,5%), quase toda originada de convênios com a União. A recuperação na receita de capital, em 2004, deve-se especialmente às operações de crédito, sobretudo as internas, e a elevação das transferências de capital. Fica claro que, ao longo do período como um todo, as variações nas receitas de capital são determinadas pelas operações de crédito e pelas transferências de capital da União. Uma vez que receitas de capital são vinculadas às despesas de capital, especialmente investimentos, o poder de investir do Estado depende, de um lado, da União e, de outro, dos organismos nacionais e internacionais de financiamento. Por essa razão é crucial atender a LRF e o PAF (Programa de Ajuste Fiscal) do governo federal para que se possa acessar esses recursos.

As receitas de capital, em geral, oscilam freqüentemente porque dependem não somente das transferências da União, mas da capacidade do Estado de obter recursos via operações de crédito e/ou alienação de ativos. Ambas não têm caráter contínuo porque dependem de negociações, regulações do mercado e do atendimento aos preceitos legais.

Apesar da queda do PIB nacional em 2003, a economia sergipana teve um crescimento real de 2,6% no ano de 2003, contudo o crescimento do PIB estadual não impediu que em 2003 a receita total de Sergipe declinasse 17,6%, em termos reais em relação ao ano anterior. O setor agropecuário cresceu 10,7% em 2003, enquanto a indústria e os serviços respectivamente aumentaram 2,0% e 2,1%. Ver tabela 14.

Tabela 14 - Sergipe - Taxa de Crescimento do PIB Real a Preço Básico

PIB – Segundo os Setores	Taxa de Crescimento do PIB (%)	
	2002/2003	2003/2004
PIB TOTAL	2,6	4,7
Agropecuária	10,7	8,3
Indústria	2,0	5,4
Serviços	2,1	2,8

Fontes: SEPLAN/SUPES;CEPLAN (2005).

Contudo, a taxa de crescimento do PIB sergipano em 2003 (2,6%), apresentou-se ainda pouco inferior à registrada em 2002 (3,2%), por causa, basicamente, da melhor

performance, em 2002, do setor industrial (3,9%) influenciado pelas atividades de serviços industriais de utilidade pública (10,9%) e construção civil (4,5%) (SERGIPE, 2003).

Período 2004 - 2007

Com a recuperação da economia nacional em 2004 houve uma importante elevação na receita total de Sergipe, mas que não foi suficiente para retomar o nível verificado em 2002. O incremento da receita total foi determinado essencialmente pelas variações nas receitas correntes, cujo peso oscilou entre 91% e 98,8% do total ao longo do período 2000 – 2007, conforme demonstra a tabela 15 a seguir.

Tabela 15 - Demonstrativo de representatividade de receita
(R\$1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2004	2005	2006	2007
Receitas Correntes	2.706.963.520	3.160.651.841	3.538.234.852	3.627.774.399,35
Receitas de capital	170.371.669	48.552.877	61.769.723	58.270.924,00
Total da Receita	2.877.335.190	3.209.204.718	3.600.004.575	3.686.045.323,35

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Mesmo com o fraco desempenho em 2003 no último trimestre do ano o PIB aumentou 1,8%, em relação ao trimestre anterior. Esse resultado foi sinal de um maior dinamismo da economia brasileira nesse período, conforme comprovado pelo comportamento das variáveis setoriais e dos componentes da demanda. Os setores que apresentaram crescimento e os segmentos da demanda agregada apontaram significativo aquecimento como o consumo das famílias (1,6%), formação bruta de capital fixo (4,0%), exportação (5,5%) e importação (8,3%) (CEPLAN, 2005).

Somente em 2004, com o aumento de liquidez no mercado internacional, a elevação dos preços das *commodities* e um certo relaxamento da política monetária brasileira, de forma gradativa e temporária, a economia brasileira voltou a crescer.

O resultado desse ambiente favorável fez com que a receita corrente do Estado de Sergipe voltasse a crescer, impulsionada sobretudo pelo aumento da arrecadação tributária (7,8%) e da receita de contribuições (51,2%). O crescimento da receita corrente do governo estadual não foi maior por causa do acanhado crescimento das transferências correntes (2,4%), especialmente do FPE (0,8%). Todavia, as receitas de transferências voluntárias

diretas que vinham apresentando queda constante desde 2001, representaram, em 2004, recuperação expressiva, mas que adiciona pouco em função de seu pequeno peso nas receitas correntes (1,3%).

O ambiente nacional favorável fez com que a economia sergipana registrasse crescimento de 4,7% em 2004, um pouco acima do obtido pelo PIB do País (4,6%) (SERGIPE, 2004).

A expressiva taxa de crescimento alcançada pela economia sergipana em 2004 deve ser creditada, da mesma forma que a do País, à recuperação da demanda interna, e à recuperação das exportações que estimularam os investimentos fixos, a melhoria do crédito, e a ampliação da renda. O crescimento do PIB de Sergipe em 2004 foi alavancado de forma expressiva pela expansão do setor industrial (CEPLAN, 2005).

Ainda na tabela 15 percebe-se que no período entre 2004 a 2007 houve um crescimento real de R\$ 808,7 milhões da receita total do estado, um incremento de 28,1%. Esse desempenho foi proporcionado fundamentalmente pela elevação das receitas correntes com o aumento da arrecadação do ICMS em 35,4% e do repasse do FPE, com aumento real no período em análise de 40,9%. Porém, a receita de capital deste período apresentou um decréscimo significativo da ordem de (-65,7%).

O incremento da receita total do Estado de Sergipe no período 2004-2007 se deve a conjuntura nacional favorável. No primeiro trimestre de 2004 o crescimento do PIB de 4,0% e a condução da política monetária que já sinalizava uma diminuição da taxa anual de juros, que vinha decrescendo desde julho de 2003, de 26,5% para 26,0%, alcançando o patamar de 16,50% em janeiro de 2004 também contribuiu para o aumento das receitas de Sergipe (CEPLAN, 2005).

Apesar de ter ocorrido uma significativa flexibilização na política monetária, com uma diminuição gradual da Taxa SELIC de 16,5% em janeiro para 16,0% em setembro, sendo que a partir deste mês o viés de alta é retomado proporcionando o fechando do ano em 17,7% a.a, o governo manteve a rigidez da política fiscal. Em virtude dessa decisão governamental, o consumo do governo federal registrou crescimento de apenas 0,1%, em 2004, contra a

variação de 1,3% no ano anterior, fazendo com que sua participação, em relação ao PIB, caísse de 19,9% para 18,8% no ano de 2004 (CEPLAN, 2005).

A observação dos dados do período 2000 – 2007 evidencia que a variação na receita total em Sergipe é em grande parte determinada pelas oscilações nas transferências correntes advindas da União, principalmente, do FPE. As transferências correntes são muito mais significativas do que as receitas tributárias como fonte de receita e correspondem, em média, por cerca de 55% das receitas correntes. Por sua vez o FPE responde por cerca de 80%, em média, do montante de transferências correntes. Tal comportamento indica que a base econômica não é suficiente para tornar Sergipe imune aos altos e baixos macroeconômicos do país.

Essa dependência das finanças públicas de Sergipe às transferências compulsórias e voluntárias do Governo Federal inseriu uma componente exógena de instabilidade que é altamente indesejável do ponto de vista do planejamento, pois fragiliza o estado, o expondo às variações na situação fiscal e ao humor político da União, componente que modifica segundo a afinidade partidária, política e ideológica entre os mandatários do poder estadual e os do poder federal (CEPLAN, 2005).

O **gráfico 11** sintetiza o atrelamento dos investimentos públicos estaduais aos recursos da União. No Plano Plurianual (PPA) de 2008-20011, por fonte de receita, mais de 30% da estimativa de investimento está vinculada a recursos de convênios com o poder central.

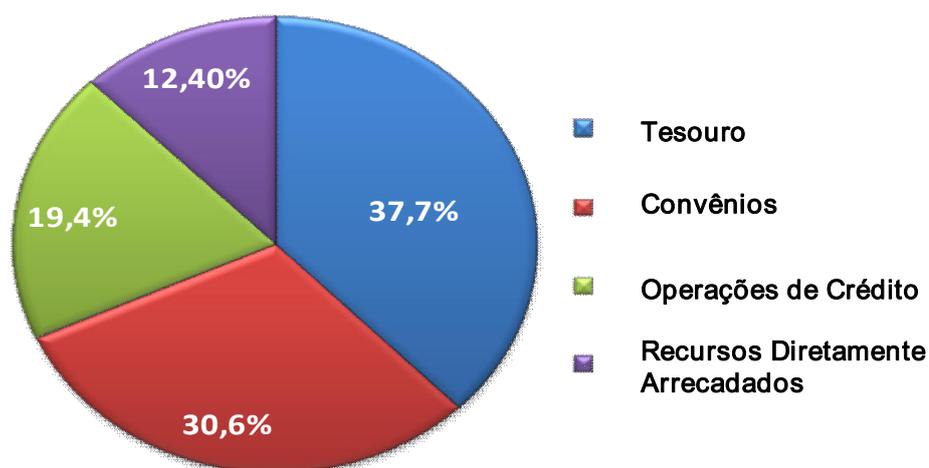


Gráfico 11 - Investimentos Públicos PPA 2008-2011 Investimento por fonte

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe

3.2 Evolução das despesas

Como na análise da evolução das receitas, o corte temporal no item das despesas segue o mesmo critério de análise, buscando sempre avaliar o período de transição na economia nacional nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso para os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como das alternâncias no comando do governo estadual.

3.2.1. Despesa Total

Período 2000 -2003

O ano de 2003 também foi o pior do período 2000 – 2007 para os investimentos públicos. No período 2000 a 2003 nota-se uma queda da despesa total logo a partir de 2002 e acentuando-se em 2003. O que levou a queda da despesa total em 2002 foi um forte decréscimo nas despesas de capital, enquanto as despesas correntes ainda mantêm o nível de crescimento do ano anterior. Em 2003, o que se verifica é que tanto a despesa de capital quanto a corrente sofreram quedas significativas. Ver tabela 16, logo abaixo.

Tabela 16 - Demonstrativo de representatividade despesa
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2000	2001	2002	2003
Despesas Correntes	2.272.589.765	2.562.465.543	2.598.748.074	2.326.138.595
Despesas de Capital	548.571.838	387.998.441	248.620.145	105.203.368
Total da Despesa	2.821.161.604	2.950.463.984	2.847.368.219	2.431.341.963

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Essa queda significativa da despesa total em 2003 na verdade é um reflexo na economia sergipana da política macroeconômica do governo federal voltada para intensificação do ajuste fiscal em 2003, com o propósito de aumentar a receita tributária e o superávit primário, bem como a aplicação de uma política monetária demasiadamente restritiva que elevou a taxa SELIC anual de 22,0% em dezembro de 2002 para 25,0% em janeiro de 2003, chegando a atingir 26,5% em meados de junho, ocasionando expressivas quedas nas variações do consumo final (-0,8%) e do investimento fixo (-5,1%), tudo isso combinado a um ambiente de incertezas ocasionado pela transição política no governo central com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. O resultado disso foi a retração do coeficiente de investimento de 18,3% do PIB em 2002 para 17,8%, o que gerou o pior resultado obtido no período 1999-2003 (CEPLAN, 2005).

Período 2004 - 2007

Entre 2004 a 2006, tanto as despesas correntes quanto as de capital da administração estadual tiveram uma ascensão acentuada verificando-se, todavia uma redução em 2007. Em seu conjunto as despesas correntes e de capital cresceram no período 2000 - 2007 de R\$ 2,82 bilhões para R\$ 3,43 bilhões, uma variação real de 21,5%.

Tabela 17 - Demonstrativo de representatividade de despesa
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2004	2005	2006	2007
Despesas Correntes	2.500.818.891	2.664.476.344	3.277.577.599	3.153.275.417
Despesas de Capital	376.486.936	405.140.447	486.629.148	276.796.903
Total da Despesa	2.877.305.827	3.069.616.790	3.764.206.747	3.430.072.320

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Mais uma vez Sergipe respondeu ao desempenho da economia brasileira que em 2004 deu início a uma recuperação da demanda interna, em decorrência da evolução positiva dos fundamentos econômicos, que incentivou os investimentos fixos, além de propiciar uma

melhoria do crédito, da ampliação da renda e da continuidade da performance do comércio exterior.

3.2.2 Despesas Correntes

As despesas correntes representam a maior parte da despesa total, variando essa participação de um mínimo de 80,6%, em 2000, para um máximo de 91,9%, em 2007. Em relação ao período 2000 – 2007 as despesas correntes apresentaram variações expressivas, seguindo a evolução da receita como demonstram o gráfico 12 em seguida.

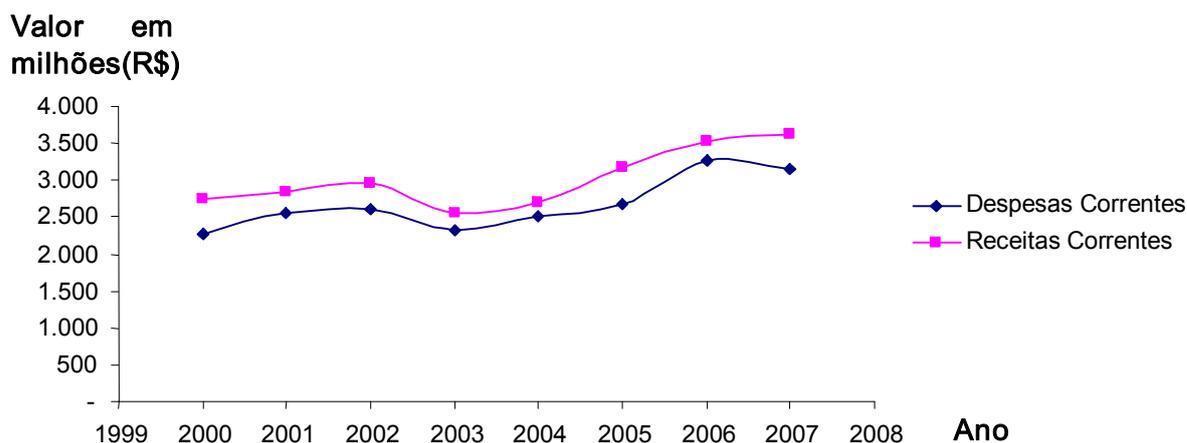


Gráfico 12 - Variações das Recitas e Despesas Correntes (2000-2007)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2000 a 2007.

Período 2000 - 2003

No ano de 2001 as receitas correntes cresceram 12,8%. Em 2003, o resultado foi negativo em (-9,2%). O crescimento entre os extremos da série (2000 a 2007), entretanto, foi de 44,2% em termos reais. Ver tabelas 16 e 17.

Dentro das despesas correntes o principal componente é o gasto com pessoal e encargos que responde à cerca da metade das despesas totais e por quase 57%, em média, das despesas correntes. O gasto com este item apresentou, inclusive, um crescimento significativo durante todo o período de 2000 a 2007, à exceção do ano recessivo de 2003, quando recuou (-8,6%) em termos reais (**ver apêndice A.2**).

Na ótica macroeconômica, os gastos com pessoal são mensurados em termos reais. Do ponto de vista das finanças públicas o acompanhamento exige a evolução das despesas, inclusive as de pessoal em termos nominais. Neste sentido pode-se observar na tabela 18 e no gráfico 13, que as despesas nominais com pessoal e encargos, de fato, cresceram ao longo de todo o período, inclusive entre 2002 e 2003.

Tabela 18 - Evolução nominal das despesas com pessoal (2000 a 2007)
(R\$ 1,00)

Categoria Econômica	2000	2001	2002	2003
	664.431.227	810.714.774	1.689.186.248	1.884.172.262
Pessoal e Encargos Sociais	2004	2005	2006	2007
	2.200.720.624	2.504.607.763	3.113.698.719	3.153.275.418

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Os juros e encargos da dívida em termos reais cresceram ao longo do período 2000 – 2007, com exceção de 2003, em que teve uma redução de 9,0% com relação ao ano anterior. Contudo, em termos nominais, os juros e encargos da dívida cresceram ao longo de todo o período sem nenhuma exceção.

O custeio governamental, líquido da cota-parte dos municípios, está alocado na rubrica “outras despesas correntes” que participa com 27,4%, em média no período, no montante das despesas correntes. Esse item apresentou variações, em termos reais, importantes entre 2000 e 2004. Onde se registrou um crescimento entre 2000 e 2001 de 18,4%, contudo entre 2002 e 2003 foi registrada uma forte queda de 56,2%.

Período 2004 - 2007

Entre o período de 2004 a 2007, há um aumento real expressivo desse tipo de despesa corrente. No que se refere ao balanço corrente, diferença entre receitas e despesas correntes, (**tabelas 19 e 20**), observe-se que, entre 2000 e 2007, sem exceção, contabilizou-se um superávit corrente, gerando uma poupança corrente. Cabe ressaltar que dentro da série existem dois anos que merecem destaque em especial: um é o ano de 2001, ano em que a crise na oferta de energia gerou estrangulamentos no setor produtivo e na arrecadação do ICMS, e o outro ano foi 2003, caracterizado pela crise motivada pelo ajuste fiscal e pela política monetária restritiva do primeiro ano do novo governo federal.

Tabela 19 - Sergipe: Evolução do Balanço Corrente (2000-2003)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2000	2001	2002	2003
RC-DC	462.159.891	288.967.071	366.629.566	234.098.142

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Tabela 20 - Sergipe: Evolução do Balanço Corrente (2004-2007)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2004	2005	2006	2007
RC-DC	206.144.629	496.175.497	260.657.253	474.498.982

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

3.2.3 Despesas de Capital

As despesas de capital que incluem as despesas de investimentos entre 2000 e 2007 passaram por fortes variações em termos reais. No computo total das despesas, no item investimentos é possível separar a análise em dois períodos distintos, 2000 a 2003, onde há um declínio significativo deste tipo de despesa e o período que vai de 2004 a 2007, onde se verifica a tomada do crescimento dos investimentos, com exceção de 2007 onde os investimentos sofrem um recuo considerável.

O primeiro período da série em análise (2000 -2003) é caracterizado pela queda real no nível de investimentos, observou-se uma variação de -69,1%, entre o primeiro ano e o último ano do período.

O segundo período da série (2004-2007) é marcado pelo aumento do nível de investimentos. Observa-se uma variação de 114,6%, do ano de menor desempenho (2004) para o de maior (2006). A exceção desse período fica por conta de 2007 que houve um recuo de -52,8%, com relação ao ano anterior. Ainda assim, o melhor ano do segundo período da serie (2006), não foi capaz de superar o ano de 2000.

As transições de governos no âmbito estadual explicam de certa forma os períodos de perda da capacidade de investimento ao longo da série (2000-2007). Em 2000, o segundo ano do Governo de Albano Franco a capacidade de investimento respondia por 62,4% das

despesas de capital, o que correspondia a 12,1% do orçamento do Estado a preços de 2007, em 2003, o primeiro ano do Governo de João Alves Filho os investimentos respondiam por 35,4% das despesas de capital, o que correspondia a apenas 3,9% do orçamento estadual, em 2007, primeiro ano do Governo Marcelo Déda esse percentual correspondia a 48,8% das despesas de capital, o que correspondeu a iguais 3,9% do orçamento do Estado a exemplo de 2003. Ver gráfico 13.

Os dados apresentados demonstram que os primeiros anos dos governos são sempre mais acanhados que os anos subseqüentes da gestão. Basta observar que em 2000, o segundo ano do governo de Albano Franco e o primeiro da série (2000-2007), foi bastante superior aos primeiros anos dos governos de João Alves Filho e Marcelo Déda, (2003 e 2007), respectivamente, no que se refere às despesas com investimento.

Ainda assim o primeiro ano da administração de Marcelo Déda conseguiu um melhor desempenho na aplicação dos recursos orçamentários com investimentos em relação ao primeiro ano da gestão de João Alves Filho. Todavia esse bom desempenho do governo Marcelo Déda ainda não foi suficiente para superar o segundo ano do governo Albano Franco em investimentos.

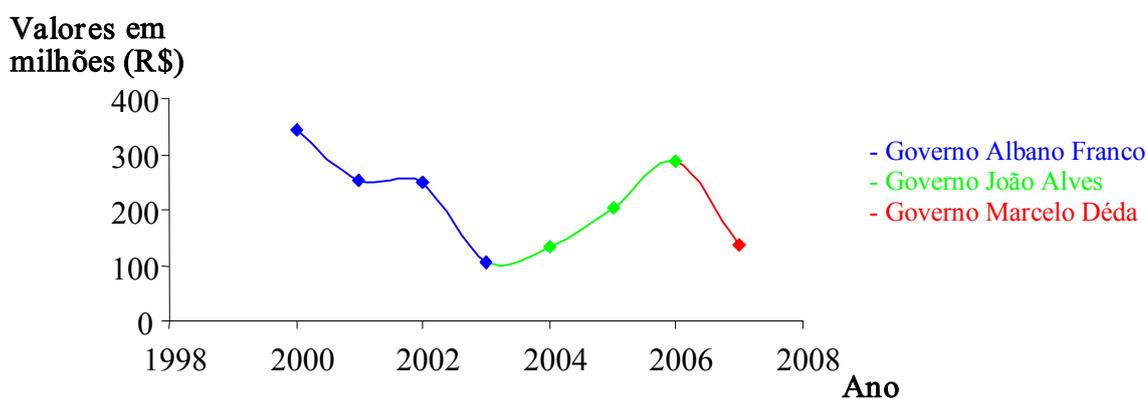


Gráfico 13 - Capacidade de Investimento ao Longo da Série (2000-2007)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2000 a 2007

Apesar da análise da série encerrar-se em 2007 é oportuno salientar que em 2008 o nível de investimento do Estado volta a crescer chegando ao patamar de R\$ 241,9 milhões de reais, o que reforça a tendência do gráfico 13, demonstrando que os primeiros anos dos governos são sempre mais acanhados que os anos subseqüentes.

Ao longo do período 2003-2007 o balanço de capital foi sempre deficitário (**tabela 21**), sobretudo em 2003 quando o nível de transferências de capital da União representou somente 0,55% das receitas de capital e essas tendo representado somente 1,23% do total das receitas.

Tabela 21 - Sergipe: Evolução do Balanço de Capital (2000-2003)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2000	2001	2002	2003
RK-DK	(300.357.332)	(223.981.313)	(280.355.517)	(265.020.367)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

O déficit no balanço de capital de forma geral foi, em parte, financiado, pela poupança corrente. Com exceção de 2003 e 2006, em que a poupança corrente não foi suficiente para financiar o déficit de capital. Ver tabela 22.

Tabela 22 - Sergipe: Evolução do Balanço de Capital (2004-2007)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2004	2005	2006	2007
RK-DK	(206.115.267)	(356.587.570)	(424.859.425)	(218.525.979)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Em 2004, os dois saldos, correntes e de capital, foram praticamente iguais, o que fez com que o balanço nominal (receitas menos despesas totais) tivesse nesse ano resultado quase zero (**tabela 24**). Na maior parte da série, foram registrados superávits no balanço nominal, em parte isso somente foi possível devido os saldos positivos do balanço corrente durante toda a série de análise.

Tabela 23 - Sergipe: Evolução do Balanço Nominal (2000-2003)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2000	2001	2002	2003
RT-DT	161.802.558	64.985.757	86.274.049	(30.922.225)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

A exceção dessa vez ficou por conta dos anos de 2003 e 2006 que foram deficitários e dessa vez a explicação vem do balanço de capital que teve nesses anos déficits superiores aos superávits do balanço corrente.

Tabela 24 - Sergipe: Evolução do Balanço Nominal (2004-2007)

Balanço	Exercício Financeiro			
	2004	2005	2006	2007
RT-DT	29.363	139.587.928	(164.202.172)	255.973.003

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Apesar desses dois anos da série terem demonstrado déficits no balanço nominal, Sergipe não é um estado que encontra-se profundamente endividado. O estoque da sua dívida não é alto em comparação ao seu nível de receita, que fora os anos de exceções já comentados, tem tido uma evolução positiva em termos reais. No entanto, a posição financeira do Estado é mais bem ponderada ao se analisar o estoque da dívida em relação à RCL (Receita Corrente Líquida) assim como os outros parâmetros fiscais que estão constituídos na legislação brasileira (CEPLAN, 2005).

Valor em
milhões (R\$)

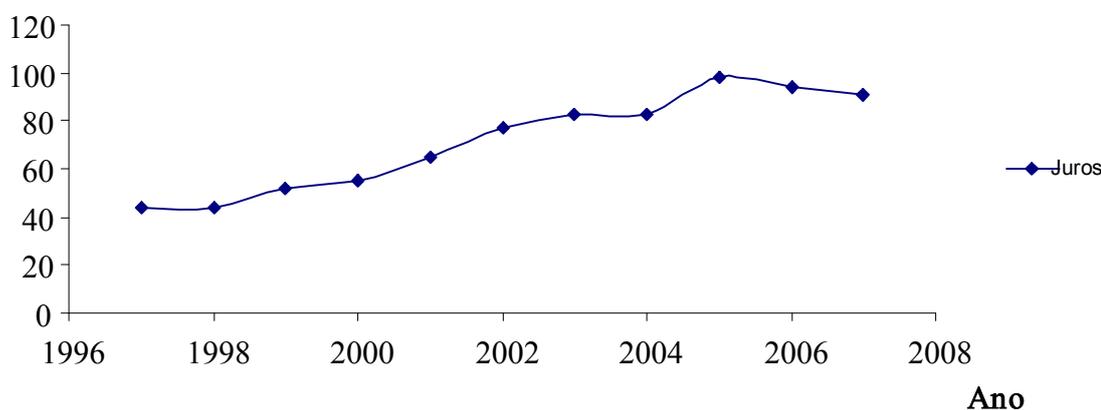


Gráfico 14 - Despesas com Juros e Encargos da Dívida

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

Com relação à composição da dívida pública o Governo de Sergipe, desde 2005, tem buscado mais o crédito doméstico o que demonstra que o Estado encontrou menos dificuldades em contratar financiamentos internos do que nas operações externas de crédito. Diante disso constata-se que 81,0% da dívida pública do Estado de Sergipe é interna e de

caráter contratual, ficando a dívida externa com aproximadamente 8,0% da dívida consolidada líquida (CEPLAN, 2005).

Em termos reais, a dívida consolidada bruta caiu ano a ano entre 2000 e 2004. Essa queda ocorreu tanto no que diz respeito à dívida interna quanto externa. A única exceção ficou por conta de 2002 onde a dívida externa teve um aumento de 12,0% em relação ao ano anterior.

3.2.4 Adequação das Finanças Públicas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Sergipe vem progressivamente se ajustando aos parâmetros determinados na legislação e com isso vem cumprindo os limites da LRF. No que se refere aos limites de despesa com pessoal, o Estado, representado por suas esferas de poder, tem se situado abaixo do limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). De fato, ao longo da série em análise, o comprometimento da RCL em despesas com pessoal tem variado sucessivamente um pouco aquém do limite superior, conforme tabela 25.

Tabela 25 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000-2004)

Rubricas	Limite Legal % RCL	Série Deflacionada									
		2000		2001		2002		2003		2004	
		Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Pessoal	≤ 60	1.332	57,3	1.402	58,2	1.454	56,4	1.320	59,2	1.291	55,6
Executivo	≤ 49	1.063	45,7	1.141	47,4	1.187	46,1	1.059	47,5	997	42,9
Legislativo	≤ 3	107	4,6	106	4,4	111	4,3	109	4,9	127	5,5
Judiciário	≤ 6	122	5,2	115	4,8	116	4,5	110	4,9	116	5,0
Minist. Pub	≤ 2	41	1,7	40	1,7	40	1,5	42	1,9	50	2,2
DCL	≤ 200	2.732	117,5	2.478	103,0	2.369	91,9	1.925	86,3	1.861	80,2
Garantias	≤ 22	685	29,5	604	25,1	499	19,4	398	17,9	356	15,3
ROC	≤ 16	57	2,4	31	1,3	40	1,6	17	0,8	125	5,4
Serv Dívida	≤ 11,50	176	7,6	197	8,2	217	8,4	188	8,4	182	7,8
RCL (montante)		2.326	100,0	2.407	100,0	2.576	100,0	2.229	100,0	2.322	100,0

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe.

Nota: valores a preços de 2007 em milhões de R\$.

Ainda sob a análise da (tabela 25), percebe-se que o Executivo, em toda a série, tem ficado abaixo do seu limite de 49%. Contudo, em 2001 e 2003, o Executivo sergipano se

colocou um pouco acima do limite prudencial de 46,5% (95% de 49%). Muito diferente do Legislativo que tem sistematicamente se mantido acima do seu limite máximo de 3% da RCL.

O grande exemplo fica por conta de 2004, onde as despesas do Legislativo sergipano com pessoal comprometeram 5,5% da RCL, aproximadamente o dobro do permitido pela LRF. Já o Judiciário, cujo limite é 6,0%, tem acatado o limite ditado pela LRF em todos os anos da série. Por fim, o caso do Ministério Público, que somente em 2004 extrapolou suas despesas com pessoal superando o limite de 2,0% da RCL. Como um todo, Sergipe tem comprovado habilidade para sustentar suas despesas com pessoal dentro dos limites da LRF. Porém, um poder vem se destoando do todo, é o caso do Legislativo, que vem descumprindo de forma sistemática a legislação.

A tabela 25 nos fornece ainda o dado de que a Dívida Consolidada Líquida vem cumprindo o limite estipulado pela LRF, ou seja, ela se mantém durante toda a série abaixo do dobro da RCL. Na verdade, a partir de 2002, o estoque da dívida tem sido inferior a RCL do exercício. Em 2004, a dívida sergipana consolidada e em termos líquidos representava apenas 80% da RCL. O que confirma a hipótese de que Sergipe tem uma dívida relativamente pequena em comparação com a sua receita.

Quanto às garantias, a LRF determina que as mesmas não possam exceder 22% da RCL, Sergipe só respeitou este limite a partir de 2002, não porque o valor nominal das garantias tenha diminuído substancialmente, mas sim porque a RCL cresceu, especialmente nos anos de 2001 e 2002 (**Tabela 25**).

Cabe observar também que o limite para os serviços da dívida é de 11,5% da RCL e que no período de 2000 a 2004 este quesito foi cumprido rigorosamente pelo Estado de Sergipe que teve seu comprometimento neste item entre 7,5% e 8,5% da RCL. Outro parâmetro que revela o baixo endividamento de Sergipe é o percentual das receitas de operação de crédito que ao longo do período este percentual variou entre um mínimo de 0,8%, em 2003, a um máximo de 5,37% em 2004. Respeitando assim durante todo o período analisado o limite da LRF que é 16% da RCL.

Constata-se, portanto, diante da análise que o Governo de Sergipe cumpriu fundamentalmente os principais limites estabelecidos pela LRF. Entretanto, cabe reiterar que

o Poder Legislativo tem extrapolado seus limites de despesa com pessoal. No entanto, esse descumprimento, não tem prejudicado o Estado no que diz respeito ao limite total de gastos com pessoal (**Gráfico 15**).

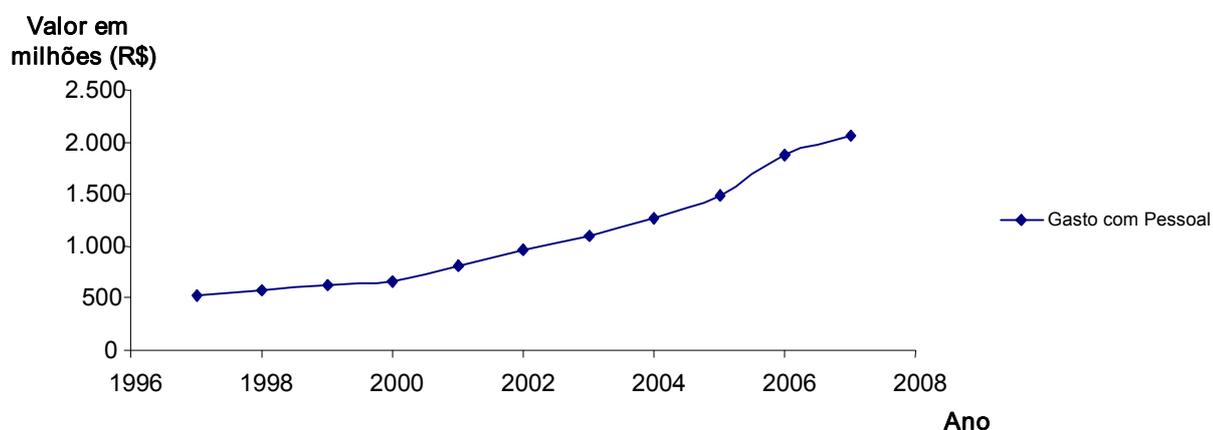


Gráfico 15 - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

Apesar do Estado de Sergipe como um todo vir cumprindo os principais limites estabelecidos pela LRF, cabe aqui fazer uma ressalva importante no que diz respeito ao limite prudencial que, por muitas vezes, esferas do estado o descumpriram durante o período de análise. Conforme demonstra a tabela 26, logo abaixo.

Tabela 26 - Limite Prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal

Rubricas	Limite	Limite	2000	2001	2002	2003	2004
	Legal (% RCL)	Prudencial (95%)	% RCL				
Despesas com Pessoal	≤ 60	57	57,3	59,2	56,4	59,2	55,6
Executivo	≤ 49	46,5	45,7	47,4	46,1	47,5	42,9
Legislativo	≤ 3	2,8	4,6	4,4	4,3	4,9	5,5
Judiciário	≤ 6	5,7	5,2	4,8	4,5	4,9	5,0
Ministério Público	≤ 2	1,9	1,7	1,7	1,5	1,9	2,2

Fonte: Elaboração própria.

Ultrapassar esse limite prudencial traz como conseqüência sanções institucionais. O Estado estará sujeito à interrupção das transferências voluntárias que contemplam os repasses feitos pela União, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Deve-se ressaltar que grande parte das receitas estaduais decorre dessas transferências.

A suspensão dessas receitas traria como conseqüência prejuízos a execução dos projetos e programas do governo estadual. Além disso, o Estado ficará proibido de contratar operações de crédito, que são os compromissos financeiros assumidos em virtude de empréstimos, financiamentos e antecipação das receitas, realizadas para suprir necessidades monetárias de caixa, podendo a vir comprometer o cronograma de pagamento do governo por falta de recursos financeiros.

3.2.5 O Programa de Ajuste Fiscal.

A situação fiscal de Sergipe nem sempre foi equilibrada. Somente a partir de 2000 por conta da LRF, que implantou no país uma nova cultura fiscal, é que o Governo procurou reverter os resultados deficitários de anos anteriores, chegando em 2001, a gerar um resultado primário de R\$ 131 milhões e uma suficiência financeira de R\$ 38 milhões, no entanto isso só foi possível depois da adesão ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF com o Governo Federal.

O PAF funciona como uma contrapartida do estado ao refinanciamento de sua dívida nos termos Lei 9.496/97. Neste sentido, o estado passa a ter que cumprir algumas metas no que se refere a: i) a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real; ii) Resultado Primário; iii) Despesa com Pessoal; iv) Receita Própria; v) a relação Investimentos / Receita Líquida Real, e: v) a realização da Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos. Essa última meta é qualitativa, referindo-se ao alcance de compromissos assumidos pelo Governo de Sergipe junto ao Tesouro Nacional para modernizar o setor público estadual (CEPLAN, 2005).

No que diz respeito ao PAF do biênio 2001 - 2002, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 27** indica que todas as metas foram cumpridas.

Tabela 27 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

Indicadores	Unid	2001		2002	
		Meta	Realizado	Meta	Realizado
Relação Dívida/RLR	Relação	≤ 1,00	0,85	≤ 1,00	0,88
Resultado Primário	R\$ milhões	≥ 65,2	117,6	≥ 106,0	165,3
Gasto com Pessoal/RCL	%	≤ 60,0	55,61	≤ 60,0	54,68
Receita Própria	R\$ milhões	≥ 705,4	774,04	≥ 920,0	935,0
Gasto Investimento/RLR	%	≤ 15,7	11,54	≤ 13,8	10,81

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

Já no biênio 2003 - 2004, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 28** indica que nem todas as metas do PAF foram cumpridas neste período, é o caso dos indicadores de Resultado Primário em que o realizado ficou abaixo da meta estabelecida e a Relação de Investimento com RLR onde o realizado ficou acima da meta estipulada.

Tabela 28 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

Indicadores	Unid	2003		2004	
		Meta	Realizado	Meta	Realizado
Relação Dívida/RLR	Relação	≤ 1,00	0,75	≤ 1,00	0,75
Resultado Primário	R\$ milhoes	≥ 125,0	84,0	≥ 60,0	30,7
Gasto com Pessoal/RCL	%	≤ 60,0	55,69	≤ 60,0	55,71
Receita Própria	R\$ milhoes	≥ 1091,0	1.134,4	≥ 1218,0	1.362,3
Gasto Investimento/RLR	%	≤ 8,10	9,14	≤ 11,9	13,08

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

No biênio 2005 - 2006, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 29** indica que somente a meta de Resultado Primário de 2006 não foi atingida, ficando muito abaixo do estabelecido pelo PAF.

Tabela 29 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

Indicadores	Unid	2005		2006	
		Meta	Realizado	Meta	Realizado
Relação Dívida/RLR	Relação	≤ 1,00	0,74	≤ 1,00	0,66
Resultado Primário	R\$ milhoes	≥ 87,0	269,6	≥ 89,0	(1,4)
Gasto com Pessoal/RCL	%	≤ 60,0	52,2	≤ 60,0	58,0
Receita Própria	R\$ milhoes	≥ 1467,0	1.551,6	≥ 1562,0	1.794,9
Gasto Investimento/RLR	%	≤ 14,83	12,6	≤ 13,93	12,8

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

Por fim o biênio 2007 - 2008, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 30** indica que uma única meta não foi alcançada nesse período, foi o caso da relação de gasto com pessoal e RCL que em 2007 ficou acima da meta fixada no PAF.

Tabela 30 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

Indicadores	Unid	2007		2008*	
		Meta	Realizado	Meta	Realizado
Relação Dívida/RLR	Relação	≤ 1,00	0,54	≤ 1,00	0,47
Resultado Primário	R\$ milhoes	≥ 213,0	442,0	≥ 180,0	569,5
Gasto com Pessoal/RCL	%	≤ 60,0	62,4	≤ 60,0	58,9
Receita Própria	R\$ milhoes	≥ 1769,0	1.879,0	≥ 2.070,0	2.074,1
Gasto Investimento/RLR	%	≤ 4,48	4,05	≤ 12,82	8,47

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SUPERFIP

(*) valores referentes a agosto de 2008.

Diante dos dados apresentados observe-se que há uma piora nas contas públicas a partir de 2003: o resultado primário cai a partir de 2003, queda essa proveniente do crescimento das despesas não-financeiras e da queda nas transferências da União e, no caso do atraso/deficiência de 2003, o aumento nos serviços e na amortização da dívida que não foram compensados quer por alienação de ativos ou por receitas derivadas de operações de crédito.

Há ainda o declínio no investimento público estadual, decorrentes do aumento nos gastos correntes que acabou comprometendo a formação bruta de capital fixo de Sergipe um dos determinantes do crescimento de sua economia (**Gráfico 16**).

Valor em
milhões (R\$)

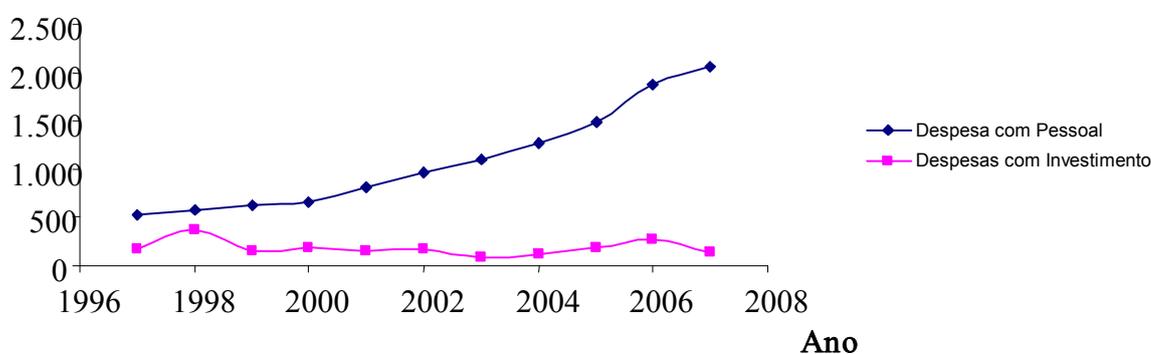


Gráfico 16 - Despesas Correntes X Despesas de Capital

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

3.3 Execução orçamentária por função.

Neste tópico será apresentado inicialmente um breve histórico quanto à evolução de alguns indicadores de acesso a infra-estrutura no Brasil, Nordeste e Sergipe, para em seguida abrir a discussão sobre os investimentos estaduais em infra-estrutura, através de uma análise da execução orçamentária por função. A metodologia adotada será a de comparar o nível de despesas da função infra-estrutura, com funções clássicas do Estado como segurança pública, educação e saúde.

Em Sergipe a cobertura no fornecimento de água pela rede geral atingiu o nível de 82,2% em 2003. Superior ao do Brasil onde, essa cobertura era de 79,7% e a do Nordeste onde a cobertura era de 65,3%, no mesmo período.

Quanto aos investimentos em energia elétrica, o percentual de acesso alcançou 94,9% dos domicílios com energia elétrica, índice bem próximo da universalização. Apesar do percentual de domicílios atendidos por energia elétrica em Sergipe ter sido superior a média nordestina, o mesmo não conseguiu atingir o percentual nacional em 2003. (**Tabela 31**).

Tabela 31 - Brasil Nordeste e Sergipe: Percentual dos domicílios particulares permanentes (em %) que tem acesso à infra-estrutura (1992, 1999, 2001, 2002, 2003)

Regiões	Total				
	1992	1999	2001	2002	2003
Abastecimento de água pela rede geral (1)					
Brasil	68,3	76,1	77,8	79,1	79,7
Nordeste	47,4	58,7	62,0	64,0	65,3
Sergipe	60,9	74,3	81,3	82,9	82,2
Esgotamento sanitário pela rede coletora					
Brasil	38,9	43,6	45,4	46,4	48,0
Nordeste	13	19,4	22,0	24,2	25,7
Sergipe	19,5	15,6	32,3	31,4	38,5
Lixo coletado diretamente					
Brasil	61,9	72,1	75,6	76,5	78,1
Nordeste	37,3	48,7	56,2	57,0	59,0
Sergipe	51,2	65,4	70,7	72,2	73,5
Energia elétrica					
Brasil	88,8	94,8	96,0	96,7	97,0
Nordeste	73,2	85,5	89,4	90,9	91,7
Sergipe	84,0	95,8	94,7	95,2	94,9

Fonte: IBGE - PNAD 1992, 1999, 2001, 2002 e 2003

Notas: 1- Abastecimento de água pela rede geral com canalização interna

A pesar da evolução satisfatória de alguns indicadores de acesso à infra-estrutura e saneamento básico, há uma acentuada disparidade entre domicílios urbanos e rurais, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário e à coleta do lixo.

Vale também destacar a perspectiva de solidificação da cadeia produtiva do turismo, impulsionada pelas obras de infra-estrutura e por diversos investimentos do empreendimento privado bem como a implementação de um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura ressaltando-se a conclusão das obras de modernização da rede rodoviária (ex. da duplicação da BR 101); da construção da ponte Joel Silveira e da execução das diversas obras hídricas.

Diante do cenário desenhado, é possível perceber que o Estado de Sergipe vem dando uma atenção especial aos investimentos em infra-estrutura, principalmente a partir de 2004, chegando ao seu pico em 2006. É fácil também perceber que na maior parte da série em análise toda a despesa autorizada pelo orçamento com infra-estrutura foi realizada em quase 100%, com exceção nos anos de 2006 e principalmente 2007, onde o percentual de despesa realizada fica muito abaixo do que foi autorizado em orçamento (**ver gráfico 17**).

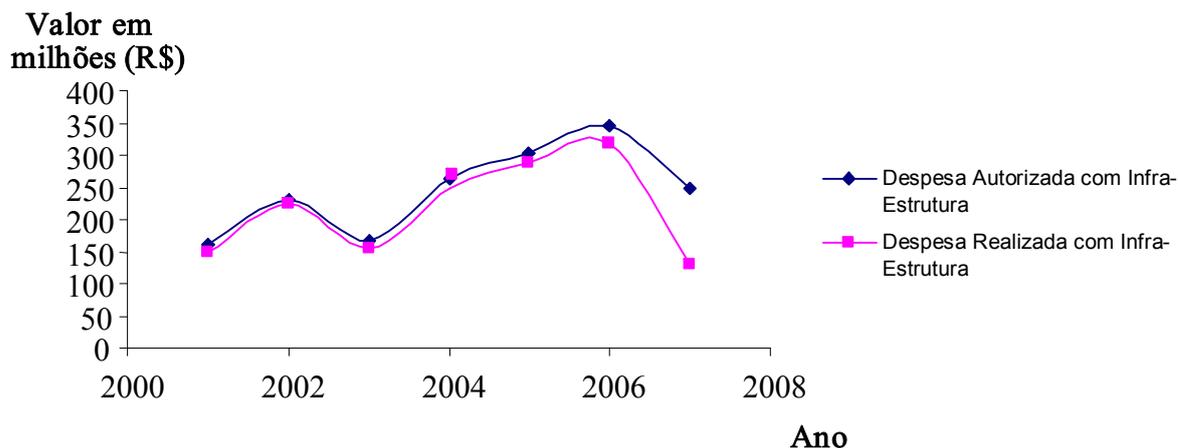


Gráfico 17 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Fonte: Balanço Geral do Estado 2000/2007

Comparando as despesas com infra-estrutura com as funções típicas de bens públicos e semipúblicos como segurança, justiça, saúde e educação, percebe-se que a alocação de recursos para a FBKF, bem como a execução desses recursos por vezes se iguala e até ultrapassa em determinados momentos as despesas que classicamente seriam de obrigação do Estado estar ofertando como segurança pública, por exemplo.

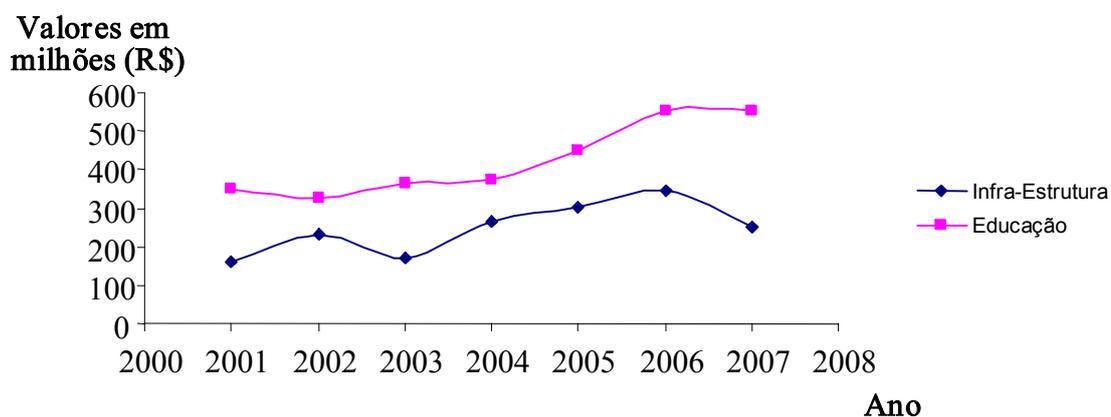


Gráfico 18 - Despesas Infra-Estrutura X Educação (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Outro exemplo emblemático é o da função educação. As despesas autorizadas com infra-estrutura durante toda a série (2001 a 2007) nunca ultrapassam o montante de recursos alocados para a educação. Isso é facilmente explicável devido às transferências

constitucionais. Entretanto, fica claro no **gráfico 18** que as despesas autorizadas com infraestrutura não se distanciam tanto da curva da educação.

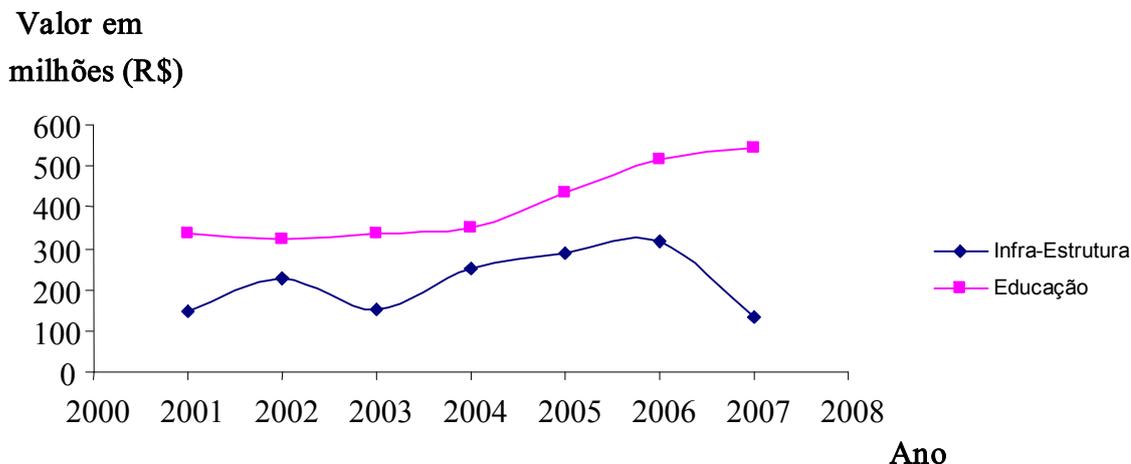


Gráfico 19 - Despesas Infra-Estrutura X Educação (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

O mesmo acontece com relação às despesas realizadas destas duas funções, ficando a exceção por conta da execução orçamentária em infraestrutura que do período de 2006 a 2007 se distancia de forma brusca da curva da educação (**Gráfico 19**).

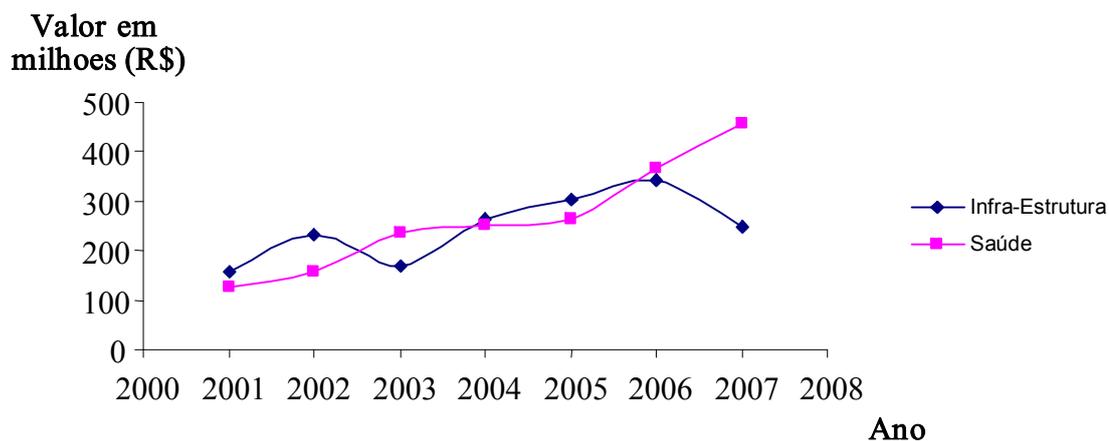


Gráfico 20 - Infra-Estrutura X Saúde (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

A relação entre a função responsável pela FBKF e a função saúde apresenta-se menos desigual, alternando bastante suas posições no decorrer da série. No gráfico 20 pode-se perceber a seguinte situação: no início da série no biênio (2001-2002) as despesas autorizadas pelo orçamento para infraestrutura são superiores às despesas autorizadas com saúde, em

2003 essa posição se inverte, no ano seguinte a locação de recursos em infra-estrutura volta a crescer, porém não o suficiente para ultrapassar a alocação orçamentária da função saúde, o que só vem ocorrer no ano de 2005 com um pequeno descolamento da curva de infra-estrutura da curva da saúde, mais uma vez as posições se invertem e as despesas autorizadas com saúde ultrapassam as de infra-estrutura, por fim em 2007, ano marcado o pior orçamentariamente para os investimentos em FBKF observa-se mais uma vez o forte declínio nas despesas autorizadas com infra-estrutura.

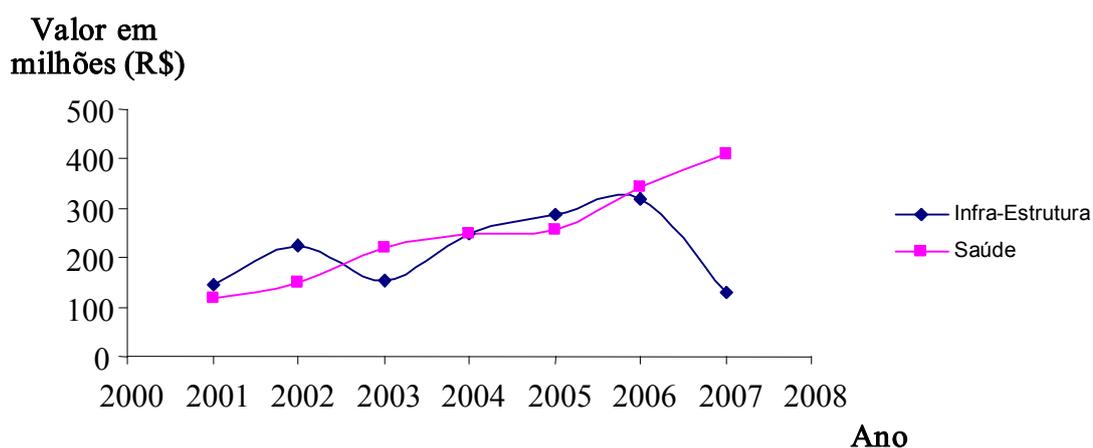


Gráfico 21 - Despesa Infra-Estrutura X Saúde (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

No que se refere às despesas realizadas das funções saúde e infra-estrutura a análise segue a mesma das despesas autorizadas, a diferença fica por conta mais uma vez do ano de 2007 que se comparado com o mesmo ano das despesas autorizadas a queda foi ainda maior ficando abaixo dos R\$ 100 milhões executados (**Gráfico 21**).

Quando a função a ser comparada com a de infra-estrutura passa a ser a de segurança pública o que se vê é as despesas autorizadas para essas funções começarem a série praticamente no mesmo nível de alocação orçamentária em torno de R\$ 150 milhões no ano de 2001, elas vão se distanciando ao longo da série até que em 2006 a alocação orçamentária com infra-estrutura atinge seu ponto de máximo, vindo a declinar no ano seguinte (**Gráfico 22**).

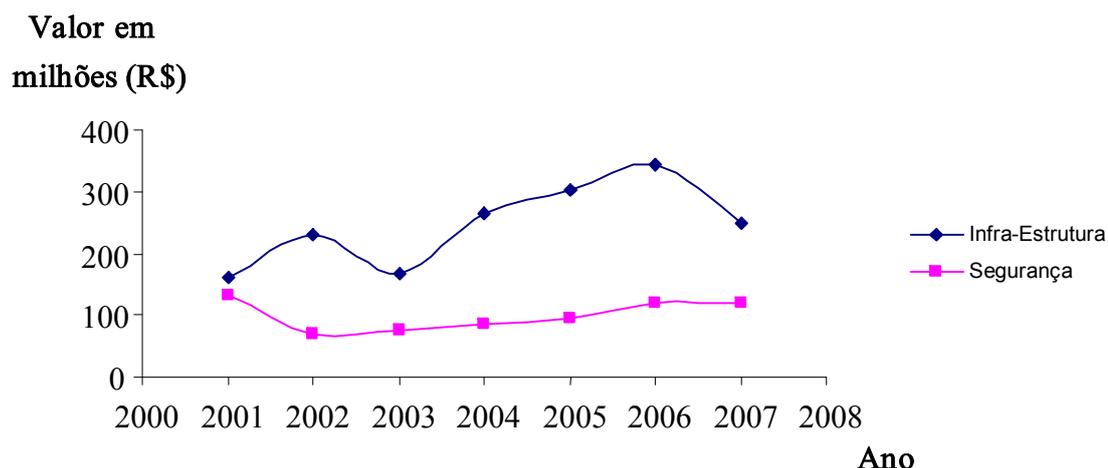


Gráfico 22 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

A mesma análise pode ser transferida para as despesas realizadas com essas duas funções sendo que no ano de queda da função de infra-estrutura neste caso é muito mais acentuada chegando a se igualar com nível de despesas realizadas com segurança pública (Gráfico 23).

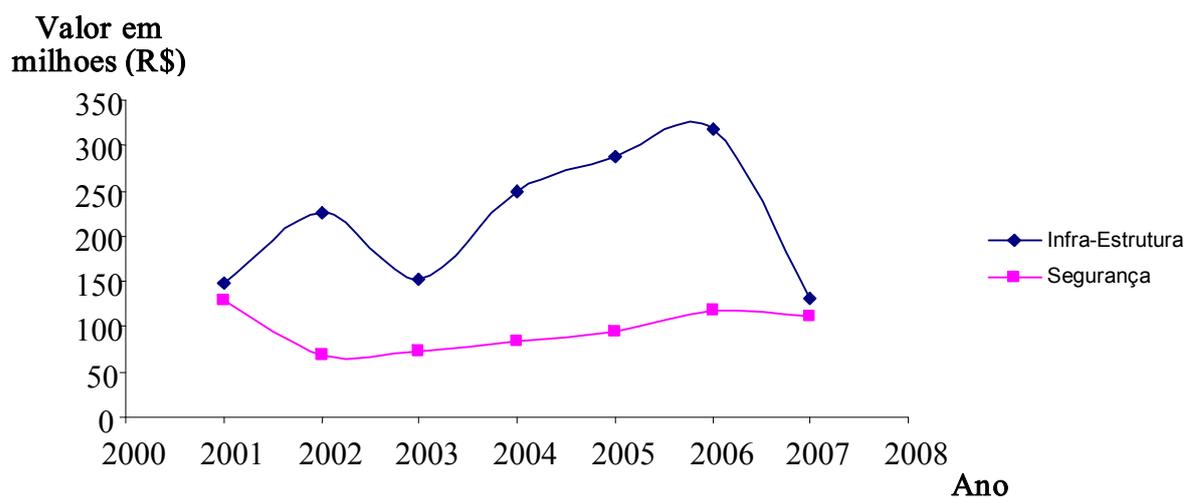


Gráfico 23 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Cabe destacar que as despesas com segurança pública, demonstradas nos gráficos 22 e 23 referem-se às despesas autorizadas e realizadas do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública que até 2001 agregava as despesas da Polícia Militar e Corpo de

Bombeiros, a partir de 2002 estes órgãos passam a ser unidades orçamentárias tendo assim orçamento próprio.

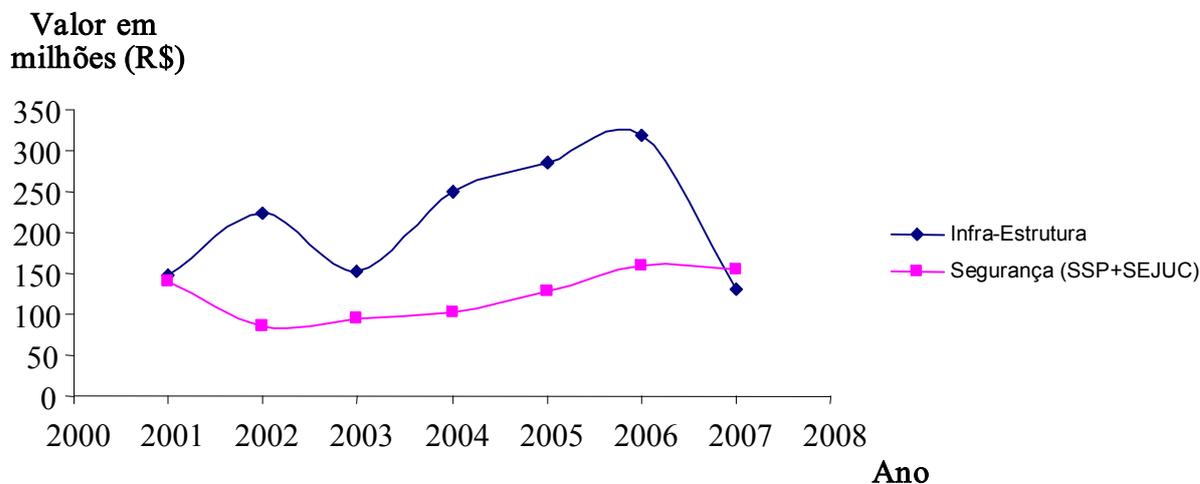


Gráfico 24 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Uma outra análise possível é que se apresenta no gráfico 24, onde as despesas com segurança passam a ter no seu cômputo geral as despesas das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, onde estão contempladas as despesas com sistema prisional. Quando essa metodologia é utilizada a comparação entre as despesas realizadas com infra-estrutura e segurança pública tomam um formato diferente no último ano da série, quando não se tinha as despesas com justiça verificou-se que as despesas realizadas com infra-estrutura se igualaram às realizadas da segurança, entretanto nesta nova forma de computar as despesas de segurança pública com a inclusão das despesas de justiça e cidadania, verifica-se que o nível de execução das despesas com infra-estrutura foram inferiores aos realizados com segurança pública.

Em geral o que se percebe é que as despesas com infra-estrutura oscilam mais do que a despesas com saúde e educação, por estarem mais vulneráveis aos ciclos administrativos, além disso há as garantias constitucionais de repasse orçamentário que garantem uma maior homogeneidade na evolução das despesas com saúde e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da economia sergipana foi determinado, a exemplo do que ocorreu com o conjunto da economia brasileira, pelo aumento do setor de serviços e da contração das atividades industriais na composição do PIB, gerando a desaceleração dos investimentos industriais e o aumento acima da média das atividades terciárias. O nascimento de novos serviços e a terceirização de atividades antes internalizadas nas grandes empresas também colaborou para o aumento do peso do setor terciário no processo de desenvolvimento do Estado.

Dois destaques devem ser ressaltados, pois caracterizam o passado recente da economia de Sergipe. O primeiro se deve ao fato das transformações da economia brasileira e à austeridade da política macroeconômica sobre a condução da política de desenvolvimento local; o segundo, refere-se à diminuição dos investimentos das empresas estatais os quais possuem um grande peso na formação da renda e do emprego em Sergipe.

Se os determinantes locais de investimento e renda são cruciais para responder as diferenças das taxas de crescimento do PIB sergipano, por outro lado verificou-se que o crescimento econômico de Sergipe está profundamente correlacionado à evolução da economia brasileira, dado o grau de dependência das dinâmicas de crescimento do PIB sergipano ao nacional.

Entretanto, o retorno dos investimentos de empresas no setor extrativo mineral e químico, ao lado da implantação de novos empreendimentos do setor industrial, permitiu o reinício de um novo ciclo de expansão da economia sergipana, alavancado pelas atividades industriais.

Diante disto foi possível identificar a seguinte evolução histórica do PIB sergipano, onde no início da série, no ano de 2001, a economia cresceu somente 0,3% com relação ao ano anterior, em 2002 o crescimento passa a ser de 3,2% com relação a 2001, em 2003 o PIB volta a cair em comparação ao ano anterior crescendo somente 2,6%, em 2004 vem a maior alta do período com um crescimento de 4,7% voltando a cair em 2005 onde se registrou um crescimento de 4,1%.

A indústria extrativa mineral, com ênfase para a atividade de petróleo e gás, apresentou uma acentuada redução em 2000, porém voltando a se recuperar após esse último ano. Observou-se, ainda que ao final de 2003, houve um aumento da indústria extrativa mineral no peso da indústria geral fato esse muito provavelmente explicado pelo aumento dos preços internacionais do petróleo.

No que se refere ao cerne desta dissertação, a análise das finanças públicas para o período de 2000-2007, notou-se que a receita corrente de Sergipe tem um alto grau de dependência das transferências compulsórias e voluntárias do Governo Federal. A receita tributária própria teve, durante a série em análise, um desempenho regular embora insuficiente para minimizar essa dependência. Mesmo diante da crise energética de 2001 e da recessão de 2003 e de uma pequena queda do (FPE), a receita corrente cresceu expressivamente em termos reais entre 2000 e 2004. A receita de capital, por sua vez, apresentou um forte declínio em função da queda nas transferências de capital da União.

As receitas de capital, em 2003, declinaram 82,1% arrastadas pela brusca variação nas transferências de capital (89,5%) quase toda originada de convênios com a União. Vindo a recuperarem-se, em 2004, devido principalmente às operações de crédito, sobretudo as internas, e a elevação das transferências de capital. Fica claro que, ao longo do período como um todo, as variações nas receitas de capital são determinadas pelas operações de crédito e pelas transferências de capital da União. Uma vez que receitas de capital são vinculadas às despesas de capital, especialmente investimentos, o poder de investir do Estado depende, de um lado, da União e, de outro, dos organismos nacionais e internacionais de financiamento. Por essa razão é crucial atender a LRF e o PAF (Programa de Ajuste Fiscal) do governo federal para que se possa acessar esses recursos.

A despesa capital acompanhou, em termos reais, o crescimento e a variação da receita corrente, evidenciando um significativo aumento nos gastos de pessoal e custeio. Em contraste, as despesas de capital despencaram puxadas pelos investimentos e pelas inversões financeiras. Contudo a poupança corrente foi capaz de financiar boa parte das despesas de capital com exceção para os anos de 2003 e 2006 onde a poupança corrente real não foi suficiente para cobrir o déficit das despesas de capital.

O Estado não apelou a empréstimos externos ou à alienação de ativos para sanar a falta de poupança corrente em 2003 e 2006 com o intuito de financiar o investimento. Sergipe tem um baixo nível de endividamento, sendo a maior parte de sua dívida interna e contratual. Não apenas o endividamento é baixo, mas tem apresentado um lento crescimento em termos reais.

No período em análise, Sergipe foi um fiel cumpridor dos limites estabelecidos pela LRF em todos os anos da série, a ressalva a ser feita ficou por conta do Poder Legislativo que descumpriu as metas em todos os anos da série, e do Ministério Público no ano de 2004. Contudo, as despesas com pessoal, serviços da dívida, custeio e investimento não ultrapassaram em nenhum ano mais do que 5% da receita corrente líquida.

Contudo cabe uma ressalva nesse ponto, apesar do Estado de Sergipe como um todo vir cumprindo os principais limites estabelecidos pela LRF, o limite prudencial por muitas vezes foi ultrapassado como em 2000, a onde as despesas com pessoal chegaram a 57,3% da RCL e em 2001 e 2003, onde as despesas com pessoal alcançaram quase o limite legal chegando a 59,2% da RCL.

Ultrapassar esse limite prudencial é algo bastante temerário, uma vez que ultrapassado esse limite o Estado de Sergipe ficaria impossibilitado de conveniar com a União o que prejudicaria o andamento das ações do governo do Estado, tendo em vista o seu elevado grau de dependência com os recursos da União.

Quanto ao Programa de Ajuste Fiscal, o estado apresentou resultados primários positivos, mas cadentes entre 2000 e 2004. Apresentou também insuficiência financeira em 2003; isso significa que não dispôs de recursos para financiar todos os gastos líquidos com juros e amortizações, mesmo aqueles derivados de operações de crédito e alienação de ativos.

O estado está passando por um agravamento nas suas finanças ao longo do período, na medida em que apresenta uma acentuada queda nos seus resultados primários; insuficiência financeira em pelo menos um ano do período; aumento substantivo nos seus gastos com pessoal e custeio; e, um declínio acentuado na sua capacidade de investimento que não foi ampliada por maior endividamento, embora o estado tenha margem para se endividar. As informações disponíveis do Relatório de Reestruturação e Ajuste Fiscal para o ano de 2004

revelam que o estado cumpriu três das cinco metas quantitativas, sendo que a principal meta não cumprida foi a do resultado primário.

Diante de tudo que foi exposto entendemos que permanecerá ainda a tendência por um longo período o elevado peso do setor público na economia de Sergipe, tanto na geração de riqueza quanto de empregos, mas com a tendência a uma pequena elevação da participação do setor privado, levando-se em conta os novos investimentos privados e o maior adensamento das cadeias produtivas.

Entretanto, a estratégia a ser adotada pelo Estado de Sergipe para promover a competitividade e recuperar a posição que ocupava no cenário nacional passa pela reestruturação do setor público, embora não se esgote aí. Em um primeiro momento deve ser realizada a modernização administrativa e a abertura ao capital privado, no âmbito das reformas constitucionais em curso, das áreas de infra-estrutura onde há necessidade de investimentos, impotência do Estado e interesse da iniciativa privada. Não efetuá-las condena o Estado a ficar novamente para trás no processo de desenvolvimento que toma forma no país.

Criado o ambiente favorável ao investimento, o passo seguinte é o estabelecimento de uma política deliberada de atração de novas inversões, aplainando-se o caminho para o crescimento sustentado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AFONSO, José Roberto R. e BIASOTO, Geraldo Jr. Investimento Público no Brasil: Diagnósticos e Proposições. – **Revista do BNDES**; Rio de Janeiro; v 14; n.27; p.71-22. Jun 2007.

BENITEZ, Rogério Martin. Investimento Público Fixo, um Elemento Catalisador de Desenvolvimento Inerente à Economia Regional. **Revista Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**; Ed. n.39; Ano 21; mar-2003.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos?. **Planejamento e políticas públicas**. IPEA, n.23, jun-2001.

CRUZ, Flávio et al. Comentários à Lei nº4.320. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

CEPLAN. **Sergipe**: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais 1970-2004. Recife, 30 de novembro de 2005.

DOMINGUES, Edson Paulo, VIANA, Francisca Diana Ferreira e OLIVEIRA, Heder Carlos de (2007). Investimentos em infra-estrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento. Belo Horizonte: **UFMG/Cedeplar**, 36p. (Texto para Discussão; 319).

FREITAS, Sebastião Nogueira de. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise & Dados**; Salvador, v. 12, n. 4, p. 9-24, março 2003.

FERREIRA Pedro Cavalcante; MALLIAGROS, Thomas Georges (1998). **Impactos Produtivos da Infra- Estrutura no Brasil: 1950 - 1995**. Disponível em: <http://www.fgv.br/professor/ferreira/ferreiramalliagrosPPE.pdf>; Acesso em: outubro de 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / BANESE. **Balanco Social: Relatório da Administração 2004**. Aracaju: 2004

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 1997**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 1998**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 1999**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 2000**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 2001**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanco Geral do Estado 2002**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balço Geral do Estado 2003**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balço Geral do Estado 2004**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balço Geral do Estado 2005**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balço Geral do Estado 2006**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balço Geral do Estado 2007**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Arts. 52 e 53 da Lei Complementar 101/2000); Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Art. 52 Inciso II Alínea "C")**.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. **Sergipe em números CD-ROM**. Aracaju: 2003.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento / Superintendência de Estudos e Pesquisas. **Contas Regionais 2003-2008**. Aracaju: 2008.

_____. **Boletim de Acompanhamento da Conjuntura Econômica**, n. 3, ano 2. terça-feira, 17 de fevereiro de 2009.

_____. **Boletim de Acompanhamento da Crise Econômica**, nº 3. ano 1. segunda-feira, 22 de dezembro de 2008.

HADDAD, P.R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: **A política regional na era da globalização**. IPEA/ Konrad Adenauer Stiftung, Debates n. 12, 1996.

HERMANN, Jennifer. (2006). Ascensão e Queda da Política Fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990 – 2000. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2006/artigos; Acesso em: outubro de 2008

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**; tradução de Mario R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas. **Revista Análise Econômica**; ano 12; março e setembro/94; p.55-73.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. (2005) Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**; Fortaleza; v.36, n. 1; jan-mar.2005.

LOPERATO, Francisco Luiz C. (2006) O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, Campinas, n.119, fev.2006.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Intervenção Estatal e Desigualdades Regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo**. Tese de doutoramento defendida na UNICAMP em dezembro de 2005.

MORRETI, Bruno e LÉLLIS, Marcos T.C. Economia clássica e novo-clássica *versus* Keynes e pós-keynesianos: um debate ontológico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.79-98, jul.2007.

NÓBREGA, Wagner. Papel do Setor Público na Inserção e Integração da Economia Nacional: Impressões a Partir das Transformações na Indústria Durante as Décadas de 1960 e 1970. **Revista Econômica do Nordeste**; Fortaleza; v.34, n. 4; out-dez. 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise e Recuperação da Confiança. **Dossiê da Crise da Associação Keynesiana Brasileira**, novembro de 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo; Ed. Best Seller; 1999.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; FORTUNATO, Wanderson Luiz Lopes. (2007) **Infra-Estrutura e Crescimento**: Uma Avaliação do Caso Brasileiro no Período 1985-1998. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/infra-estrutura-crescimento.pdf>. Acesso em: outubro de 2008.

VENES, Nuno Miguel Simões. **Efeitos não Keynesianos da Política Orçamental**: Evidência Empírica para Portugal. Dissertação de Mestrado da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão; Jan/2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A
DEMOSTRATIVOS DE RECEITA E DESPESA DEFLACIONADA

Apêndice A.1
DEMONSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA RECEITA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
Receitas Correntes	2.734.749.656	91,6	2.851.432.614	94,5	2.965.377.640	94,26	2.560.236.737	98,77
Tributária	975.800.587	32,7	1.011.216.179	33,5	999.392.292	31,77	933.425.296	36,01
ICMS	937.185.950	31,4	971.440.114	32,2	906.976.954	28,83	822.371.177	31,73
IPVA	25.641.288	0,8	26.052.978	0,8	26.712.594	0,85	24.784.399	0,96
Outras	12.973.348	0,4	13.723.088	0,4	65.702.745	2,09	86.269.721	3,33
Contribuições	221.755.588	7,4	215.939.698	7,1	257.729.812	8,19	286.034.441	11,04
Patrimonial	25.974.752	0,8	28.869.829	0,9	32.309.435	1,03	44.271.720	1,71
Agropecuária	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Serviços	38.148.442	1,2	42.905.098	1,4	34.915.817	1,11	93.255.956	3,6
Transferências Correntes	1.421.921.723	47,6	1.489.803.288	49,4	1.551.178.752	49,31	1.161.403.640	44,81
FPE	1.145.288.912	38,3	1.208.366.119	40,0	1.134.244.722	36,05	946.880.446	36,53
Outras	276.632.812	9,2	281.437.169	9,3	416.934.031	13,25	214.523.194	8,28
Outras Receitas Correntes	51.148.563	1,7	62.698.521	2,0	89.851.531	2,86	41.845.685	1,61
Receitas de capital	248.214.506	8,3	164.017.128	5,4	180.540.795	5,74	31.771.296	1,23
Operações de Crédito	56.710.275	1,9	30.636.721	1,0	40.428.711	1,28	17.295.089	0,67
Alienação de Bens	70.784.262	2,3	775.898	0,0	2.028.449	0,06	16.296	0,0
Amortização de Empréstimos	1.650.746	0,0	545.309	0,0	582.242	0,02	141	0,0
Transferências de Capital	117.192.150	3,9	130.942.097	4,3	137.119.911	4,36	14.150.386	0,55
Outras Receitas de Capital	1.877.073	0,0	1.117.103	0,0	381.483	0,01	309.384	0,01
Total da Receita	2.982.964.162	100	3.015.449.741	100	3.145.918.435	100	2.592.008.033	100

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Apêndice A.2
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA DESPESA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
Despesas Correntes	2.272.589.765	80,5	2.562.465.543	86,8	2.598.748.074	84,9	2.326.138.595	88,6
Pessoal e Encargos Sociais	1.277.752.360	45,2	1.397.784.093	47,3	1.479.902.025	48,7	1.352.838.764	51,5
Juros e Encargos da Dívida Int.	94.175.710	3,3	98.795.574	3,3	118.140.006	3,6	102.000.307	3,8
Juros e Encargos da Dívida Ext.	12.114.048	0,4	13.304.853	0,4	1.000.706.043	32,7	871.299.523	33,2
Outras Desp. Correntes	888.547.648	31,4	1.052.581.022	35,6	460.896.312	15,0	296.791.663	11,3
Despesas de Capital	548.571.838	19,4	387.998.441	13,1	460.896.312	15,06	296.791.663	11,32
Investimentos	342.724.715	12,1	251.388.095	8,5	248.620.145	8,13	105.203.368	4,00
Inversões Financeiras	136.215.246	4,8	52.107.433	1,7	113.721.592	3,72	105.747.348	4,03
Amortização da Dívida	63.424.525	2,2	63.401.202	2,1	98.554.575	3,22	85.840.947	3,27
Outras Desp. de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Total da Despesa	2.821.161.604	100	2.950.463.984	100	3.059.644.386	100	2.622.930.258	100

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Apêndice A.3
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA RECEITA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Receitas Correntes	2.706.963.520	94,0	3.160.651.841	98,4	3.538.234.852	98,2	3.627.774.399,35	98,4
Tributária	1.006.348.125	34,9	1.103.574.629	34,3	1.237.556.229	34,3	1.266.165.217	34,3
ICMS	868.015.618	30,1	942.128.394	29,3	1.051.735.400	29,2	1.175.678.418	29,1
IPVA	32.721.311	1,1	35.179.819	1,1	40.819.936	1,1	46.979.719	1,2
Outras	105.611.195	3,6	126.266.416	3,9	145.000.894	4,0	143.474.569	3,8
Contribuições	325.242.419	11,3	327.588.868	10,2	361.516.338	10,0	432.693.767	11,7
Patrimonial	50.701.777	1,7	77.840.197	2,4	77.833.128	2,1	32.604.046	0,8
Agropecuária	0,00	0,0	1.362.494	0,0	1.521.048	0,0	1.017.732	0,0
Serviços	90.247.960	3,1	98.726.495	3,0	97.547.702	2,7	113.044.113	3,0
Transferências Correntes	1.200.159.708	41,7	1.506.738.988	46,9	1.635.729.005	45,4	1.746.655.101	47,3
FPE	960.703.114	33,3	1.151.022.021	35,8	1.257.281.152	34,9	1.353.971.405	36,7
Outras	239.456.594	8,3	355.716.967	11,0	378.447.854	10,5	392.693.695	10,6
Outras Receitas Correntes	34.263.531	1,1	44.820.171	1,4	126.531.400	3,5	35.584.419	0,9
Receitas de capital	170.371.669	5,9	48.552.877	1,5	61.769.723	1,7	58.270.924,00	1,5
Operações de Crédito	124.592.844	4,3	29.408.415	0,9	0,00	0,0	0,00	0,0
Alienação de Bens	114.865	0,0	205.383	0,0	18.064.281	0,5	1.130.521,89	0,0
Amortização de Empréstimos	174	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências de Capital	45.254.695	1,5	18.809.291	0,59	42.863.624	1,1	56.421.690	1,5
Outras Receitas de Capital	409.091	0,0	129.787	0,0	841.818	0,0	718.711	0,0
Total da Receita	2.877.335.190	100	3.209.204.718	100	3.600.004.575	100	3.686.045.323,35	100

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Apêndice A.4
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA DESPESA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

Categoria Econômica	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
Despesas Correntes	2.500.818.891	86,9	2.664.476.344	86,8	3.277.577.599	87,0	3.153.275.417	91,9
Pessoal e Encargos Sociais	1.436.736.586	49,9	1.590.225.695	51,8	1.973.452.305	52,4	2.069.117.438	60,3
Juros e Encargos da Dívida.	94.189.466	3,2	104.641.311	3,4	98.825.068	2,6	90.430.116	2,6
Outras Desp. Correntes	969.892.839	33,7	969.609.338	31,5	1.205.300.225	32,0	993.727.863	28,9
Despesas de Capital	376.486.936	13,0	405.140.447	13,2	486.629.148	12,9	276.796.903	8,0
Investimentos	133.636.983	4,6	202.116.718	6,5	286.754.248	7,6	135.254.922	3,9
Inversões Financeiras	155.007.573	5,3	104.896.005	3,4	92.444.147	2,4	15.437.680	0,4
Amortização Dívida.	87.842.381	3,0	98.127.723	3,2	107.430.753	2,8	126.104.299	3,6
Outras Desp. de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Total da Despesa	2.877.305.827	100	3.069.616.790	100	3.764.206.747	100	3.430.072.320	100

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

APÊNDICE B
MEMORIA DE CÁLCULO DO DEMOSTRATIVOS DE RECEITA E DESPESA
DEFLACIONADA

Apêndice B.1
Memória de cálculo:

A Escolha do índice deflator esta condicionada a sua representatividade no crescimento dos preços no setor. Assim, para deflacionar um série referente ao setor público usa-se o IGP-M, pois este é utilizado pelos governos para regulação das tarifas públicas

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.

(Valor Corrente / IGP-M) x 100

BASE: 2007 =100

Categoria Econômica	2000	%	2001	%	IGP-M (2000)	IGP-M (2001)	2000	%	2001	%
Receitas Correntes	1.422.069.821	91,68	1.653.830.916	94,56	52	58	2.734.749.656	91,68	2.851.432.614	94,56
Tributária	507.416.305	32,71	586.505.384	33,53	52	58	975.800.587	32,71	1.011.216.179	33,53
ICMS	487.336.694	31,42	563.435.266	32,22	52	58	937.185.950	31,42	971.440.114	32,22
IPVA	13.333.470	0,86	15.110.727	0,86	52	58	25.641.288	0,86	26.052.978	0,86
Outras	6.746.141	0,43	7.959.391	0,45	52	58	12.973.348	0,43	13.723.088	0,45
Contribuições	115.312.906	7,43	125.245.025	7,16	52	58	221.755.588	7,43	215.939.698	7,16
Patrimonial	13.506.871	0,87	16.744.501	0,96	52	58	25.974.752	0,87	28.869.829	0,96
Serviços	19.837.190	1,28	24.884.957	1,42	52	58	38.148.442	1,28	42.905.098	1,42
Transferências Correntes	739.399.296	47,67	864.085.907	49,41	52	58	1.421.921.723	47,67	1.489.803.288	49,41
FPE	595.550.234	38,39	700.852.349	40,07	52	58	1.145.288.912	38,39	1.208.366.119	40,07
Outras	143.849.062	9,27	163.233.558	9,34	52	58	276.632.812	9,27	281.437.169	9,34
Outras Receitas Correntes	26.597.253	1,71	36.365.142	2,08	52	58	51.148.563	1,71	62.698.521	2,08
Receitas de capital	129.071.543	8,32	95.129.934	5,44	52	58	248.214.506	8,32	164.017.128	5,44
Operações de Crédito	29.489.343	1,9	17.769.298	1,01	52	58	56.710.275	1,9	30.636.721	1,01
Alienação de Bens	36.807.816	2,37	450.021	0,03	52	58	70.784.262	2,37	775.898	0,03
Amortização de Empréstimos	858.388	0,06	316.279	0,02	52	58	1.650.746	0,06	545.309	0,02
Transferências de Capital	60.939.918	3,93	75.946.416	4,34	52	58	117.192.150	3,93	130.942.097	4,34
Outras Receitas de Capital	976.078	0,06	647.920	0,04	52	58	1.877.073	0,06	1.117.103	0,04
Total da Receita	1.551.141.364	100	1.748.960.850	100	52	58	2.982.964.162	100	3.015.449.741	100

Categoria Econômica	2000	%	2001	%	IGP-M (2000)	IGP-M (2001)	2000	%	2001	%
Despesas Correntes	1.181.746.678	80,56	1.486.230.015	86,85	52	58	2.272.589.765	80,56	2.562.465.543	86,85
Pessoal e Encargos Sociais	664.431.227	45,29	810.714.774	47,37	52	58	1.277.752.360	45,29	1.397.784.093	47,37
Juros e Encargos da Dívida Int.	48.971.369	3,34	57.301.433	3,35	52	58	94.175.710	3,34	98.795.574	3,35
Juros e Encargos da Dívida Ext.	6.299.305	0,43	7.716.815	0,45	52	58	12.114.048	0,43	13.304.853	0,45
Outras Desp. Correntes	462.044.777	31,5	610.496.993	35,68	52	58	888.547.648	31,5	1.052.581.022	35,68
Despesas de Capital	285.257.356	19,44	225.039.096	13,15	52	58	548.571.838	19,44	387.998.441	13,15
Investimentos	178.216.852	12,15	145.805.095	8,52	52	58	342.724.715	12,15	251.388.095	8,52
Inversões Financeiras	70.831.928	4,83	30.222.311	1,77	52	58	136.215.246	4,83	52.107.433	1,77
Amortização Dívida Int.	32.980.753	2,25	36.772.697	2,15	52	58	63.424.525	2,25	63.401.202	2,15
Amortização Dívida Ext.	3.227.823	0,22	12.238.993	0,71	52	58	6.207.352	0,22	21.101.712	0,71
Outras Desp. de Capital	0	0	0	0	52	58	0	0	0	0
Total da Despesa	1.467.004.034	100	1.711.269.111	100	52	58	2.821.161.604	100	2.950.463.984	100

Apêndice B.2
Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.
(Valor Corrente / IGP-M) x 100
BASE: 2007 =100

Categoria Econômica	2002	%	2003	%	IGP-M (2002)	IGP-M (2003)	2002	%	2003	%
Receitas Correntes	1.927.495.466	94,26	2.073.791.757	98,77	65	81	2.965.377.640	94,26	2.560.236.737	98,77
Tributária	649.604.990	31,77	756.074.490	36,01	65	81	999.392.292	31,77	933.425.296	36,01
ICMS	589.535.020	28,83	666.120.653	31,73	65	81	906.976.954	28,83	822.371.177	31,73
IPVA	17.363.186	0,85	20.075.363	0,96	65	81	26.712.594	0,85	24.784.399	0,96
Outras	42.706.784	2,09	69.878.474	3,33	65	81	65.702.745	2,09	86.269.721	3,33
Contribuições	167.524.378	8,19	231.687.897	11,04	65	81	257.729.812	8,19	286.034.441	11,04
Patrimonial	21.001.133	1,03	35.860.093	1,71	65	81	32.309.435	1,03	44.271.720	1,71
Agropecuária	0	0	0	0	65	81	0	0	0	0
Serviços	22.695.281	1,11	75.537.324	3,6	65	81	34.915.817	1,11	93.255.956	3,6
Transferências Correntes	1.008.266.189	49,31	940.736.948	44,81	65	81	1.551.178.752	49,31	1.161.403.640	44,81
FPE	737.259.069	36,05	766.973.161	36,53	65	81	1.134.244.722	36,05	946.880.446	36,53
Outras	271.007.120	13,25	173.763.787	8,28	65	81	416.934.031	13,25	214.523.194	8,28
Outras Receitas Correntes	58.403.495	2,86	33.895.005	1,61	65	81	89.851.531	2,86	41.845.685	1,61
Receitas de capital	117.351.517	5,74	25.734.750	1,23	65	81	180.540.795	5,74	31.771.296	1,23
Operações de Crédito	26.278.662	1,28	14.009.022	0,67	65	81	40.428.711	1,28	17.295.089	0,67
Alienação de Bens	1.318.492	0,06	13.200	0	65	81	2.028.449	0,06	16.296	0
Amortização de Empréstimos	378.457	0,02	114	0	65	81	582.242	0,02	141	0
Transferências de Capital	89.127.942	4,36	11.461.813	0,55	65	81	137.119.911	4,36	14.150.386	0,55
Outras Receitas de Capital	247.964	0,01	250.601	0,01	65	81	381.483	0,01	309.384	0,01
Total da Receita	2.044.846.983	100	2.099.526.507	100	65	81	3.145.918.435	100	2.592.008.033	100

Categoria Econômica	2002	%	2003	%	IGP-M (2002)	IGP-M (2003)	2002	%	2003	%
Despesas Correntes	1.689.186.248	84,94	1.884.172.262	88,68	65	81	2.598.748.074	84,94	2.326.138.595	88,68
Pessoal e Encargos Sociais	961.936.316	48,37	1.095.799.399	51,58	65	81	1.479.902.025	48,37	1.352.838.764	51,58
Juros e Encargos da Dívida.	76.791.004	3,86	82.620.249	3,89	65	81	118.140.006	3,86	102.000.307	3,89
Outras Desp. Correntes	650.458.928	32,71	705.752.614	33,22	65	81	1.000.706.043	32,71	871.299.523	33,22
Despesas de Capital	299.582.603	15,06	240.401.247	11,32	65	81	460.896.312	15,06	296.791.663	11,32
Investimentos	161.603.094	8,13	85.214.728	4	65	81	248.620.145	8,13	105.203.368	4
Inversões Financeiras	73.919.035	3,72	85.655.352	4,03	65	81	113.721.592	3,72	105.747.348	4,03
Amortização Dívida.	64.060.474	3,22	69.531.167	3,27	65	81	98.554.575	3,22	85.840.947	3,27
Outras Desp. de Capital	0	0	0	0	65	81	0	0	0	0
Total da Despesa	1.988.768.851	100	2.124.573.509	100	65	81	3.059.644.386	100	2.622.930.258	100

Apêndice B.3
Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.
(Valor Corrente / IGP-M) x 100
BASE: 2007 =100

Categoria Econômica	2004	%	2005	%	IGP-M (2004)	IGP-M (2005)	2004	%	2005	%
Receitas Correntes	2.382.127.898	94,08	2.971.012.731	98,49	88	94	2.706.963.520	94,08	3.160.651.841	98,49
Tributária	885.586.350	34,98	1.037.360.151	34,39	88	94	1.006.348.125	34,98	1.103.574.629	34,39
ICMS	763.853.744	30,17	885.600.690	29,36	88	94	868.015.618	30,17	942.128.394	29,36
IPVA	28.794.754	1,14	33.069.030	1,1	88	94	32.721.311	1,14	35.179.819	1,1
Outras	92.937.852	3,67	118.690.431	3,93	88	94	105.611.195	3,67	126.266.416	3,93
Contribuições	286.213.329	11,3	307.933.536	10,21	88	94	325.242.419	11,3	327.588.868	10,21
Patrimonial	44.617.564	1,76	73.169.785	2,43	88	94	50.701.777	1,76	77.840.197	2,43
Agropecuária	0	0	1.280.744	0,04	88	94	-	0	1.362.494	0,04
Serviços	79.418.205	3,14	92.802.905	3,08	88	94	90.247.960	3,14	98.726.495	3,08
Transferências Correntes	1.056.140.543	41,71	1.416.334.649	46,95	88	94	1.200.159.708	41,71	1.506.738.988	46,95
FPE	845.418.740	33,39	1.081.960.700	35,87	88	94	960.703.114	33,39	1.151.022.021	35,87
Outras	210.721.803	8,32	334.373.949	11,08	88	94	239.456.594	8,32	355.716.967	11,08
Outras Receitas Correntes	30.151.907	1,19	42.130.961	1,4	88	94	34.263.531	1,19	44.820.171	1,4
Receitas de capital	149.927.069	5,92	45.639.704	1,51	88	94	170.371.669	5,92	48.552.877	1,51
Operações de Crédito	109.641.703	4,33	27.643.910	0,92	88	94	124.592.844	4,33	29.408.415	0,92
Alienação de Bens	101.081	0	193.060	0,01	88	94	114.865	0	205.383	0,01
Amortização de Empréstimos	153	0	0	0	88	94	174	0	-	0
Transferências de Capital	39.824.132	1,57	17.680.734	0,59	88	94	45.254.695	1,57	18.809.291	0,59
Outras Receitas de Capital	360.000	0,01	122.000	0	88	94	409.091	0,01	129.787	0
Total da Receita	2.532.054.967	100	3.016.652.435	100	88	94	2.877.335.190	100	3.209.204.718	100

Categoria Econômica	2004	%	2005	%	IGP-M (2004)	IGP-M (2005)	2004	%	2005	%
Despesas Correntes	2.200.720.624	86,92	2.504.607.763	86,8	88	94	2.500.818.891	86,92	2.664.476.344	86,8
Pessoal e Encargos Sociais	1.264.328.196	49,93	1.494.812.153	51,81	88	94	1.436.736.586	49,93	1.590.225.695	51,81
Juros e Encargos da Dívida.	82.886.730	3,27	98.362.832	3,41	88	94	94.189.466	3,27	104.641.311	3,41
Outras Desp. Correntes	853.505.698	33,71	911.432.778	31,59	88	94	969.892.839	33,71	969.609.338	31,59
Despesas de Capital	331.308.504	13,08	380.832.020	13,2	88	94	376.486.936	13,08	405.140.447	13,2
Investimentos	117.600.545	4,63	189.989.715	6,57	88	94	133.636.983	4,63	202.116.718	6,57
Inversões Financeiras	136.406.664	5,39	98.602.245	3,42	88	94	155.007.573	5,39	104.896.005	3,42
Amortização Dívida.	77.301.295	3,05	92.240.060	3,2	88	94	87.842.381	3,05	98.127.723	3,2
Outras Desp. de Capital	0	0	0	0	88	94	-	0	-	0
Total da Despesa	2.532.029.128	100	2.885.439.783	100	88	94	2.877.305.827	100	3.069.616.790	100

Apêndice B.4

Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.

(Valor Corrente / IGP-M) x 100

BASE: 2007 =100

Categoria Econômica	2006	%	2007	%	IGP-M (2006)	IGP-M (2007)	2006	%
Receitas Correntes	3.361.323.109	98	3.627.774.399	98,42	95	100	3.538.234.852	98,28
Tributária	1.175.678.418	34	1.266.165.218	34,35	95	100	1.237.556.229	34,38
ICMS	999.148.630	29	1.175.678.418	29,18	95	100	1.051.735.400	29,21
IPVA	38.778.939	1	46.979.719	1,27	95	100	40.819.936	1,13
Outras	137.750.849	4	143.474.570	3,89	95	100	145.000.894	4,03
Contribuições	343.440.521	10	432.693.767	11,74	95	100	361.516.338	10,04
Patrimonial	73.941.472	2	32.604.047	0,88	95	100	77.833.128	2,16
Agropecuária	1.444.996	0	1.017.733	0,03	95	100	1.521.048	0,04
Serviços	92.670.317	3	113.044.114	3,07	95	100	97.547.702	2,71
Transferências Correntes	1.553.942.555	45	1.746.655.101	47,39	95	100	1.635.729.005	45,44
FPE	1.194.417.094	35	1.353.971.405	36,73	95	100	1.257.281.152	34,92
Outras	359.525.461	11	392.693.696	10,65	95	100	378.447.854	10,51
Outras Receitas Correntes	120.204.830	4	35.584.420	0,97	95	100	126.531.400	3,51
Receitas de capital	58.681.237	2	58.270.924	1,58	95	100	61.769.723	1,72
Operações de Crédito	0	0	-	0	95	100	-	0
Alienação de Bens	17.161.067	1	1.130.522	0,03	95	100	18.064.281	0,5
Amortização de Empréstimos	0	0	-	0	95	100	-	0
Transferências de Capital	40.720.443	1	56.421.690	1,53	95	100	42.863.624	1,19
Outras Receitas de Capital	799.727	0	718.712	0,02	95	100	841.818	0,02
Total da Receita	3.420.004.346	100	3.686.045.323	100	95	100	3.600.004.575	100

Categoria Econômica	2006	%	2.007	%	IGP-M (2006)	IGP-M (2007)	2006	%
Despesas Correntes	3.113.698.719	87,07	3.153.275.418	91,93	95	100	3.277.577.599	87,07
Pessoal e Encargos Sociais	1.874.779.690	52,43	2.069.117.438	60,32	95	100	1.973.452.305	52,43
Juros e Encargos da Dívida.	93.883.815	2,63	90.430.116	2,64	95	100	98.825.068	2,63
Outras Desp. Correntes	1.145.035.214	32,02	993.727.864	28,97	95	100	1.205.300.225	32,02
Despesas de Capital	462.297.691	12,93	276.796.903	8,07	95	100	486.629.148	12,93
Investimentos	272.416.536	7,61	135.254.923	3,93	95	100	286.754.248	7,61
Inversões Financeiras	87.821.940	2,46	15.437.681	0,45	95	100	92.444.147	2,46
Amortização Dívida.	102.059.215	2,85	126.104.299,54	3,68	95	100	107.430.753	2,85
Outras Desp. de Capital	0	0	0	0	95	100	-	0
Total da Despesa	3.575.996.410	100	3.430.072.320,92	100	95	100	3.764.206.747	100

APÊNDICE C
MEMORIA DE CÁLCULO DO BALANÇO NOMINAL, CORRENTE E DE CAPITAL

Apêndice C.1

BALANÇO CORRENTE
(Receita Corrente – Despesa Corrente)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Corrente	2.734.749.656	2.851.432.614	2.965.377.640	2.560.236.737	2.706.963.520	3.160.651.841	3.539.234.852	3.627.774.399
Despesa Corrente	2.272.589.756	2.562.465.543	2.598.748.074	2.326.138.595	2.500.818.891	2.662.476.344	3.277.577.599	3.153.275.417
Resultado	462.159.891	288.967.071	366.629.566	234.098.142	206.144.629	496.175.497	260.657.253	474.498.982

Apêndice C.2

BALANÇO DE CAPITAL
(Receita de Capital - Despesa de Capital)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Corrente	248.214.506	164.017.128	180.540.795	31.771.296	170.371.669	48.552.877	61.769.723	58.270.924
Despesa Corrente	548.571.838	387.998.441	460.896.312	296.791.663	376.486.936	405.140.447	486.629.148	276.796.903
Resultado	(300.357.332)	(223.981.313)	(280.355.517)	(265.020.367)	(206.115.267)	(356.587.570)	(424.859.425)	(218.525.979)

Apêndice C.3

BALANÇO NOMINAL
(Receita Total - Despesa Total)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Total	2.982.964.162	3.015.449.741	3.145.918.435	2.592.008.033	2.877.335.190	3.209.204.718	3.600.004.575	3.686.045.323
Despesa Total	2.821.161.604	2.950.463.984	3.059.644.386	2.622.930.258	2.877.305.827	3.069.616.790	3.764.206.747	3.430.072.320
Resultado	161.802.558	64.985.757	86.274.049	(30.922.225)	29.363	139.587.928	(164.202.172)	255.973.003

APÊNDICE D
DEMONSTRATIVOS DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Apêndice D.1
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2001).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Poder Legislativo	81.256.840	75.425.869	92,82	5.830.971
Assembléia Legislativa	52.947.640	48.175.507	90,99	4.772.133
Tribunal de Contas	28.309.200	27.250.362	96,26	1.058.838
Poder Judiciário	82.425.700	84.403.480	98,80	1.022.220
Tribunal de Justiça	82.425.700	84.403.480	98,80	1.022.220
Poder Executivo	1.608.833.560	1.551.439.762	96,43	57.393.798
PGE	6.456.690	6.419.495	99,42	37.195
Ministério Público	26.141.513	26.014.283	99,51	127.230
Gabinete da Vice-Governadoria	464.000	288.967	66,28	175.033
Casa Civil	22.191.280	21.100.725	95,09	1.090.555
SEPLANTEC	38.300.544	35.306.977	92,18	2.993.567
SEAD	188.039.753	184.945.464	98,35	3.094.289
SEFAZ	421.734.437	417.477.586	98,99	4.256.851
SEAGRI	51.339.530	51.253.628	99,83	85.902
SEED	351.549.604	337.111.630	95,89	14.437.974
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	14.044.000	13.731.795	97,78	312.205
SES	124.726.040	118.195.180	94,76	6.530.860
SEJUC	13.586.711	12.882.151	94,81	704.560
SSP	132.419.765	128.381.201	96,95	4.038.564
Séc. Ação Social e Trabalho	30.268.290	23.140.268	76,45	7.128.022
SEINFRA	159.256.229	147.306.534	92,50	11.949.695
Séc. Cultura e Turismo	12.351.144	11.974.932	96,95	376.212
SECOM	15.964.030	15.908.946	99,65	55.084
TOTAL DA DESPESA	1.775.516.100	1.771.269.111	96,38	64.246.989

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001.

Apêndice D.2
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2002).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Poder Legislativo	89.825.640	87.309.332	97,20	2.516.308
Assembléia Legislativa	58.147.640	56.118.782	96,51	2.028.858
Tribunal de Contas	31.678.000	31.190.550	98,46	497.450
Poder Judiciário	101.637.623	101.194.388	99,56	443.235
Tribunal de Justiça	101.637.623	101.194.388	99,56	443.235
Poder Executivo	1.839.470.546	1.800.265.131	97,87	39.205.415
PGE	8.077.737	7.987.736	98,89	90.001
Ministério Público	31.422.670	31.063.035	98,86	359.635
Gabinete da Vice-Governadoria	617.150	426.155	69,05	190.995
Casa Civil	32.652.188	31.792.469	97,37	859.719
SEPLANTEC	39.567.676	37.021.179	93,56	2.546.497
SEAD	215.115.365	207.782.958	96,59	7.332.407
SEFAZ	477.166.642	474.856.503	99,52	2.310.139
SEAGRI	64.721.708	64.357.295	99,4	364.413
SEED	328.161.958	319.259.002	97,29	8.902.956
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	21.135.094	20324.089	96,16	811.005
SES	156.170.654	150.576.214	96,42	5.594.440
SEJUC	18.288.283	17.976.414	98,29	311.869
SSP	69.692.649	68.442.803	98,21	1.249.846
Corpo de Bombeiros	11.177.400	11.137.470	99,64	39.930
Polícia Militar de Sergipe	77.496.111	77.332.073	99,79	164.038
Séc. Ação Social e Trabalho	24.645.304	22.721.762	92,20	1.923.542
SEINFRA	230.535.635	224.801.628	97,51	5.734.007
Séc. Cultura e Turismo	13.970.172	13.731.850	98,29	238.322
SECOM	18.348.451	18.336.211	99,93	12.240
TOTAL DA DESPESA	2.030.933.809	1.988.768.851	97,92	42.164.958

Fonte: Balanço Geral do Estado 2002.

Apêndice D.3
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2003).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Poder Legislativo	112.382.300	109.032.259	97,20	3.350.041
Assembléia Legislativa	73.942.300	71.142.760	96,21	2.799.540
Tribunal de Contas	38.440.000	37.889.499	98,57	550.501
Poder Judiciário	117.885.156	114.216.525	96,91	3.638.631
Tribunal de Justiça	117.885.156	114.216.525	96,91	3.638.631
Poder Executivo	2.033.302.053	1.901.324.725	93,51	131.977.328
Secretaria de Governo	441.130	228.716	51,85	212.414
PGE	9.033.050	8.942.173	98,99	90.877
Ministério Público	38.599.280	38.363.986	99,39	235.294
Gabinete da Vice-Governadoria	635.140	521.656	82,13	113.484
Casa Civil	28.707.860	28.556.425	99,47	151.435
SEPLANTEC	58.662.627	47.036.964	80,18	11.625.663
SEAD	229.457.773	219.226.697	95,54	10.231.076
SEFAZ	531.468.825	503.020.682	94,65	28.448.143
SEAGRI	65.720.565	64.827.617	98,64	892.948
SEED	362.494.483	334.628.681	92,31	27.865.802
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	19.159.899	18.105.495	94,50	1.054.404
SES	235.833.347	219.449.278	93,05	16.384.069
SEJUC	23.292.358	22.793.281	97,86	499.077
SSP	75.796.724	73.414.315	96,86	2.382.409
Corpo de Bombeiros	14.580.870	14.235.024	97,63	345.846
Polícia Militar de Sergipe	83.969.110	83.789.626	99,79	179.484
Séc. Comb. a Pob. Assist. Social. e Trabalho	33.136.587	22.738.192	68,62	10.398.395
SEINFRA	167.953.056	153.231.189	91,23	14.721.867
Secretaria de Estado da Cultura	5.859.325	5.168.997	88,22	690.328
SECOM	19.050.877	18.971.878	99,59	78.999
Defensoria Pública do Estado	7.294.874	6.828.940	93,61	465.934
Séc da Articulação c/ os Municípios.	165.000	123.184	74,66	41.816
Séc. de Estado da Juventude e Esporte	2.497.470	2.327.059	93,18	170.411

Apêndice D.4 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2003).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Séc. do Meio Ambiente	3.901.484	2.721.559	69,76	1.179.925
Secretaria de Estado do Turismo	14.590.339	12.073.111	82,75	2.517.228
Reserva de Contingência	1.000.000	0	0,00	1.000.000
TOTAL DA DESPESA	2.263.539.509	2.124.573.509	93,86	138.966.000

Fonte: Balanço Geral do Estado 2003.

Apêndice D.5
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2004).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Poder Legislativo	135.598.550	135.095.581	99,63	502.969
Assembléia Legislativa	86.198.550	85.721.197	99,45	477.353
Tribunal de Contas	49.400.000	49.374.384	99,95	25.616
Poder Judiciário	138.561.494	138.268.789	99,79	292.705
Tribunal de Justiça	138.561.494	138.268.789	99,79	292.705
Poder Executivo	2.344.925.418	2.258.664.758	96,32	86.260.660
Séc.Coord.Polit. e Ass.Inst.	1.677.130	0	0,00	1.677.130
Secretaria de Estado de Governo	4.432.930	4.227.504	95,37	205.426
PGE	9.267.620	9.027.219	97,41	240.401
Ministério Público	48.870.100	48.656.571	99,56	213.529
Gabinete da Vice-Governadoria	685.660	596.135	86,94	89.525
Casa Civil	22.692.082	22.547.466	99,36	144.616
SEPLANTEC	91.286.351	86.573.530	94,84	4.712.821
SEAD	163.673.256	159.658.797	97,55	4.014.459
SEFAZ	670.884.889	663.241.929	98,86	7.642.960
SEAGRI	76.435.439	72.252.480	94,53	4.182.959
SEED	375.018.834	351.336.104	93,68	23.682.730
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	23.793.626	22.754.237	95,63	1.039.389
SES	253.588.024	248.014.425	97,80	5.573.599
SEJUC	21.897.140	20.354.778	92,96	1.542.362
SSP	84.960.397	82.778.395	97,43	2.182.002
Corpo de Bombeiros	15.984.530	15.597.353	97,58	387.177
Polícia Militar de Sergipe	101.290.600	100.507.835	99,23	782.765
Séc.Comb. Pop.Assist.Social e Trab.	48.998.261	40.346.283	82,34	8.651.978
SEINFRA	263.414.281	248.937.730	94,50	14.476.551
Secretaria de Estado da Cultura	5.069.859	4.705.752	92,82	364.107
SECOM	24.996.111	24.371.096	97,50	625.015
Defensoria Pública do Estado	7.280.157	6.753.382	92,76	526.775
Séc da Articulação c/ os Municípios.	2.093.862	1.778.980	84,96	314.882

Apêndice D.6 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2004).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	Orçamentária
Séc.de Estado da Juventude e Esporte	4.318.257	3.493.194	80,89	825.063
Séc. do Meio Ambiente	4.917.862	3.788.394	77,03	1.129.468
Secretaria de Estado do Turismo	17.398.160	16.365.189	94,06	1.032.971
Reserva de Contingência	1.000.000	0	0,00	1.000.000
TOTAL DA DESPESA	2.620.085.462	2.532.029.128	96,64	88.056.334

Fonte: Balanço Geral do Estado 2004.

Apêndice D.7
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2005).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Poder Legislativo	155.243.447	153.839.482	99,10	1.403.965
Assembléia Legislativa	98.588.000	97.503.222	98,90	1.084.778
Tribunal de Contas	56.655.447	56.336.260	99,44	319.187
Poder Judiciário	147.157.294	146.617.691	97,02	79.302.978
Tribunal de Justiça	147.157.294	146.617.691	97,02	79.302.978
Poder Executivo	2.664.285.588	2.584.982.610	97,02	79.302.978
Séc. da Int. de Serv.Púb.Metro.	429.727	228.831	53,25	200.896
Séc.Coord.Polit. e Ass.Inst.	19.536.074	19.320.586	98,90	215.488
Secretaria de Estado de Governo	10.488.865	10.032.602	95,65	456.263
PGE	10.194.653	10.111.856	99,19	82.797
Ministério Público	55.419.194	55.316.398	99,81	102.796
Gabinete da Vice-Governadoria	713.740	656.057	91,92	57.683
Casa Civil	24.485.510	24.298.177	99,23	187.333
SEPLANTEC	58.419.901	55.550.501	95,09	2.869.400
SEAD	116.439.942	112.515.735	96,63	3.924.207
SEFAZ	862.692.686	853.603.189	98,95	9.089.497
SEAGRI	98.412.979	93.770.689	95,28	4.642.290
SEED	450.993.883	434.197.618	96,28	16.796.265
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	32.663.346	32.354.429	99,05	308.917
SES	261.845.739	254.913.474	97,35	6.932.265
SEJUC	34.597.104	34.072.004	98,48	525.100
SSP	94.865.716	93.528.708	98,59	1.337.008
Corpo de Bombeiros	17.468.469	16.719.367	95,71	749.102
Polícia Militar de Sergipe	112.687.065	110.999.939	98,50	1.687.126
Séc.Comb. Pob.Assist.Social e Trab.	48.586.122	39.241.687	80,77	9.344.435
SEINFRA	302.428.093	286.804.940	94,83	15.623.153
Secretaria de Estado da Cultura	6.121.304	5.975.402	97,62	145.902
SECOM	13.912.007	13.847.622	99,54	64.385
Defensoria Pública do Estado	7.218.980	7.093.871	98,27	125.109

Apêndice D.8 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2005).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	Orçamentária
Séc da Articulação c/ os Municípios.	229.881	229.881	100,00	0
Séc.de Estado da Juventude e Esporte	4.079.880	3.637.102	89,15	442.778
Séc. do Meio Ambiente	5.420.089	3.239.442	59,77	2.180.647
Secretaria de Estado do Turismo	12.613.280	12.150.869	96,33	462.411
SECTRAB	1.321.359	571.634	43,26	749.725
Reserva de Contingência	1.000.000	0	0,00	1.000.000
TOTAL DA DESPESA	2.967.686.329	2.885.439.783	97,23	82.246.546

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005.

Apêndice D.9
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2006).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	Orçamentária
Poder Legislativo	159.484.669	155.760.844	97,67	3.723.825
Assembléia Legislativa	95.496.635	91.986.865	96,32	3.509.770
Tribunal de Contas	63.988.034	63.773.979	99,67	214.055
Poder Judiciário	193.686.347	193.106.028	99,70	580.319
Tribunal de Justiça	193.686.347	193.106.028	99,70	580.319
Poder Executivo	3.367.754.852	3.227.129.538	95,82	140.625.314
Séc. da Int. de Serv.Púb.Metro.	2.202.986	2.118.570	96,17	84.416
Séc.Coord.Polit. e Ass.Inst.	4.445.721	4.124.352	92,77	321.369
Secretaria de Estado de Governo	16.058.763	15.321.751	95,41	737.012
PGE	17.766.114	70.346.194	98,43	270.733
Ministério Público	71.766.114	70.346.194	98,02	1.419.920
Gabinete da Vice-Governadoria	808.510	770.615	95,31	37.895
Casa Civil	38.234.433	37.749.791	98,73	484.642
SEPLANTEC	31.742.671	29.505.657	92,95	2.237.014
SEAD	251.079.265	235.965.397	93,98	15.113.868
SEFAZ	991.283.744	984.369.865	99,30	6.913.879
SEAGRI	128.626.996	121.863.515	94,74	6.763.481
SEED	552.262.116	515.819.877	93,40	36.442.239
Séc. Indústria, Comercio e Turismo.	58.007.216	53.062.878	91,48	4.944.338
SES	367.569.388	341.454.093	92,90	26.115.295
SEJUC	42.562.266	42.043.397	98,78	518.869
SSP	121.141.842	117.882.303	97,31	3.259.539
Corpo de Bombeiros	18.970.588	18.685.210	98,50	285.378
Polícia Militar de Sergipe	148.978.007	148.306.266	99,55	671.741
Séc.Comb. Pob.Assist.Social e Trab.	62.931.086	58.150.798	92,40	4.780.288
SEINFRA	344.114.928	318.349.810	92,51	25.765.118
Secretaria de Estado da Cultura	9.531.355	8.926.751	93,66	604.604
SECOM	43.634.620	43.529.133	99,76	105.487
Defensoria Pública do Estado	9.448.280	9.091.209	96,22	357.071

Apêndice D.10 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2006).

Poderes e Órgãos	Despesa			Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)	% de Realização	
Séc da Articulação c/ os Municípios.	6.633.500	6.509.282	98,13	124.218
Séc.de Estado da Juventude e Esporte	4.693.824	4.687.390	99,86	6.434
Séc. do Meio Ambiente	5.722.056	4.348.127	75,99	1.373.929
Secretaria de Estado do Turismo	13.259.765	12.868.134	97,05	391.631
SECTRAB	4.768.255	4.273.349	89,62	494.906
Reserva de Contingência	1.000.000	0	0,00	1.000.000
TOTAL DA DESPESA	3.721.925.868	3.575.996.410	96,08	145.929.458

Fonte: Balanço Geral do Estado 2006.

Apêndice D.11
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2007).

Poderes e Órgãos	Despesa		% de Realização	Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)		
Poder Legislativo	187.879.278,90	162.064.417,35	86,26	25.814.861,55
Assembléia Legislativa	118.763.509,75	98.708.755,51	83,11	20.054.754,24
Tribunal de Contas	69.115.769,15	63.355.661,84	91,67	5.760.107,31
Poder Judiciário	192.759.897,65	192.106.769,73	99,66	653.127,92
Tribunal de Justiça	192.759.897,65	192.106.769,73	99,66	653.127,92
Poder Executivo	3.515.292.450,02	3.075.901.133,84	87,50	439.391.316,18
Séc. da Int. de Serv.Púb.Metro.	431.803,19	431.803,19	100,00	0,00
Secretaria de Estado de Governo	14.592.546,84	11.017.355,46	75,50	3.575.191,38
PGE	19.700.416,38	19.262.602,52	97,78	437.813,86
Ministério Público	76.016.175,17	66.578.139,32	87,58	9.438.035,85
Gabinete da Vice-Governadoria	871.445,39	719.633,42	82,58	151.811,97
Casa Civil	35.695.080,21	27.269.405,72	76,40	8.425.674,49
SEPLAN	44.558.326,63	26.482.103,25	59,43	18.076.223,38
SEAD	573.858.764,24	521.822.183,64	90,93	52.036.580,60
SEFAZ	725.096.872,84	712.101.297,28	98,21	12.995.575,56
SEAGRI	157.452.080,21	93.094.791,99	59,13	64.357.288,80
SEED	552.872.586,89	544.856.314,19	98,55	8.016.272,70
SEDETEC	45.936.250,12	33.364.423,92	72,63	12.571.826,20
SES	456.977.888,14	410.496.511,82	89,83	46.481.376,32
SEJUC	52.178.708,01	43.104.486,92	82,61	9.074.221,09
SSP	118.197.293,27	111.705.257,13	94,51	6.492.036,14
Corpo de Bombeiros	27.414.289,48	20.152.106,48	73,51	7.262.183,00
Polícia Militar de Sergipe	172.044.176,41	164.457.654,64	95,59	7.586.521,77
Séc.da Inclusão, Assist. e do Desenv.Social	59.354.590,42	35.804.814,18	60,32	23.549.776,24
SEINFRA	248.940.805,04	131.548.846,98	52,84	117.391.958,06
Secretaria de Estado da Cultura	8.939.855,38	8.193.709,15	91,65	746.146,23
SECOM	21.920.271,54	20.509.304,45	93,56	1.410.967,09
Defensoria Pública do Estado	11.189.249,01	9.946.973,24	88,90	1.242.275,77

Apêndice D.12 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2007)

Poderes e Órgãos	Despesa		% de Realização	Economia Orçamentária
	Autorizada (R\$)	Realizada (R\$)		
Séc das Cidades e da Integ. Municipal.	1.387.030,00	1.026.693,75	74,02	360.336,25
Séc.de Estado do Esporte e Lazer	5.656.621,40	4.592.653,04	81,19	1.063.968,36
Séc. do Meio Ambiente	42.687.163,85	32.275.046,06	75,61	10.412.117,79
Secretaria de Estado do Turismo	11.673.640,50	7.853.563,48	67,28	3.820.077,02
SECTRAB	5.552.476,60	4.116.998,46	74,15	1.435.478,14
Reserva de Contingência	1.000.000	0	0,00	1.000.000
TOTAL DA DESPESA	3.896.931.626,57	3.430.072.320,92	88,02	466.859.305,65

Fonte: Balanço Geral do Estado 2007.

APÊNDICE E
DEMONSTRATIVOS DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Apêndice E.1 - Sergipe: Evolução da Dívida pública (2000-2002)
Em R\$ milhões
Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjuntura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

VARIÁVEIS	EXERCICIO			DEFLATOR			SÉRIE DEFLACIONADA		
	2000	2001	2002	IGP-M (2000)	IGP-M (2001)	IGP-M (2002)	2000	2001	2002
Dívida Interna	1.733	1.647	1.643	52	58	65	3.333	2.839	2.527
Tesouro Nacional	606	538	474	52	58	65	1.166	928	730
Lei 9.496/97 STN/COAFI	759	747	786	52	58	65	1.459	1.287	1.210
Lei 9.496/97 CONTA GRÁFICA	-	-	-	52	58	65	-	-	-
Bancos	-	-	-	52	58	65	-	-	-
Caixa Econômica Federal	69	70	78	52	58	65	132	121	119
Banco do Brasil	83	88	68	52	58	65	159	151	104
BNDES	26	18	24	52	58	65	49	32	37
BNB	94	107	139	52	58	65	181	184	213
FINEP	-	-	-	52	58	65	-	-	-
Outras Dívidas	98	79	74	52	58	65	188	136	114
Dívida Externa	150	155	194	52	58	65	289	266	298
Pro-Sertão FIDA	34	39	51	52	58	65	64	67	78
Pobreza Rural BIRD	117	116	143	52	58	65	225	199	220
Dívida Flutuante	83	49	10	52	58	65	160	84	15
Garantias	600	535	436	52	58	65	1.153	922	670
Dívida Consolidada Bruta	2.566	2.385	2.282	52	58	65	4.935	4.112	3.511
Ativo Financeiro	175	193	213	52	58	65	337	333	328
Dívida Consolidada Líquida	2.391	2.192	2.069	52	58	65	4.598	3.779	3.182

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

Apêndice E.2 - Sergipe: Evolução da Dívida pública (2003-2004)
Em R\$ milhões
Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjuntura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

VARIÁVEIS	EXERCÍCIO		DEFLATOR			SÉRIE DEFLACIONADA	
	2003	2004	IGP-M (2003)	IGP-M (2004)	IGP-M (2007)	2003	2004
Dívida Interna	1.364	1.330	81	88	100	1.684	1.512
Tesouro Nacional	371	313	81	88	100	458	356
Lei 9.496/97 STN/COAFI	691	695	81	88	100	853	790
Lei 9.496/97 CONTA GRÁFICA	-	-	81	88	100	-	-
Bancos	-	-	81	88	100	-	-
Caixa Econômica Federal	55	121	81	88	100	68	137
Banco do Brasil	47	36	81	88	100	58	41
BNDES	15	9	81	88	100	19	11
BNB	87	69	81	88	100	107	79
FINEP	-	-	81	88	100	-	-
Outras Dívidas	97	86	81	88	100	120	98
Dívida Externa	127	126	81	88	100	157	143
Pro-Sertão FIDA	30	22	81	88	100	37	25
Pobreza Rural BIRD	97	104	81	88	100	120	118
Dívida Flutuante	60	92	81	88	100	74	105
Garantias	353	313	81	88	100	435	356
Dívida Consolidada Bruta	1.904	1.861	81	88	100	2.351	2.115
Ativo Financeiro	199	224	81	88	100	246	254
Dívida Consolidada Líquida	1.706	1.638	81	88	100	2.106	1.861

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

APÊNDICE F
DEMONSTRATIVOS DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apêndice F.1 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000-2001)
Em R\$ milhões
Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjuntura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

RUBRICAS	LIMITE LEGAL %RCL	SÉRIE A PREÇOS CORRENTES				DEFLATOR		SÉRIE DEFLACIONADA			
		2000		2001		IGP-M (2000)	IGP-M (2001)	2000		2001	
		VALOR	%RCL	VALOR	%RCL			VALOR	%RCL	VALOR	%RCL
Despesa com Pessoal	≤ 60	692	57,3	813	58,3	52	58	1.332	57,3	1.402	58,2
Executivo	≤ 49	553	45,7	662	47,4	52	58	1.063	45,7	1.141	47,4
Legislativo	≤ 3	56	4,6	61	4,4	52	58	107	4,6	106	4,4
Judiciário	≤ 6	63	5,2	67	4,8	52	58	122	5,2	115	4,8
Ministério Público	≤ 2	21	1,7	23	1,7	52	58	41	1,7	40	1,7
Dívida Consolidada Líquida	≤ 200	1.421	117,5	1.437	103	52	58	2.732	117,5	2.478	103,0
Total de Garantias	≤ 22	356	29,5	351	25,1	52	58	685	29,5	604	25,1
Receita de Operações de Crédito	≤ 16	30	2,4	18	1,3	52	58	57	2,4	31	1,3
Serviços da Dívida	≤ 11,50	92	7,6	114	8,2	52	58	176	7,6	197	8,2
RCL no Exercício Fiscal (Montante)		1.209	100,0	1.396	100,0	52	58	2.326	100,0	2.407	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

Apêndice F.2 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2002-2003)
Em R\$ milhões
Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjuntura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

RUBRICAS	LIMITE LEGAL %RCL	SÉRIE A PREÇOS CORRENTES				DEFLATOR		SÉRIE DEFLACIONADA			
		2002		2003		IGP-M (2002)	IGP-M (2003)	2002		2003	
		VALOR	%RCL	VALOR	%RCL			VALOR	%RCL	VALOR	%RCL
Despesa com Pessoal	≤ 60	945	56,4	1.069	59,2	65	81	1.454	56,4%	1.320	59,2%
Executivo	≤ 49	772	46,1	858	47,5	65	81	1.187	46,1%	1.059	47,5%
Legislativo	≤ 3	72	4,3	89	4,9	65	81	111	4,3%	109	4,9%
Judiciário	≤ 6	76	4,5	89	4,9	65	81	116	4,5%	110	4,9%
Ministério Público	≤ 2	26	1,5	34	1,9	65	81	40	1,5%	42	1,9%
Dívida Consolidada Líquida	≤ 200	1.540	91,9	1.559	86,4	65	81	2.369	91,9%	1.925	86,3%
Total de Garantias	≤ 22	324	19,4	322	17,9	65	81	499	19,4%	398	17,9%
Receita de Operações de Crédito	≤ 16	26	1,6	14	0,8	65	81	40	1,6%	17	0,8%
Serviços da Dívida	≤ 11,50	141	8,4	152	8,4	65	81	217	8,4%	188	8,4%
RCL no Exercício Fiscal (Montante)		1.675	100	1.806	100	65	81	2.576	100,0%	2.229	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)